

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Gestão Pública
2002

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Guido Gelli

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Pedro Luis do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

Gestão Pública
2002

Rio de Janeiro
2005

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3801-2 (CD-ROM)

ISBN 85-240-3800-4 (meo impresso)

© IBGE. 2005

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção da multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brans

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Quadro de servidores públicos municipais 1999-2002

Aspectos da modernização da administração tributária nos municípios brasileiros

Articulações interinstitucionais nos municípios

Estrutura administrativa e programas ou ações municipais na área da habitação

A Guarda Municipal

Conselhos da criança e do adolescente

Tabelas de resultados

1 - Municípios, total e por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

2 - Municípios, total e por nível de instrução do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

3 - Municípios, total e por exercício do mandato do prefeito em 2001 e partido atual do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

4 - Municípios, total e por classes de número de funcionários ativos nas administrações direta e indireta, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

5 - Municípios, total e por classes de número de funcionários ativos nas administrações direta e indireta, por 100 habitantes, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

6 - Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999/2002

7 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999/2002

8 - Municípios, total e com regime próprio de previdência social, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

9 - Número de servidores ativos na Câmara de Vereadores, por regime de contratação e nível do cargo, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

10 - Municípios, total e por existência e atualização de instrumentos de planejamento municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

11 - Municípios, total e com existência de cadastro imobiliário, com indicação de algumas características do cadastro e total de unidades imobiliárias, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

12 - Municípios, total e com existência e informatização de cadastro de prestadores de serviços e número de contribuintes inscritos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

13 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

14 - Municípios, total e com existência de consórcio intermunicipal, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

15 - Municípios, total e com existência de convênio de cooperação com entidades públicas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

16 - Municípios, total e com existência de convênio de parceria com empresas privadas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

17 - Municípios, total e com existência de ações integradas com outro (s) município (s), por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

18 - Municípios, total e com existência de apoio de entidades privadas ou da comunidade, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

19 - Municípios, total e com existência de órgão específico para política habitacional, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

20 - Municípios, total e com existência de programa ou ação na área de habitação, por tipo de programa ou ação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

21 - Municípios, total e que concederam licenças para construção e alvarás de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

22 - Municípios, total e com existência de incentivos para atrair atividades econômicas, por tipo de incentivo, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

23 - Municípios, total e com existência de programa ou ação de geração de trabalho e renda e de capacitação profissional, por tipo de programa ou ação, segundo classes de tamanho da população, dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

24 - Municípios, total e com existência de guarda municipal, por tipo de atividade exercida pela guarda municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

25 - Municípios, total e com existência dos conselhos municipais na área das crianças e dos adolescentes, por características dos conselhos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

26 - Municípios, total e com existência de Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, por recursos disponibilizados pelas Prefeituras, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Referências

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002 - Questionário de Gestão

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga com esta publicação os resultados do Questionário de Gestão da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2002.

A pesquisa, na sua terceira edição, investigou, em 2002 e 2003, todos os 5 560 municípios implantados no País. Um conjunto de mais de uma dezena de temas foi abordado pela pesquisa, organizados em 12 blocos. Este volume apresenta notas técnicas descrevendo seus aspectos metodológicos, seis capítulos analisando diferentes aspectos da realidade municipal brasileira e um conjunto de tabelas básicas discriminando os resultados por grupos de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e por Unidades da Federação.

Trata-se de um conjunto amplo de informações, que irá contribuir para o debate público e permitir aos poderes públicos e à sociedade, em geral, melhorar o planejamento e a formulação das políticas, visando à adoção de um novo padrão de desenvolvimento, que se quer sustentável.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

Parte de um amplo e crescente processo de descentralização política e administrativa, nos últimos 20 anos, um grande número de novos municípios foi criado e um grau crescente de atribuições na prestação dos serviços públicos à população, foi repassado para as administrações municipais. Este fenômeno não é restrito ao nosso País, mas resultado de uma concepção, hoje, hegemônica e difundida, sistematicamente, por diversas agências globais de cooperação (VAINER, 2001/2002).

Essa concepção foi melhor expressa por Borja e Castells (1997, p. 31) ao afirmarem em documento para a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos - Habitat II, realizada em Istambul, em 1996, que "(...) os governos locais dispõem de duas importantes vantagens comparativas (...) gozam de maior capacidade de representação e legitimidade com relação aos seus representados, e (...) de muita flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de manobra em um mundo de fluxos entrelaçados, demandas e ofertas cambiantes e sistemas tecnológicos descentralizados e interativos". O local, aqui referido, não é um espaço micro e pode ser um município ou, mesmo, como uma região compreendendo vários municípios (FRANCO, 1998).

Neste contexto, as informações com base municipal e sobre os municípios e suas instituições, têm sido cada vez mais demandadas, principalmente, pelos poderes públicos nos diversos níveis. Num primeiro estágio, as demandas recaem sobre informações para aprofundar o conhecimento e para elaboração de diagnósticos da situação social, econômica e ambiental lo-

cais. Com base nesse quadro são tomadas decisões, estabelecidas prioridades e definidas as políticas públicas, que deverão, a seguir, ser desdobradas em programas e ações a serem executadas nos municípios, via de regra, sob responsabilidade e/ou coordenação do poder público local.

Os recursos e processos que levam à implementação dos programas e ações precisam ser acompanhados de forma sistemática e seus resultados avaliados ao final. Tanto os recursos utilizados como os processos intermediários da implementação devem ser controlados para que os resultados possam ser minimamente previsíveis¹.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC tem como um de seus principais objetivos colher informações junto às prefeituras de todos os municípios do País, que têm a responsabilidade de executar inúmeros programas sociais, visando a ajudar a sociedade, em seus diversos segmentos, e a acompanhar a implementação desses programas.

A MUNIC 2002 foi a campo com dois questionários: um, denominado Questionário de Gestão, que aborda diversos aspectos da administração local tais como o quadro de servidores, a administração tributária, a articulação interinstitucional dos diversos setores de cada prefeitura, entre outros; o segundo, o Suplemento de Meio Ambiente que levanta junto ao gestor local do setor um conjunto amplo de informações sobre como a administração local se organiza e, na avaliação do gestor, qual o estado e as principais pressões que têm afetado o meio ambiente no município e as respostas que têm sido dadas a eles.

As informações ora divulgadas referem-se ao Questionário de Gestão. Os resultados do Suplemento de Meio Ambiente estão sendo divulgados em outra publicação específica.

Este volume contém, além de um conjunto de tabelas e de um CD-ROM com a base de dados completa da pesquisa, seis textos analisando diferentes aspectos das administrações municipais levantados no Questionário de Gestão. O primeiro texto apresenta um quadro dos servidores públicos municipais, em 2002, incluindo aposentados e servidores do poder legislativo municipal, além de uma comparação com os resultados de 1999.

Em seguida é apresentado um panorama da administração tributária feita pelos municípios com ênfase na sua capacidade de arrecadação própria, baseada, principalmente, no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e em taxas diversas.

O município e sua administração, isoladamente, têm capacidade de agir muito limitada e, às vezes, dependendo da natureza do problema, até mesmo inviabilizada, como, por exemplo, em casos como de poluição de recursos hídricos comuns ou na prevenção de surtos epidêmicos. A articulação e a

¹ As agências financiadoras, nacionais e internacionais, prevêm que uma parte dos recursos empregados, de 5% a 10%, sejam usados para a produção de indicadores de processo e de impacto dos programas des-envolvidos com os recursos empregados.

cooperação entre municípios e entre município e outras entidades públicas ou privadas é imprescindível para potencializar a ação pública. Esse é o tema da análise seguinte em que são destacados os consórcios intermunicipais, os convênios de cooperação e as ações integradas.

Qual a estrutura administrativa e quais programas ou ações municipais na área da habitação são temas abordados no quarto texto analítico. Apesar dos instrumentos limitados e dos recursos orçamentários em geral escassos de que dispõem, muitas prefeituras brasileiras vêm tomando iniciativas na área da habitação em seus municípios como é mostrado nos resultados apresentados.

A segurança pública, formalmente, é uma atribuição dos estados. No entanto, os municípios estão cada vez mais atuantes nessa esfera devido ao aprofundamento da crise de violência no País. O texto seguinte analisa a existência das guardas municipais nos municípios, bem como as suas principais atribuições, algumas ligadas à proteção patrimonial, enquanto outras relacionadas, diretamente, à segurança pública.

Instituídos em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente junto com os Conselhos Tutelares têm como preocupação primordial assegurar que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes sejam respeitados. Os Conselhos instalados nos municípios suas condições para operar são o assunto tratado no texto analítico final.

Finalmente, é importante destacar que para sua realização a MUNIC 2002 contou com o envolvimento das representações do IBGE em cada Unidade da Federação que, com equipes de supervisores, coordenadores e pesquisadores espalhados pelas mais de 500 agências, foram responsáveis pela coleta e apuração das informações em cada município do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC é realizada em todos os municípios brasileiros. Em sua terceira edição, a MUNIC 2002, coletada quase totalmente ao longo de 2003, investigou informações referentes a gestão nos 5 560 municípios do País. Adicionalmente, também, foram coletadas informações que permitem produzir um quadro geral sobre o meio ambiente no âmbito municipal. Para esse fim, acompanhou a MUNIC 2002 um Suplemento de Meio Ambiente que em seu planejamento, apuração e análise contou com a participação do Núcleo de Estatísticas Ambientais, estruturado na Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC é uma pesquisa institucional e de registros administrativos relativos ao poder público local, principalmente, as prefeituras dos municípios. Constitui uma fonte de informação para a construção de indicadores relativos aos diferentes setores da administração pública municipal. Investiga dados sobre o aparato institucional, o planejamento público, as finanças públicas municipais, os programas sociais desenvolvidos pela administração pública local e ainda sobre a oferta de serviços públicos e de infra-estrutura urbana.

Os objetivos da pesquisa são: constituir uma base de informações institucionais em nível municipal; propiciar a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros no que toca,

principalmente, às suas administrações públicas; e propiciar a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira em que os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais.

Nesta edição da pesquisa, além do Questionário de Gestão, pela primeira vez, foram coletadas informações setoriais em instrumento específico. O meio ambiente no âmbito municipal foi objeto de um questionário, o Suplemento de Meio Ambiente.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõe; as instituições ligadas a outros poderes públicos locais, ou instaladas localmente, constituem-se em unidades secundárias de informação. Neste caso estão a Câmara Municipal, os juizados ali instalados, as delegacias, etc. Como esses têm, freqüentemente, um grau relativo de autonomia de ação, as informações coletadas são, da mesma maneira, respondidas por seus diferentes setores. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas, posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos municipais.

O Suplemento de Meio Ambiente, também, teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto às prefeituras. Havendo uma secretaria de meio ambiente, esta foi a responsável pelas informações. Caso o município não tivesse uma secretaria que tratasse da questão ambiental, a informação foi obtida junto ao departamento, assessoria, setor ou órgão similar responsável pelas questões ambientais, desde que sua gestão fosse municipal. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão ambiental, o questionário deveria ser respondido pelo prefeito ou pessoa por ele delegada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

Períodos de referência da pesquisa

A coleta das informações sobre gestão municipal ocorreu, basicamente, no decorrer do primeiro semestre de 2003, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

Com relação ao questionário sobre meio ambiente, como regra geral, a data de referência também é o dia da entrevista com o responsável pelas informações na prefeitura.

Algumas exceções merecem ser destacadas quanto ao período de referência da pesquisa:

- 1) as informações sobre o número de funcionários e de aposentados, dos cadastros, referem-se a 31 de dezembro de 2002;
- 2) as informações sobre número de famílias beneficiadas por programas na área habitacional, número de licenças para construir, contingente da guarda municipal, se a prefeitura manteve contrato de prestação de serviços (terceirização) na área de meio ambiente para o exercício de suas funções, referem-se ao ano de 2002;
- 3) as informações sobre a realização de reuniões pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e aquelas relativas à implementação pela prefeitura de convênios, cooperação técnica ou outro tipo de parceria com vistas a desenvolver ações na área ambiental, referem-se aos 12 meses anteriores à data da entrevista;
- 4) as informações sobre o recebimento por parte do município de recursos financeiros específicos para o meio ambiente, o recebimento do ICMS Ecológico, a existência de um fundo municipal de meio ambiente e a informação sobre o município ter ou não se beneficiado da lei de compensação ambiental, referem-se a 2001. A adoção do ano 2001, nas informações contábeis, se deu tendo em vista a vigência da Portaria no 42, de 14 de abril de 1999, de autoria do governo federal, que estabelece mudanças, a partir do exercício financeiro de 2002, na elaboração da classificação funcional-programática dos orçamentos municipais, estabelecidos, anteriormente, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 5) as informações sobre as condições do meio ambiente referem-se aos 24 meses anteriores à data da coleta das informações, com exceção daquelas relativas ao assoreamento de corpo d'água e contaminação do solo, que referem-se à data da entrevista; e
- 6) as informações sobre os instrumentos de gestão ambiental, programas e ações efetivamente praticados pela prefeitura referem-se aos últimos 12 meses em relação à data da entrevista.

Abrangência geográfica da pesquisa

A MUNIC 2002 investigou o universo de 5 560 municípios, instalados até 31 de dezembro de 2001, no Território Nacional. Há uma observação importante a esse respeito: foram instalados, originalmente, em 2001, 54 novos municípios, que somados aos 5 507, já instalados, totalizariam 5 561. No entanto, no decorrer do ano de 2001, a instalação do Município de Pinto Bandeira foi anulada judicialmente e o correspondente território reincorporado ao Município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2002, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC foi a campo com dois questionários. O Questionário de Gestão, constituído de 12 blocos, e o Suplemento de Meio Ambiente, com 11 blocos, dos quais oito se destinaram a levantar informações sobre as condições e a gestão ambiental no município.

O Questionário de Gestão investigou os seguintes temas relativos ao poder público municipal: as características pessoais e políticas do prefeito; o quadro de servidores públicos ativos dos Poderes Executivo e Legislativo além de informações sobre o regime próprio de previdência municipal; a legislação tributária e de planejamento municipal; o aparelhamento fiscal institucional, as articulações interinstitucionais, as políticas públicas e as ações locais para enfrentar os problemas relativos às condições habitacionais; e as iniciativas do poder público local visando à geração de trabalho e renda. Também foram investigados alguns quesitos relativos à guarda municipal e aos conselhos da criança e do adolescente.

O Suplemento de Meio Ambiente investigou as seguintes informações: estrutura administrativa municipal na área do meio ambiente; articulação institucional em meio ambiente; andamento da Agenda 21 local; fonte dos recursos financeiros para o meio ambiente; existência de legislação ambiental municipal; existência de instrumentos de gestão ambiental, programas e ações praticados; e a existência de Unidades Municipais de Conservação da Natureza. Além disso, efetuou um diagnóstico sobre o estado do meio ambiente no município considerando a percepção do gestor ambiental municipal.

Acompanhou a coleta das informações da pesquisa temática sobre o meio ambiente um Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para o trabalho do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em dezembro de 2002 foi realizado um treinamento centralizado em Vila Velha, Espírito Santo, onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total de mais de 100 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Para efetuar a coleta das informações, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa na administração municipal que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa era, sempre que possível, entrevistada e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE sempre que fosse necessário esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários, pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta dispunha, junto aos quesitos em foco, das explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário de Gestão preenchido, procedia a uma crítica visual de comparação entre as informações coletadas na edição de 2001 e na de 2002. Para isso, dispunha de uma listagem, por município, com uma seleção de variáveis em que essa comparação era possível e pertinente. Isso permitiu que problemas detectados no preenchimento fossem sanados imediatamente com o informante.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada, na sede de cada unidade regional, pela supervisão da pesquisa ou, nas próprias agências, pelo técnico responsável pela coleta. A crítica de consistência dos dados coletados também foi feita em cada unidade. Isso possibilitou maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, na correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica.

Ainda no decorrer da coleta efetuou-se uma supervisão dos trabalhos nos Estados de Rondônia, Tocantins, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Paraná. A supervisão da coleta é uma atividade que visa a corrigir, com a pesquisa ainda no campo, possíveis distorções metodológicas e conceituais, garantindo uma melhor qualidade do resultado final.

Três municípios não preencheram os dois questionários (de Gestão e Suplemento de Meio Ambiente): Buritis (Rondônia), Martinópolis (Ceará) e Serra de São Bento (Rio Grande do Norte). Além disso, dois outros municípios (Rio Crespo e Vale do Anari, ambos em Rondônia) deixaram de preencher o questionário de Gestão.

Assim, no caso de Gestão, existem informações para 5 555 municípios enquanto no Suplemento de Meio Ambiente existem informações para 5 557 municípios. Os resultados apurados são divulgados individualmente conforme coletados junto aos informantes.

Divulgação das informações

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Este contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, de informações de caráter público, requer que, primordialmente, seja respeitada sua integridade após os procedimentos de crítica e análise das mesmas. Esta decisão implica em alguns casos, principalmente nas informações de quantidades e valores monetários, quando são detectados problemas na análise dos dados, a não divulgação dessas informações. Assim, optou-se por não disponibilizar inicialmente algumas dessas informações, admitindo-se que correções possam vir a ser efetuadas, após análises mais detalhadas e

consultas aos informantes. As alterações, caso ocorram, serão incorporadas à base de dados divulgada na página do IBGE, na Internet.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados na página do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, um a um.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Também são apresentados os resultados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa da pesquisa com informações de cada município.

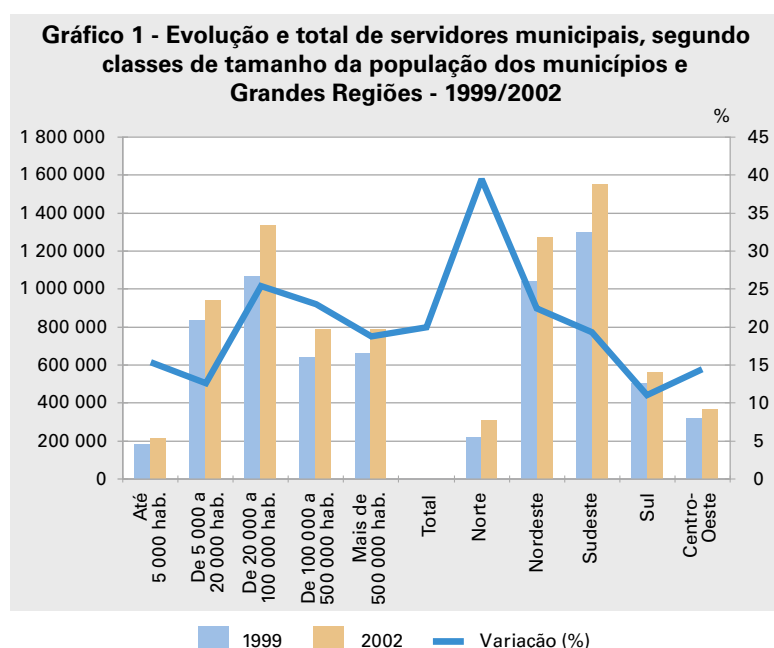
Todas as tabelas apresentadas aqui são produto de agregações dos dados de municípios por tamanho da população, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que ele está localizado. Há um entendimento de que essas variáveis são algumas das mais relevantes para compreender e possibilitar a descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

Quadro de servidores públicos municipais 1999-2002

Nos últimos 20 anos, o País vem se redemocratizando e passando por uma redistribuição de poderes e redefinição de atribuições entre os vários componentes da Federação brasileira, e isso tem sido evidenciado por pelo menos dois fatos que vêm ocorrendo em paralelo. O primeiro, de fragmentação territorial, com a instalação de quase 1 500 novos municípios, o que representou um acréscimo de 35% aos pouco mais de 4 000 que existiam anteriormente. A instalação de novos municípios é uma das formas de repartição de poderes, pois cada um deles passa a constituir um novo ente estatal integrante da Federação, com autonomia político-administrativa. O segundo é a vigorosa descentralização administrativa que vem ocorrendo com a transferência de diversas atribuições da União e dos Estados para as administrações locais. O Sistema Único de Saúde - SUS, que é operado pelas administrações locais com recursos oriundos dos governos federal e estadual, e os Conselhos da Criança e do Adolescente, que junto com os Conselhos Tutelares, na área da assistência à infância, constituem outro marco de política nacional descentralizada para as administrações locais, são algumas das maiores evidências desse processo. Esses e inúmeros outros programas e ações, nas mais diversas áreas de atuação do Poder Público, mostram como é diversa e abrangente a progressiva descentralização para os municípios.

Um número crescente de novos municípios, com todo seu aparato administrativo, e uma quantidade crescente de atribuições e responsabilidades, além do crescimento da população local, vêm induzindo um crescimento expressivo do porte das administrações locais, se observadas quanto ao total de servi-

dores e mesmo relativamente à população. No Gráfico 1, pode ser observado que houve um crescimento de quase 20% entre 1999 e 2002, com o total de servidores municipais em todo o País, passando de 3 383 566 para 4 058 116. Esse comportamento, com alguma variação de ritmo, foi generalizado em todas regiões; o Norte, até talvez por ainda ter um contingente relativamente pequeno frente ao de outras regiões, foi o que apresentou maior crescimento no período, quase 40%, passando de 222 para 310 mil servidores ao todo. As Regiões Sudeste e Nordeste, onde estão quase 70% do total de servidores municipais, também cresceram em torno de 20%, igual à média do País.

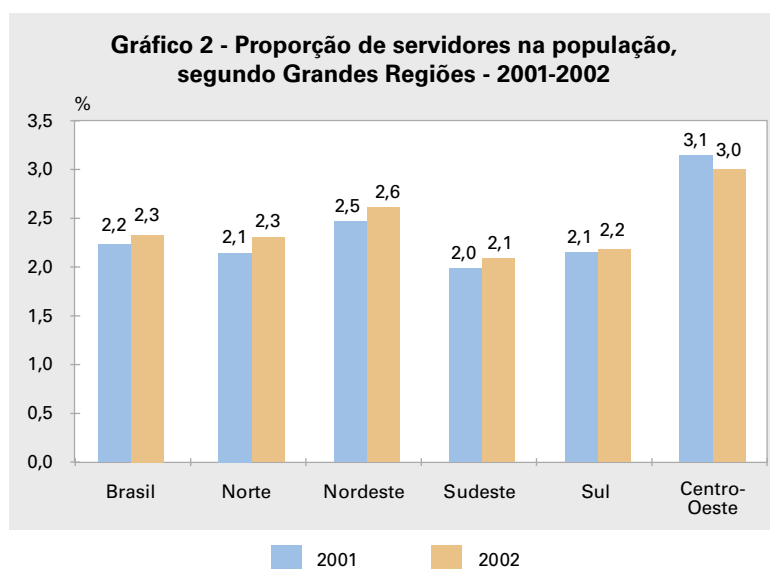


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

O crescimento do total de servidores ocorreu de forma generalizada em municípios de todos os portes populacionais. A faixa em que houve maior crescimento médio foi na dos municípios de porte médio, ou seja, os de população entre 20 mil e 100 mil habitantes, com 25%, enquanto a de menor crescimento foi a dos municípios com população entre 5 mil e 20 mil habitantes.

Outra forma de se avaliar o contingente de servidores municipais é através da participação relativa desse segmento na população. Em 2002, no Brasil havia 2,33 servidores municipais para cada 100 habitantes.

No período de 2001 a 2002, houve uma pequena variação positiva da proporção de servidores municipais na população. Há várias possíveis causas que poderiam ser apontadas para justificar esse incremento: um aumento de capacidade operacional devido ao acréscimo dos serviços sob responsabilidade das prefeituras bem como à instalação dos novos municípios, seriam duas



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002; Populações residentes estimadas em 1º de julho de 2001, segundo os municípios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2001>. Acesso em: nov. 2004.

delas. Uma tentativa de compensar as enormes carências sociais também pode ser apontada, pois as Regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maior variação positiva. No entanto, não temos elementos que esclareçam essas variações de forma rigorosa.

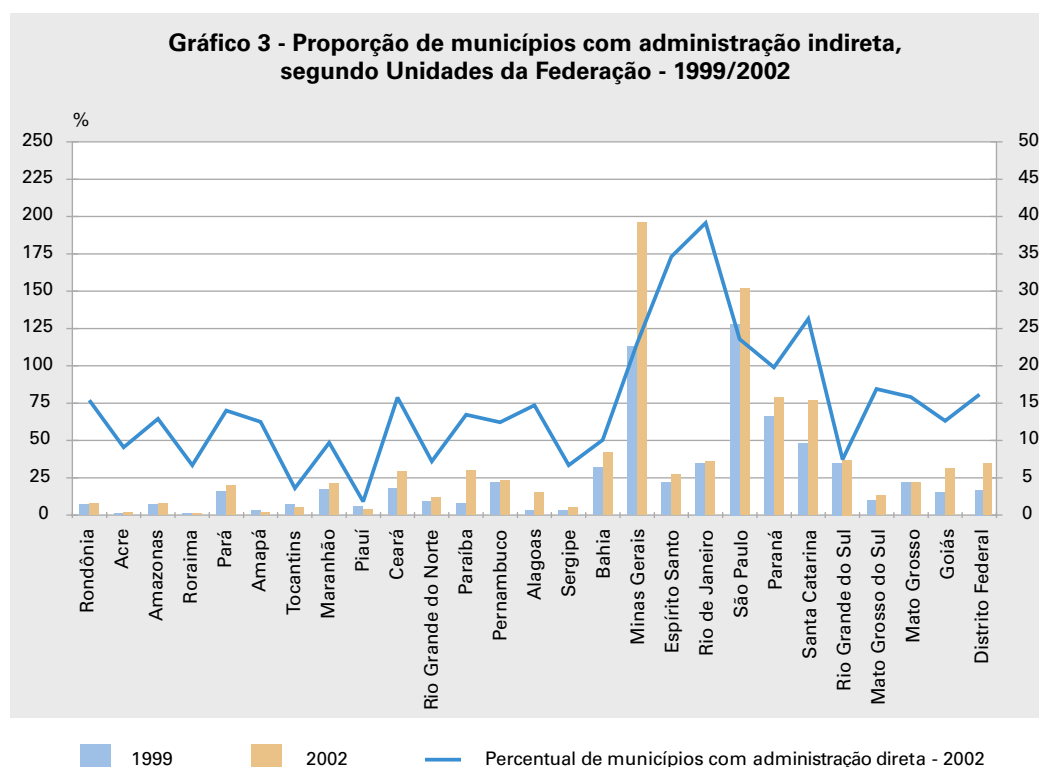
Nos municípios de menor porte, a proporção de servidores na população alcança 4,86 por cada 100 habitantes, enquanto nos de maior porte, a mediana foi de 1,72, o que mostra que há um economia de escala, pois quanto maior o porte do município menor, relativamente, o contingente de servidores. As regiões com maiores taxas medianas foram a Norte (3,79) e a Sul (3,16). Entre os estados, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte foram os que apresentaram maior taxa, todos acima de quatro servidores por cada 100 habitantes.

A organização administrativa dos municípios

Os municípios têm competência para organizar e manter serviços públicos locais, estabelecida na Constituição Federal, como um dos princípios asseguradores de sua autonomia administrativa, desde que o serviço seja de interesse local. A Constituição Federal de 1988 incluiu, entre esses últimos, vários serviços como um dever do município; é o caso dos transportes coletivos, a educação pré-escolar e o ensino fundamental, o atendimento à saúde, a proteção do patrimônio histórico-cultural local e o controle do uso e parcelamento do solo.

Os serviços públicos, mantidos pela administração pública municipal, são operados por entidades da administração direta e indireta; as primeiras compreendem os órgãos da estrutura administrativa da prefeitura; as da administração indireta são constituídas pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria, tais como: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, vinculadas à Secretaria em cuja área de competência se enquadra sua principal atividade (MEIRELLES, 1997, p.637). O estabelecimento de entidades de administração indireta é outra forma de descentralização administrativa, pois requer a formação de entidades com personalidade jurídica própria e, portanto, com maior autonomia administrativa e passíveis de controle externo específico.

Em 2002, 16% (898) das prefeituras declararam possuir alguma entidade de administração indireta. Esse resultado indicou um aumento médio de 37% no País, entre 1999 e 2002. Essa proporção cresce entre os municípios de maior porte populacional e é muito diferenciada, dependendo da região e da Unidade da Federação em foco, como podemos observar no Gráfico 3. Nos estados do Sudeste essa proporção é bem maior e chega a quase 40% no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. No Sul, essa proporção também é maior que a média do País. Em geral, essa proporção está crescendo em todas as Unidades da Federação, mas, principalmente, nos estados da Região Nordeste, onde houve uma variação de 53% nesse período.

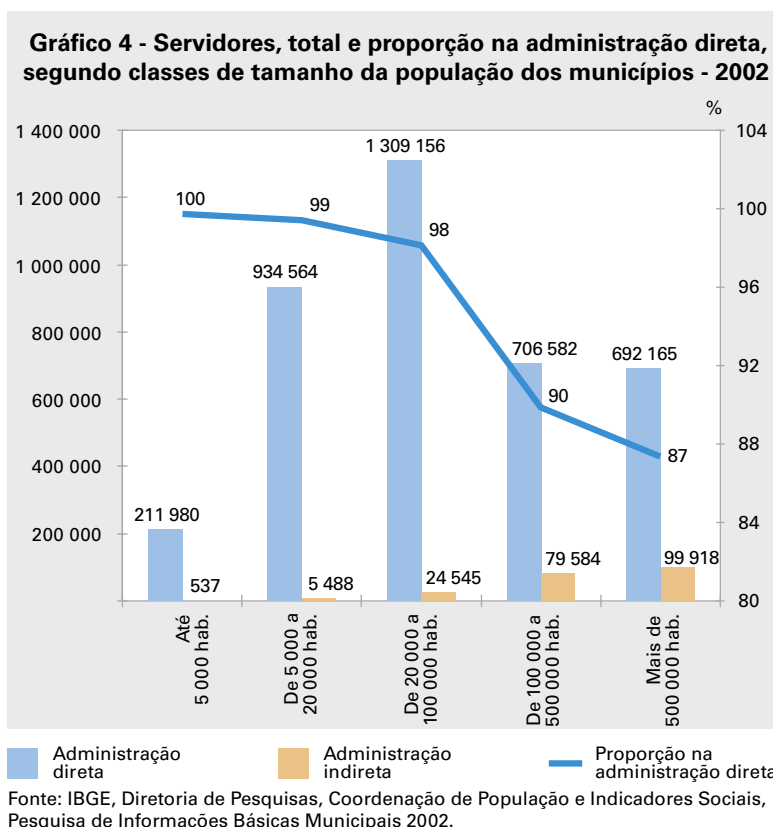


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

O quadro total de agentes públicos municipais

Os Agentes Públicos são as pessoas, vinculadas ou não ao Estado, que prestam serviço a ele, de forma permanente ou ocasional. Há três tipos de Agentes Públicos: os Agentes Políticos, os Agentes Administrativos e os Agentes por Colaboração. Os Agentes Administrativos são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais. Constituem a imensa maioria dos prestadores de serviço à Administração Direta e Indireta do Estado nas seguintes modalidades: servidores públicos concursados; servidores públicos exercendo cargos em comissão ou função de confiança, sem concurso; e servidores temporários.

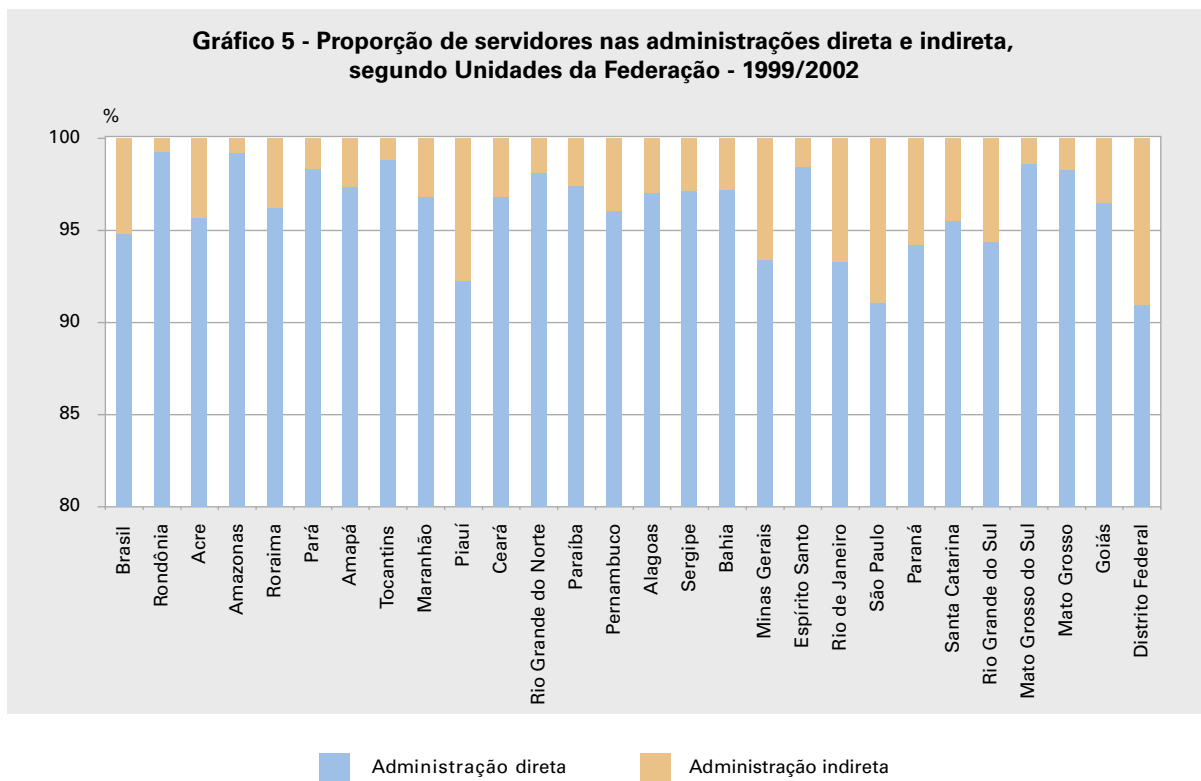
Os servidores públicos “constituem subespécies dos agentes administrativos, categoria que abrange a grande massa de prestadores de serviços à Administração e a ela vinculados por relações profissionais” (MEIRELLES, 1997, p. 367). A Constituição Federal vigente instituiu o Regime Jurídico Único - RJU para os servidores civis da Administração direta, autárquica e fundacional. A competência do município para organizar seu funcionalismo advém da autonomia administrativa de que dispõe, segundo a Constituição Federal, Artigos 30 a 41. Ao município caberá estabelecer a forma e o valor de pagamento de seus servidores, respeitada a legislação federal.



A MUNIC, desde 1999, vem levantando informações sobre a composição do quadro de pessoal das prefeituras, tanto na Administração Direta quanto na Indireta. Foram pesquisados para cada uma, os quantitativos de funcionários estatutários, regidos pelo RJU; o de funcionários celetistas; e os contratados de outras formas.

O número total de servidores municipais cresceu 18% no País, entre 1999 e 2002, passando de 3,43 milhões para 4,06 milhões. Essa taxa de crescimento foi consideravelmente maior na Região Norte onde, em média, houve uma variação positiva de 32% no período. Nas outras regiões as variações se situaram próximas à média nacional.

A proporção de servidores municipais na Administração Direta no País como um todo, em 2002, era de quase 95%. Essa proporção variava pouco entre as diversas Unidades da Federação: 91%, em São Paulo e no Distrito Federal, a 99%, em Rondônia e no Amazonas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

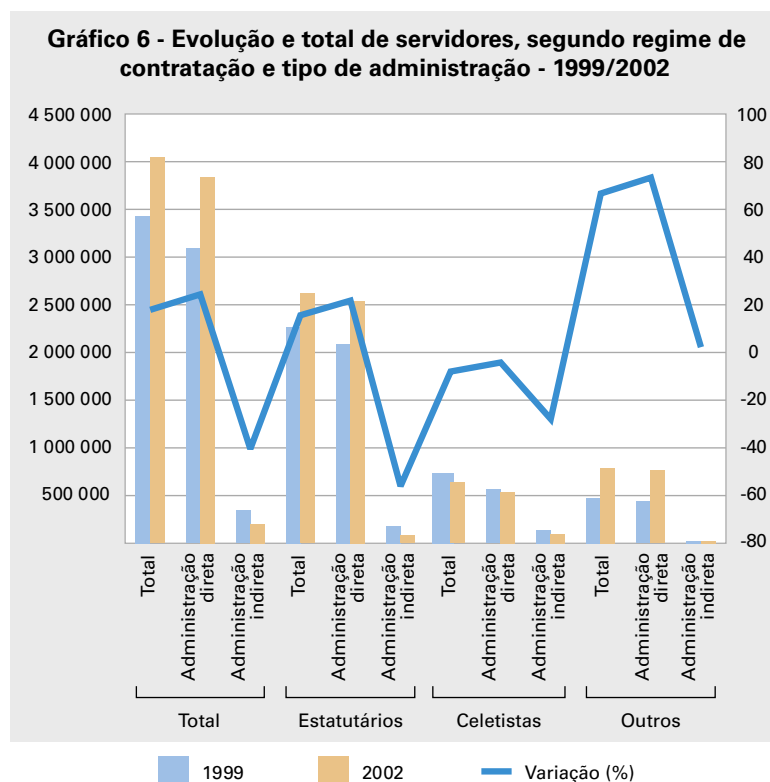
Apesar de o número de municípios com Administração Indireta ter crescido no período (ver tópico anterior), a proporção de servidores nesse ramo da Administração Pública Municipal caiu de 10% para em torno de 5% do total. O Distrito Federal foi responsável pela maior parte dessa variação, pois passou mais de 9% para 91% a proporção de servidores na Administração Direta; mesmo sem o Distrito Federal, no resto do País houve uma redução de 16% no total de servidores na Administração Indireta.

A proporção de servidores, valor mediano, na Administração Indireta, em 2002, era de 3,72 a cada 100. Essa proporção variou entre 2,33%, nos municípios de menor porte, a 13,95%, nos de maior porte. A variação regional foi bem menor: no Norte era de 1,07% e no Sudeste, de 5,02%. Essa proporção caiu em torno de 2 pontos percentuais entre 1999 e 2002. Essa queda pode ser explicada pelo aumento de municípios que passaram a ter alguma entidade de administração indireta que foi de 17%, provavelmente, com um peso geral, inicialmente, pequeno.

O quadro total de servidores municipais por tipo de vínculo

Os servidores públicos municipais, em sua grande maioria, são vinculados ao Regime Jurídico Único, mas há ainda um contingente expressivo de celetistas e um número crescente de servidores com outros tipos de vínculo; nesta categoria se enquadram os agentes políticos dos primeiros escalões e os que ocupam cargo comissionado (que não são servidores municipais), os funcionários cedidos por outros órgãos e os trabalhadores temporários.

A proporção de servidores estatutários no conjunto dos servidores, entre 1999 e 2002, pouco se alterou passando de 66,0% para 64,7%; já a proporção de celetistas caiu de 20,2% para 15,8%, enquanto a de servidores com outros tipos de vínculo à administração municipal passou de 14% para 19%, sendo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

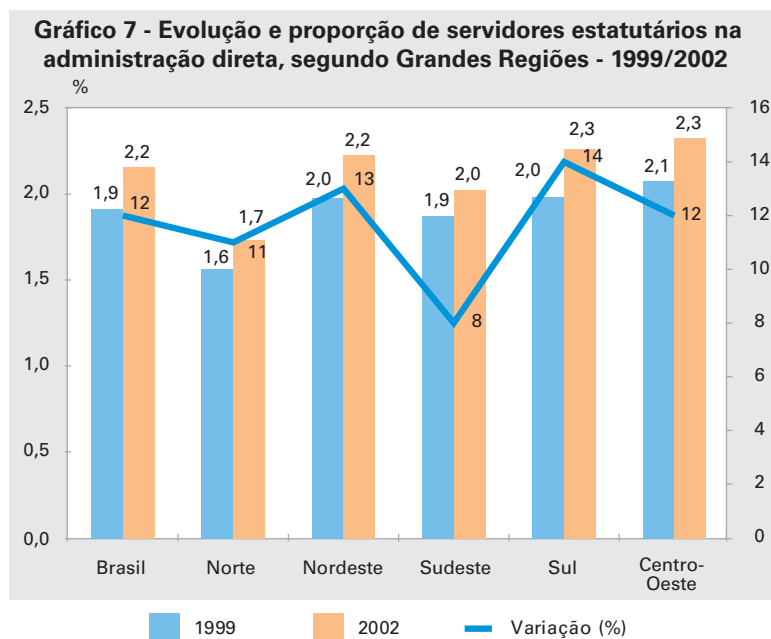
essa a variação mais relevante no período. A despeito da leve queda na fatia, o total de estatutários apresentou um crescimento de 15,6%, passando de 3,38 para 4,06 milhões de servidores entre 1999 e 2002. Os celetistas apresentaram um decréscimo de 5,6%, passando de 0,68 para 0,64 milhão, em grande parte devido a mudanças de regime de quase 100 mil funcionários do Distrito Federal que passaram de celetistas para estatutários.

O movimento mais expressivo ocorreu com os servidores com outros tipos de vínculos. Estes foram os que apresentaram a maior variação, 66,6%, passando de 0,47 para 0,79 milhão. Esse aumento se deve, provavelmente, às maiores dificuldades para contratação devido à regulamentação dos concursos de admissão pelo RJU e ao controle estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) junto à crescente dificuldade financeira do setor público, o municipal, em particular.

Na maioria das Unidades da Federação, esse quadro se repete, ou seja, a maior proporção de servidores é de estatutários seguida de outros tipos de vínculo. Somente nos Estados de São Paulo (concentra 40% dos servidores com esse tipo de vínculo no País) e do Acre (a maior parcela do total), os celetistas apresentam uma proporção maior do que os outros.

Administração Direta

O total de servidores municipais estatutários passou de 2,25 para 2,62 milhões, um crescimento total de 16,5% entre 1999 e 2002. Houve crescimento desse contingente, em praticamente, todas as Unidades da Federação; somente o Distrito Federal e Rondônia apresentaram decréscimo.

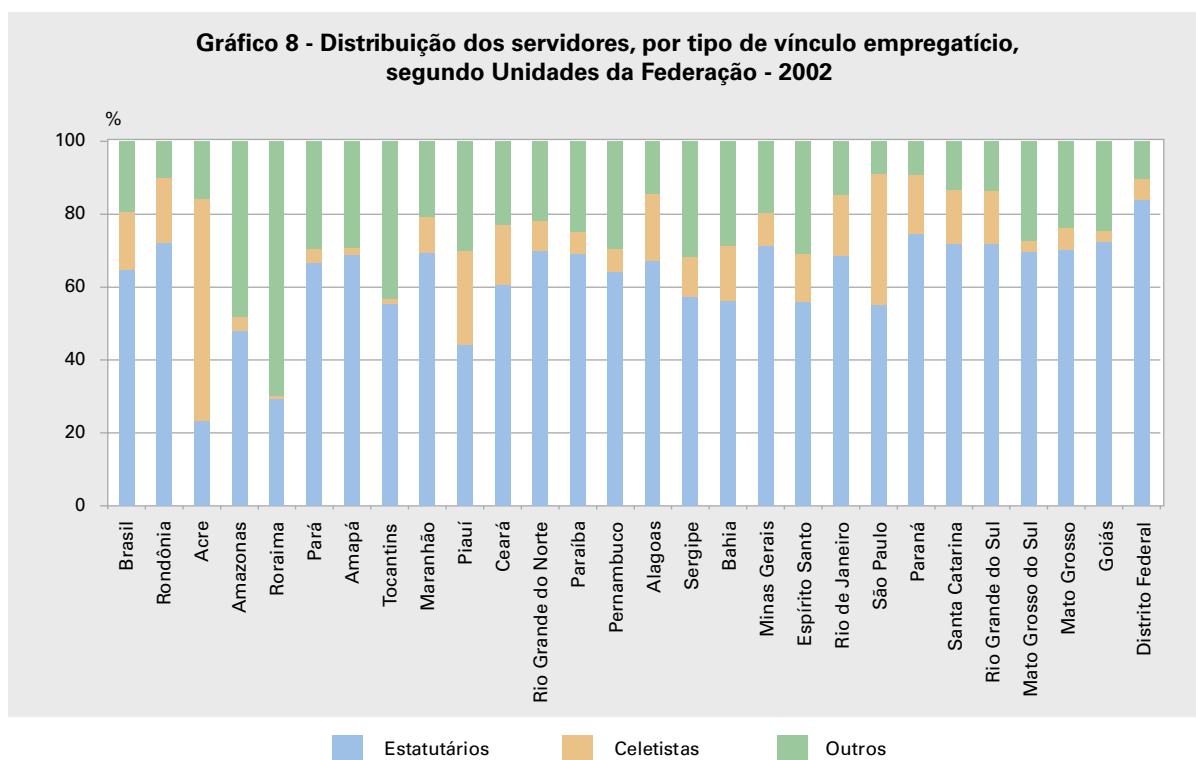


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

A proporção (valor mediano)² de servidores estatutários da Administração Direta na população dos municípios, em 2002, era de 2,16%. A Região Centro-Oeste, com 2,33%, foi a que apresentou a maior proporção, enquanto a Norte, a menor, com 1,74%. Essa proporção cresceu 12%, no País como um todo, entre 1999 e 2002. Esse comportamento foi semelhante em todas regiões, variando apenas a taxa de variação: 8%, no Sudeste, e 14%, no Sul.

Em 2002, havia quase 540 mil empregados públicos, contratados sob o regime celetista, nas Administrações Diretas municipais. Apenas 269 municípios concentravam 57% desses empregados e no Estado de São Paulo, em apenas 109 municípios, estavam 147 306 (46%). Do conjunto de municípios 3 142 (57%) não tinham nenhum empregado nessa mesma condição.

Gráfico 8 - Distribuição dos servidores, por tipo de vínculo empregatício, segundo Unidades da Federação - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

O total de empregados celetistas das prefeituras variou pouco (-4,2%) no período de 1999 a 2002, passando de 562 238 para 542 755. Alguns estados se destacam por apresentarem um crescimento expressivo do total: Goiás (59%), Rondônia (54%), Pernambuco (47%), Mato Grosso (27%), Rio de Janeiro (27%), Piauí (20%), enquanto outros por um decréscimo elevado: Sergipe (42%), Rio Grande do Norte (54%), Paraíba (55%), Amapá (89%), Tocantins (925%).

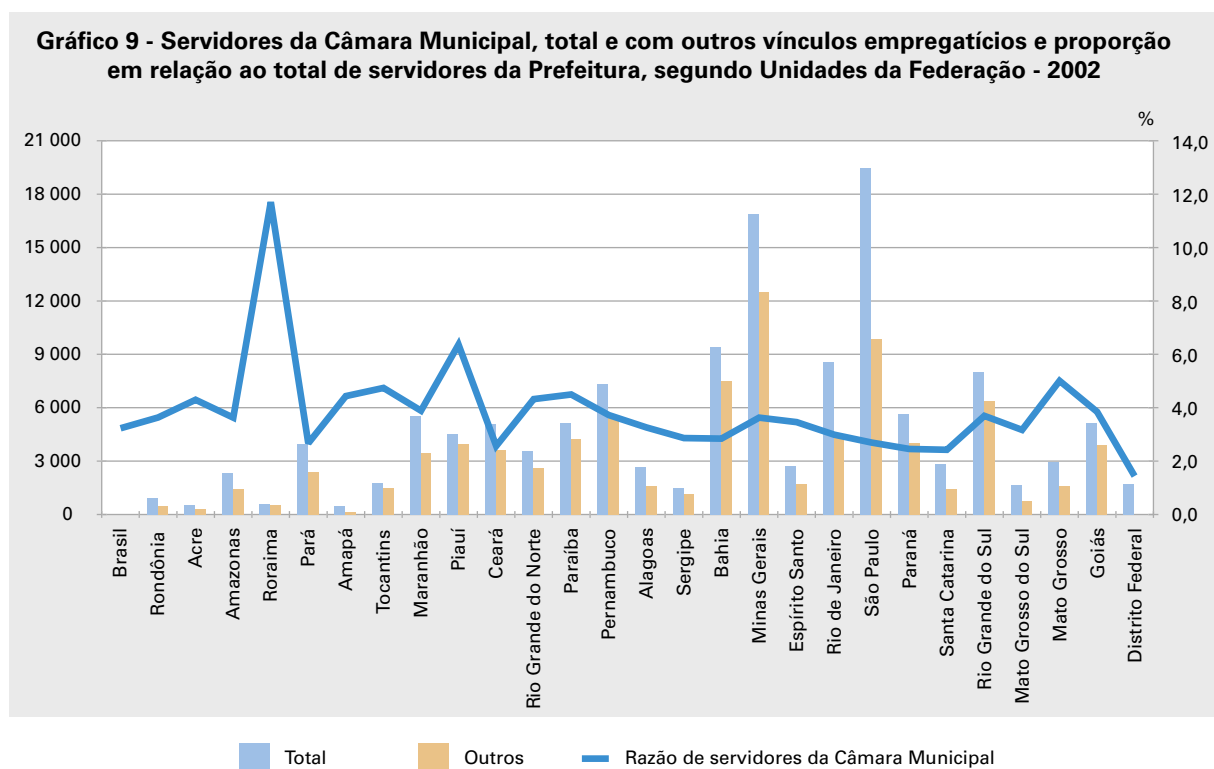
Os servidores com outros tipos de vínculos somam quase 800 mil no País e apresentaram um crescimento de quase 70%, no período de 1999 a

² Tomamos o valor mediano entre os municípios de cada grupo considerado (tais como: região, Unidade da Federação, etc.) por ser esta uma estatística que não é afetada por valores muito extremos.

2002. Os estados que concentram maior número são a Bahia (96 mil) e Minas Gerais (93 mil); em termos de variação se destacaram o Amapá (700%) e o Distrito Federal (270%).

Quadro de servidores das Câmaras Municipais

A composição do funcionalismo da Câmara compete à Presidência da sua Mesa Diretora, como representante da Edilidade e responsável pela sua administração. Compor o funcionalismo é preencher os cargos na forma da lei. Embora funcionários da Câmara, devam seus servidores ficar sujeitos ao mesmo Estatuto dos servidores da prefeitura, visto que uns e outros são servidores do município. Diferem somente em relação à autoridade a que ficam sujeitos: os da Câmara são subordinados ao Presidente e os da prefeitura, ao Prefeito.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nas Câmaras predominam os servidores com outros tipos de vínculos (nem RJU, nem CLT), pois dois a cada três servidores se encontravam nessa categoria, em 2002. Num total de pouco mais de 130 mil, esses somavam mais de 86 mil servidores.

Em média, no País, havia 3,2 servidores na Câmara para cada 100 da prefeitura. Essa taxa variava de 4,5, no Nordeste, a 5,8, no Centro-Oeste. Nos municípios de menor porte, essa taxa era de 7,9; nas faixas intermediárias chegava a atingir 2,8 e voltava a crescer, quase atingindo 5,0. Em relação aos estados, valem ser destacados: Roraima (11,7), Piauí (6,4) e Mato Grosso (5,0).

Aspectos da modernização da administração tributária nos municípios brasileiros

A Constituição Federal de 1988 foi marcante para o movimento municipalista brasileiro, ao consolidar inúmeras lutas travadas durante as décadas de 1970 e de 1980, em busca de maior autonomia municipal. Dentre as conquistas destacam-se: a elevação dos municípios ao *status* de entes da federação; o direito conquistado de regerem-se por Lei Orgânica própria; e o crescimento de transferências de recursos efetuadas pelos Estados e pela União.

Como consequência, os municípios conseguiram se inserir de forma mais autônoma na esfera pública nacional, assumindo maiores responsabilidades, seja através da implementação de um número cada vez maior de políticas, seja pela obtenção de grande volume de recursos, via transferências governamentais. Por outro lado, e em virtude de serem dependentes dessas transferências, grande parte dos municípios brasileiros teve sua autonomia comprometida, mantendo-se, até certo ponto, submetidos às políticas implementadas pela União e Estados Federados.

Esta dependência deve-se, sobretudo, à baixa capacidade de arrecadação própria dos municípios, composta, principalmente, pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS. A Tabela 1 mostra que a arrecadação própria dos municípios cresce de acordo com o tamanho da sua população. Em outras palavras, isto significa dizer que os municípios maiores, mais dinâmicos do ponto de vista econômico, arrecadam uma proporção de recursos superior aos pequenos municípios,

que são, por sua vez, mais dependentes das transferências governamentais. Enquanto os micromunicípios (com até 5 mil habitantes) são responsáveis por 0,7% da arrecadação própria do País, cifra bastante inferior, tanto ao seu peso no total de municípios (25,6%) quanto no total das transferências correntes (5,4%), os grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes) concentram 0,5% dos municípios brasileiros e 28,5% das transferências correntes e são responsáveis por mais de 60% da arrecadação própria do País.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos municípios com Código Tributário Municipal, com arrecadação própria e com transferências correntes, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2000

Classes de tamanho da população dos municípios	Distribuição percentual dos municípios (%)					
	Proporção de municípios	Arrecadação própria	Transferências correntes			
			Total	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	26,1	35,6	38,3
Até 5 000 hab.	25,6	0,7	5,4	57,3	28,7	14,0
De 5 001 a 20 000 hab.	48,2	3,7	18,9	44,4	28,3	27,3
De 20 001 a 100 000 hab.	22,2	10,7	25,6	32,3	32,0	35,7
De 100 001 a 500 000 hab.	3,5	20,4	21,6	18,6	43,3	38,1
Mais de 500 000 hab.	0,5	60,8	28,5	8,2	37,7	34,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2000.

A questão tributária municipal ganhou mais importância a partir das mudanças ocorridas na década de 1990 quando, em virtude da estabilidade monetária alcançada, houve a necessidade de se implementar mudanças na cultura fiscal brasileira. De fato a alta inflação, que até então indexava as receitas numa proporção superior às despesas, permitindo uma acomodação das pressões fiscais, deu lugar a um período de estabilidade. Este fato intensificou os desequilíbrios nas contas públicas, forçando as autoridades governamentais a introduzirem mecanismos de controle dos gastos públicos em todas as esferas da federação, dentre os quais se destaca a edição da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

A característica principal desta Lei foi introduzir no regime fiscal brasileiro uma série de instrumentos que visassem ao controle estrutural do gasto público, fornecendo, além disso, meios para que os entes federativos obtivessem aumento da arrecadação via modernização da administração tributária. Marcada pelos conceitos de transparência e responsabilidade e aplicável aos três níveis de governo e aos três poderes, a Lei de Responsabilidade Fiscal objetiva a implantação de um "regime de gestão responsável das finanças públicas" a partir de "princípios permanentes e instrumentos modernos que

se sobrepujassem e delimitassem a estratégia fiscal mais imediata, assegurando o equilíbrio fiscal de longo prazo” (GUARNERI, 2002, p.10).

O impacto desta “nova cultura fiscal” sobre os municípios brasileiros foi bastante significativo, principalmente no que se refere às restrições impostas ao gasto público. A necessidade de se enquadrarem nos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando o equilíbrio orçamentário, obrigou os municípios a implementarem mudanças em suas gestões através da introdução de novos instrumentos que modernizassem suas administrações tributárias. Objetivava-se, com isso, a redução tanto dos gastos públicos quanto o aumento da arrecadação própria dos municípios.

O presente texto tem como objetivo focar alguns destes mecanismos de modernização administrativa nos municípios brasileiros. A partir das informações sobre legislação e instrumentos de planejamento e recursos para a gestão municipal, pretende-se mostrar como se distribuem os Cadastros Imobiliários e de Serviços, as Taxas Instituídas e o Código Tributário Municipal pelos municípios brasileiros.

Distribuição dos cadastros pelos municípios brasileiros

A Tabela 2 mostra a proporção de municípios que apresentam Código Tributário Municipal, Cadastro de IPTU e ISS, e se estes estão informatizados. Fica claro que a presença do Código Tributário Municipal - regulador e disciplinador dos direitos e obrigações referentes às questões tributárias dos municípios - está presente em mais de 90% dos municípios brasileiros, mostrando ser um instrumento de modernização administrativa bastante consolidado.

Tabela 2 - Proporção de municípios com Código Tributário Municipal, com arrecadação própria e com cadastro informatizado, segundo as Grandes Regiões - 2002

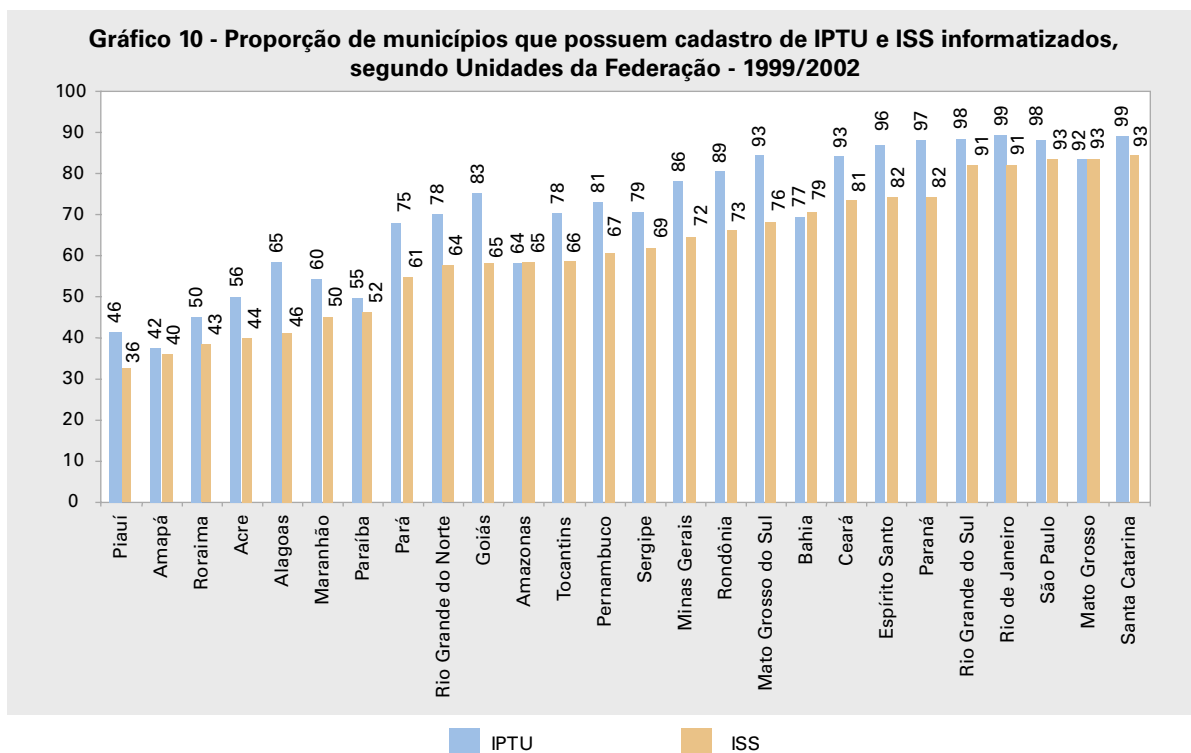
Grandes Regiões	Proporção de municípios (%)				
	Código Tributário Municipal	Cadastro		Cadastro informatizado	
		Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	Imposto sobre Serviços (ISS)	Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	Imposto sobre Serviços (ISS)
Brasil	94,2	91,3	72,5	85,7	78,7
Norte	92,6	75,3	58,2	73,7	62,2
Nordeste	91,9	83,8	47,4	71,2	66,4
Sudeste	96,0	97,5	87,9	91,9	82,3
Sul	94,7	98,6	91,1	98,0	88,7
Centro-Oeste	96,5	94,0	79,7	87,8	75,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Esta distribuição é menos homogênea no que se refere à existência de Cadastros de IPTU e ISS. No primeiro caso, embora sua presença esteja em 91,3% dos municípios brasileiros, existem diferenciações regionais, com a Região Norte apresentando 73,5% dos seus municípios com cadastro imobiliário, cifra bastante inferior aos 98,6% da Região Sul. Já no caso dos municípios com Cadastro de ISS há uma diferenciação maior, sendo mais presente na Região Sul, com cerca de 91%. Já as Regiões Norte e Nordeste apresentam baixos percentuais, com 58,2% e 47,4% dos municípios com cadastro de serviços. Estes resultados indicam que além de estarem mais presentes na Região Centro-Sul brasileira, há uma maior difusão dos Cadastros de IPTU em relação aos de ISS.

Mais de 85% dos municípios que possuem Cadastro de IPTU e quase 79% dos que possuem Cadastro de ISS os têm informatizados. As diferenças, no entanto, permanecem, com uma maior presença na Região Centro-Sul do País e uma maior incidência de Cadastros imobiliários informatizados. Destaca-se mais uma vez a Região Sul do País, com 98% dos municípios apresentando cadastro de IPTU informatizado, percentual superior à informatização dos cadastros de ISS, presente em 88,7% dos municípios desta região.

A análise regional, embora mostre as grandes tendências de concentração desses cadastros, não dá conta das especificidades locais. O Gráfico 10 mostra as proporções de municípios que apresentam Cadastros de IPTU e ISS informatizados nas Unidades da Federação brasileiras. O Estado do Ceará, com valores similares aos da Região Sudeste, apresenta percentuais



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

superiores aos dos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O mesmo pode ser observado no Estado da Bahia, que conta com proporções acima do observado na Região Nordeste.

Outro estado que chama atenção é o Mato Grosso, com mais de 90% dos seus municípios com cadastros de IPTU e ISS informatizados, percentual que o coloca junto às Regiões Sul e Sudeste. O Estado de Goiás, por outro lado, apresenta proporções inferiores às encontradas na Região Centro-Oeste, com um percentual de 83% de seus municípios com cadastro imobiliário contra apenas 65% com cadastro de serviços, assemelhando-se às Regiões Norte e Nordeste.

No geral, por sua vez, os valores observados na análise por Unidades da Federação correspondem às tendências contidas na análise regional, com os estados do Norte e Nordeste (salvo algumas exceções) apresentando os menores percentuais. Destaca-se, neste caso, o Piauí, com, respectivamente, 46% e 36% dos seus municípios, apresentando cadastros de IPTU e ISS informatizados. No outro extremo, estão os estados das Regiões Sul e Sudeste com percentuais elevados, destacando-se Santa Catarina com 99% dos seus municípios com cadastro imobiliário e 93% dos seus municípios com cadastro de serviços informatizados.

No que se refere à análise por faixas de tamanho da população, nota-se uma distribuição mais equilibrada, com mais de 60% dos municípios com até 5 mil habitantes, apresentando cadastro de ISS e 87% com cadastro de IPTU, conforme se observa na Tabela 3. Esses elevados percentuais, também observados no caso da informatização dos cadastros, devem-se, muito provavelmente, ao peso dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais que, além de contarem com altos percentuais de municípios com cadastros imobiliário e de serviços, concentram, juntos, 54% do total desses municípios.

Tabela 3 - Proporção de municípios com Código Tributário Municipal, com arrecadação própria e com cadastro informatizado, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios	Proporção de municípios (%)				
	Código Tributário Municipal	Cadastro		Cadastro informatizado	
		Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	Imposto sobre Serviços (ISS)	Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)	Imposto sobre Serviços (ISS)
Total	94,2	91,3	72,5	85,7	78,7
Até 5 000 hab.	92,8	87,0	63,6	80,9	72,1
De 5 001 a 20 000 hab.	93,8	90,4	68,8	83,5	76,0
De 20 001 a 100 000 hab.	95,8	96,0	84,7	92,0	84,8
De 100 001 a 500 000 hab.	98,5	99,5	99,0	98,0	95,9
Mais de 500 000 hab.	97,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Outro ponto importante a ser observado está nos altos percentuais de cadastros encontrados nos municípios maiores. Estas proporções aumentam conforme aumenta o porte populacional dos municípios, chegando a 100% naqueles com mais de 500 mil habitantes.

Taxas instituídas

De acordo com o Artigo 77 do Código Tributário Municipal, as taxas podem ser cobradas pelos municípios, estado e pela União e dividem-se em dois tipos: as taxas de poder de polícia e as taxas de prestação de serviços públicos. A característica básica da taxa de prestação de serviços públicos é sua divisibilidade, ou seja, podem ser aplicadas, separadamente, pelos seus usuários. Já a taxa de poder de polícia se refere à intervenção do Estado na regulamentação de questões relativas à segurança, higiene, ordem social e urbana, autorização para o funcionamento de atividades econômicas, etc. Para isso, são instituídas taxas referentes à fiscalização sanitária, de anúncios, estabelecimentos, etc.

Uma das principais características das taxas é sua cobrança estar vinculada ao exercício de alguma atividade estatal específica, diferentemente do imposto, cuja cobrança é independente da prestação de serviços não-mercantis. A diferença entre imposto e taxa caracteriza a última como instrumento tributário, aplicável à modernização da administração municipal, na medida em que atende às demandas específicas por parte da prefeitura.

A pesquisa levantou informações sobre a existência de taxa de iluminação pública, coleta de lixo, limpeza pública, incêndio, poder de polícia e outros tipos de taxas. A Tabela 4 mostra a proporção destas taxas nas Grandes Regiões brasileiras. A taxa de iluminação pública é a que está presente no maior número de municípios brasileiros, 49,1%, tendendo a se elevar, já que foi transformada em Norma da Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002 (Artigo 149-A). Sua presença,

Tabela 4 - Proporção de municípios com taxas instituídas, por tipo, segundo Grandes Regiões - 2002

Grandes Regiões	Proporção de municípios com taxas instituídas, por tipo (%)					
	Iluminação pública	Coleta de lixo	Limpeza pública	Incêndio	Poder de polícia	Outras taxas
Brasil	49,1	46,5	40,4	3,4	45,4	70,4
Norte	45,2	22,5	21,6	0,7	34,4	61,3
Nordeste	36,4	20,7	20,5	0,5	35,4	70,0
Sudeste	56,4	61,1	59,0	2,8	49,6	69,3
Sul	61,2	81,1	56,6	10,0	56,6	76,4
Centro-Oeste	44,3	27,4	26,8	2,6	50,5	69,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

no entanto, é mais forte nos municípios do Sul do País (61,2%), seguido pelo Sudeste (56,4%) e Centro-Oeste (44,3%). As Regiões Norte e Nordeste, de forma similar ao observado nas análises de existência de cadastros, apresentam os menores percentuais com a referida taxa, estando presente em apenas 36,4% dos municípios nordestinos.

A distribuição das demais taxas segue a mesma tendência observada para a iluminação pública, com a Região Sul apresentando os maiores percentuais e o Norte e Nordeste os menores. Cabe destacar a taxa de coleta de lixo, presente em mais de 80% dos municípios do Sul do País e em apenas 20,7% dos municípios nordestinos.

Na distribuição por faixas de população, observa-se maior incidência das taxas nos grandes aglomerados urbanos. A proporção da taxa de poder de polícia chega a quase 85% nos municípios com mais de 500 mil habitantes, valor que se reduz para apenas 36% naqueles com até 5 mil habitantes. As demais taxas estão presentes em menos de 50% dos municípios deste estrato populacional e também naqueles com até 20 mil habitantes, exceção feita às outras taxas. Este comportamento mostra que as principais taxas instituídas estão concentradas nos maiores municípios.

Tabela 5 - Proporção de municípios com taxas instituídas, por tipo, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2002

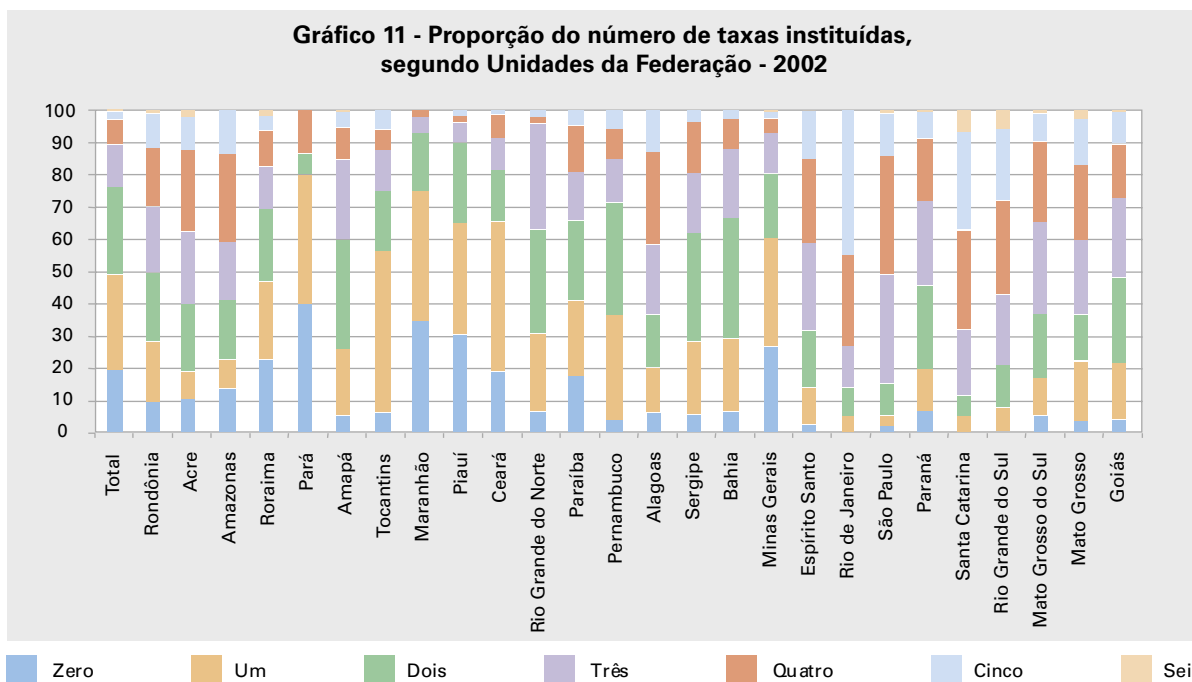
Classes de tamanho da população dos municípios	Proporção de municípios com taxas instituídas, por tipo (%)					
	Iluminação pública	Coleta de lixo	Limpeza pública	Incêndio	Poder de polícia	Outras taxas
Total	49,1	46,5	40,4	3,4	45,4	70,4
Até 5 000 hab.	41,1	41,8	34,4	0,7	36,8	64,5
De 5 001 a 20 000 hab.	49,7	45,6	41,4	1,3	42,0	68,9
De 20 001 a 100 000 hab.	55,0	49,5	42,9	7,4	56,7	76,8
De 100 001 a 500 000 hab.	55,6	66,7	51,5	21,2	69,7	86,9
Mais de 500 000 hab.	57,6	75,8	45,5	21,2	84,8	90,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Na análise por Unidades da Federação, optou-se por construir um indicador que mostrasse o número de taxas que os estados brasileiros instituíram. Este indicador varia de 0 (zero), que significa a proporção de municípios que não apresentam nenhuma taxa, a 6 (seis), ou seja, o percentual de municípios que instituíram todas as taxas levantadas pela pesquisa.

Observa-se, em primeiro lugar, a baixa proporção de municípios que apresentam as seis taxas, alcançando apenas 1,2% dos municípios brasileiros. Os estados que possuem as maiores proporções são Paraná e Santa Catarina, com, respectivamente, 6,8% e 5,8% dos seus municípios com todas as taxas instituídas. No outro extremo, isto é, nos municípios que não instituíram nenhuma taxa, a proporção chega a 9,5%. Este valor, no entanto, é mais elevado em alguns estados das Regiões Norte e Nordeste, como Roraima

(40%), Tocantins (34,5%), Maranhão (30,4%) e Bahia (26,6%). Os estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, exceção de Goiás (19,5%), apresentam, por outro lado, percentuais reduzidos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

O mais freqüente, no entanto, são os municípios apresentarem de duas (20,9%) a três (20,8%) taxas. Aqueles que possuem apenas uma totalizam 19% dos municípios brasileiros. Os Estados do Amapá (50%), Piauí (46,4%) e Bahia (33,8%) têm as maiores proporções de municípios com apenas uma taxa. Os municípios que têm até três taxas totalizam 70,2% do total.

Os municípios com quatro (18,1%) e cinco taxas (10,4%) estão mais presentes nas Regiões Sul e Sudeste do País. O Rio de Janeiro apresenta 37% dos seus municípios com quatro taxas, proporção que cai para 13% nos municípios com cinco taxas. No caso do Espírito Santo esses percentuais são de, respectivamente, 28,2% e 44,9%.

Conclusões

Os resultados analisados mostraram maior capacidade de organização da administração tributária dos municípios das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Mesmo assim, alguns estados das Regiões Norte e Nordeste se destacaram, apresentando percentuais semelhantes às regiões mais dinâmicas do País.

Este ponto merece destaque, já que mostra que as análises por Grandes Regiões não são suficientes para a compreensão da dinâmica social, econômica

e demográfica brasileira. O fato do Estado do Ceará possuir uma proporção de 93% de municípios com cadastro de IPTU informatizado, valor superior aos 71,2% da Região Nordeste e semelhante ao Sudeste, mostra a necessidade de análises cada vez mais desagregadas para a compreensão desta dinâmica.

Ficou claro, também, que conforme aumenta o tamanho dos municípios crescem as proporções de instrumentos de modernização da administração municipal. Isto indica a necessidade que os pequenos municípios têm de se aparelharem, racionalizando suas gestões, em busca de maior independência das transferências governamentais.

Articulações interinstitucionais nos municípios

Com o advento da Constituição Federal de 1988, as administrações municipais ficaram responsáveis por maiores encargos no tocante ao atendimento das demandas sociais. Uma das formas de enfrentar os novos desafios impostos foi através de articulações interinstitucionais fazendo parceria com outros poderes públicos e agentes privados no sentido de atender às demandas e, simultaneamente, conseguir diminuição de custos. Foi dentro desta concepção que os gestores municipais passaram a se valer de convênios, consórcios e similares para conseguir alcançar suas metas.

A MUNIC 2002 pesquisou as articulações interinstitucionais em 12 setores para detectar formação de parcerias: Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Direito de Crianças e Adolescentes, Emprego/Trabalho, Turismo, Cultura, Habitação, Meio Ambiente, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Econômico.

As formas de articulações pesquisadas foram: Consórcios intermunicipais, Convênios de cooperação com entidades públicas, Convênios de parceria com empresas privadas, Ações integradas com outros municípios e Apoio de entidades privadas ou da comunidade.

Os comentários a seguir destacam alguns pontos mais relevantes da pesquisa. Os dados completos estão disponíveis nas tabelas contidas no Plano Tabular, elencados por faixas de população, por Unidades da Federação e por Grandes Regiões.

Consórcio intermunicipal

É o acordo firmado entre duas ou mais prefeituras visando à execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.

A sua ampla utilização advém da possibilidade da obtenção de equipamentos e também da divisão de custos de manutenção e utilização. Dos 12 quesitos pesquisados o maior uso foi observado nas áreas de saúde e meio ambiente.

Os consórcios têm sido utilizados na solução de um amplo espectro de problemas municipais e regionais e também por um número cada vez maior de municípios. Ainda que largamente usados, como se observa nos gráficos apresentados, carecem de bases legais sólidas.

Apesar de seu reconhecimento como único instrumento possível de solucionar demandas que, por seu porte ou por sua abrangência, superam a capacidade de um município, exigindo a conjunção de esforços de vários e mesmo de outros entes federados, somente agora vislumbra-se uma possibilidade de praticar este tipo de parceria extremamente eficaz em bases constitucionais mais sólidas.

O artigo 241 da Constituição Federal determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios “disciplinarão por meio de leis os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998).

Há um projeto de lei tramitando em regime de urgência constitucional, PL no 3884/2004, o qual “institui normas gerais para a constituição de consórcios públicos e para contratos de programas para a prestação de serviços públicos por meio de gestão associada”. A razão da urgência é permitir aos prefeitos que serão empossados em janeiro de 2005 terem em mãos o arcabouço legal que permitirá a formação de parcerias entre municípios e outros entes federados na execução de obras e serviços que julgarem convenientes, sem os percalços legais que enfrentam hoje.

As razões apresentadas na justificativa deste projeto são:

- 1 - Necessidade de superar a insegurança jurídica dos atuais arranjos de cooperação entre os entes públicos brasileiros;
- 2 - Maior racionalidade na execução cooperada;
- 3 - Entendimento dos consórcios públicos como instrumento para gestão cooperada entre entes federados, e não só entre municípios; e
- 4 - Reforço da função de planejamento do setor público, principalmente nas atividades de desenvolvimento regional e de prestação de serviços públicos, a plena capacidade contratual e convenial dos consórcios públicos.

Os consórcios são articulações entre iguais, isto é, entre dois ou mais entes federados que têm como missão institucional o bem comum. Os convênios já são parcerias entre entes diferentes, por exemplo, entre entes federados e empresas. As possibilidades de utilização através da ação conjunta dos municípios são variáveis:

Saúde - É onde a sua utilização tem sido mais ampla. Para os municípios pequenos é a única forma de atender adequadamente às demandas da área. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002 mostra que 46,1% (Gráfico 12) dos municípios até 5 mil habitantes, através de consórcios, já atendem às suas populações através desse expediente. Também nos municípios maiores essa prática já é usual. Em todas as formas de articulações pesquisadas encontrou-se associações na área de saúde.

Meio ambiente - Apesar de já serem bastante utilizados, é onde se espera a disseminação ampla. Os problemas de meio ambiente exigem projetos que contemplem uma bacia hidrográfica como um todo. Os consórcios poderão resolver, além da preservação ambiental, saneamento, solução para a formação de lixo e obras de contenção de enchentes, entre outros.

Habituação - É onde as economias de escala podem torná-los a grande solução para as cidades. Permite projetos arquitetônicos comuns, compras de material a preços mais baixos, financiamento com taxas de juros mais baixas, entre outros. Espera-se uma grande expansão desses programas com a nova legislação que se pretende implantar. Nos municípios de maior porte, através de convênios, já é bastante comum, mas já se observa a sua formação nos municípios de até 5 mil habitantes.

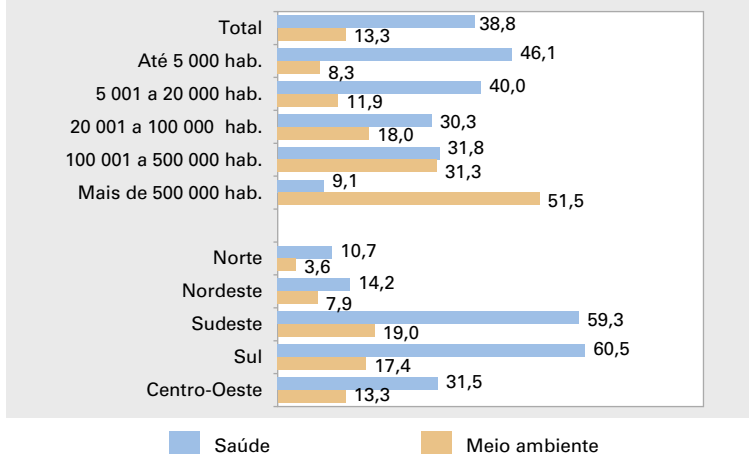
Assistência e desenvolvimento social - É amplo o leque de possibilidades. Contempla construções comuns para práticas desportivas, formação profissional, artesanal, escolas e outros. Pelos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002, nota-se que os gestores municipais têm formado consórcios nessa área independente de seu tamanho, é uma prática generalizada. Dentre as formas pesquisadas nesta área a mais utilizada se deu através de convênios.

Educação - Pelos dados da pesquisa, pode-se ver que é uma prática bastante comum no Brasil. Ele diminui os custos de construção de prédios escolares, reciclagem de mão-de-obra, formação de professores, compra de material para manutenção e desenvolvimento pedagógico, dentre os vários possíveis.

Observa-se comportamentos bastantes distintos no uso de consórcios: na área de Saúde quanto menor o município maior utilização e no Meio Ambiente o comportamento é inverso. Nos outros setores, os percentuais de ocorrência do uso não passam de 10%.

Por Grande Regiões, se destacam, na área de Saúde, a Região Sul, com 60,5% e a Sudeste, com 59,3% de incidência. Em relação ao Meio Ambiente tem-se: Sul, com 17,4%, e Sudeste; 19,0%.

Gráfico 12 - Proporção de municípios com consórcio de saúde e de meio ambiente, por classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Convênio de cooperação com entidade pública

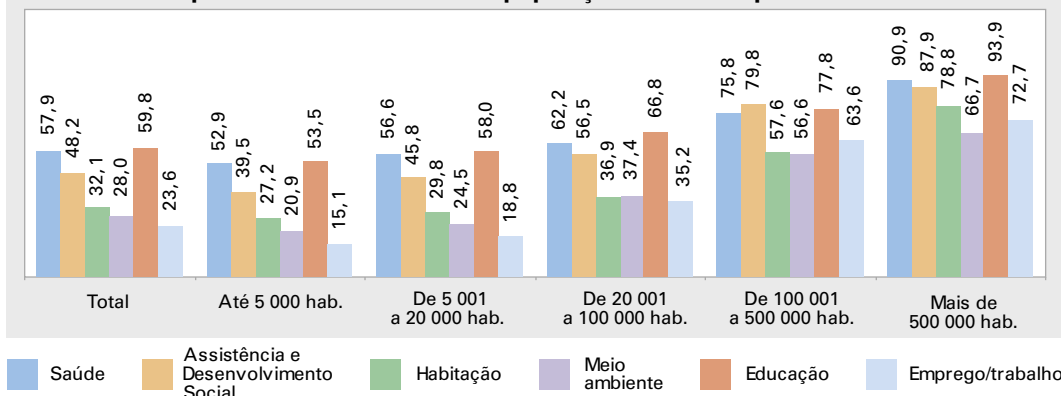
É o acordo firmado entre a prefeitura e outras entidades públicas, podendo ou não envolver dispêndios de recursos por parte do governo municipal. Sua finalidade é desenvolver ou criar projetos em áreas específicas.

Observa-se que nos municípios com maior população estas articulações são mais utilizadas. Vale notar que no setor de Educação é a forma de parceria mais utilizada.

Outro ponto importante é o desempenho no Emprego - Trabalho para as cidades acima de 500 mil habitantes, com 72,7 % de uso.

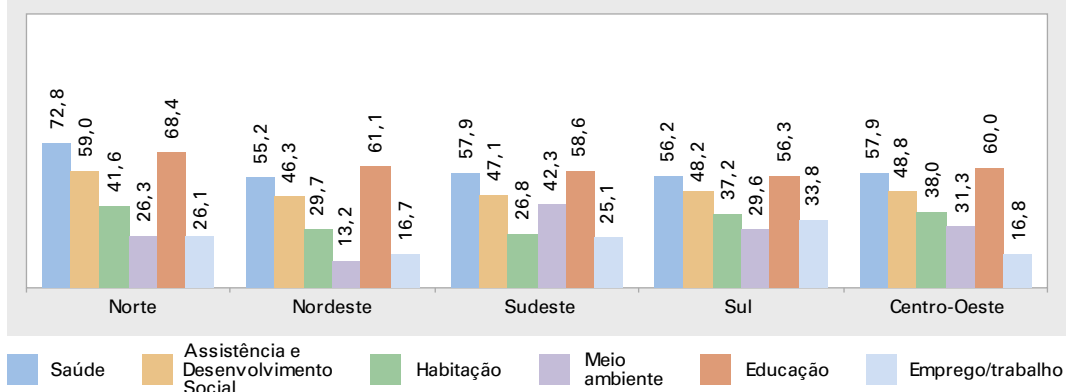
Por regiões registram-se comportamentos quase homogêneos.

Gráfico 13 - Proporção de municípios com convênio de cooperação com entidades públicas, por classes de tamanho da população dos municípios - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Gráfico 14 - Proporção de municípios, com convênios de cooperação com entidades públicas, por Grandes Regiões - 2002



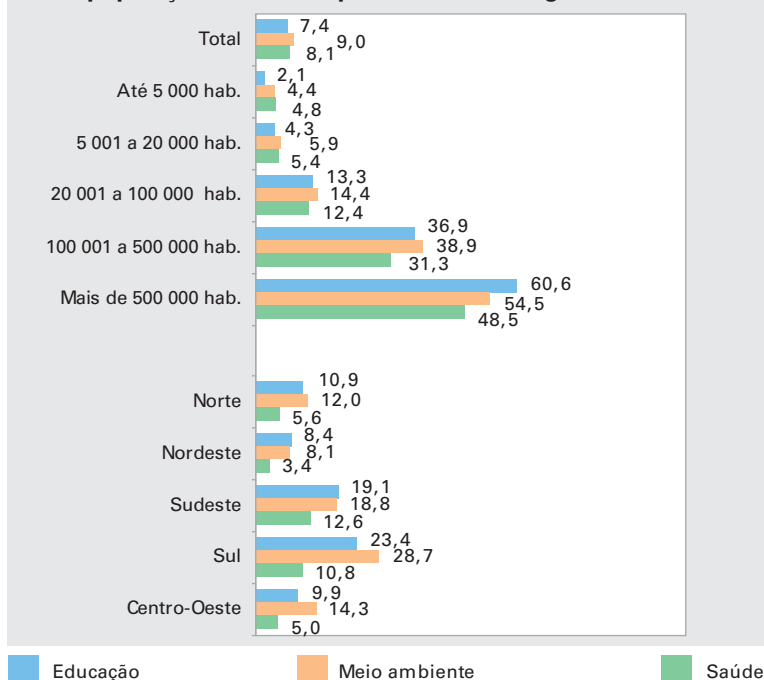
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Convênio de parceria com empresa privada

É o acordo firmado entre o setor público - prefeitura - e o setor privado em que as partes assumem e dividem responsabilidades de projetos e/ou serviços. Geralmente envolve além da divisão de trabalho, a contrapartida de recursos - público e privado - e visa a um objetivo específico. Não se incluem, neste caso, contratações de serviços de terceiros decorrentes de licitações e concorrências públicas.

Observa-se ser uma forma bastante utilizada nos municípios com população maior e pouco nos municípios menos populosos.

Gráfico 15 - Proporção de municípios com com convênio de parceria com empresas privadas, por classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2002



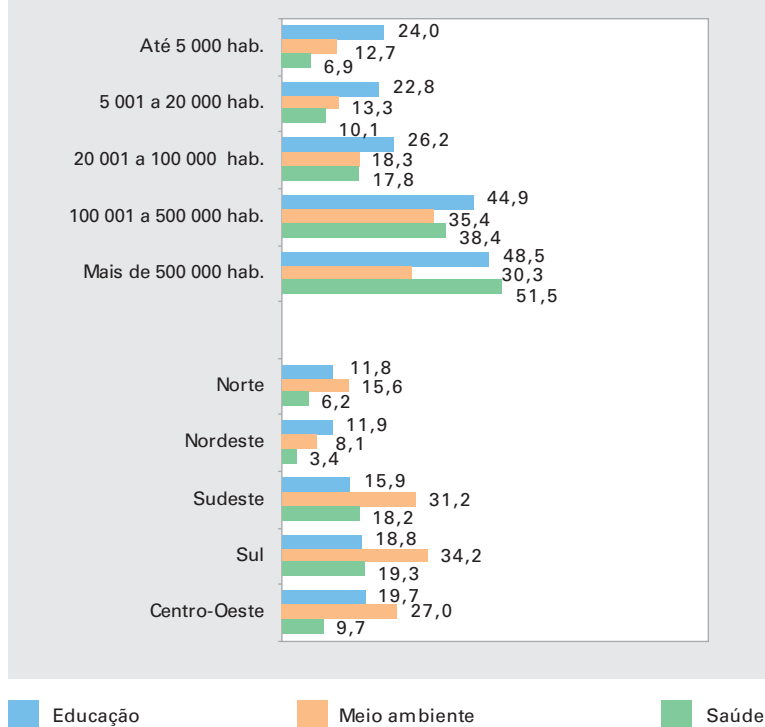
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Ações integradas com outros municípios

Referem-se àquelas ações não regidas por consórcios, convênios ou outras formas jurídicas e cuja finalidade é desenvolver ou realizar projetos ou serviços.

O comportamento observado para as ações supracitadas é visto também nos quesitos pesquisados: é uma parceria mais utilizada nos mais populosos. As Regiões Sul e Sudeste são as que mais a utilizam.

Gráfico 16 - Proporção de municípios com ações integradas com outros municípios, por classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2002

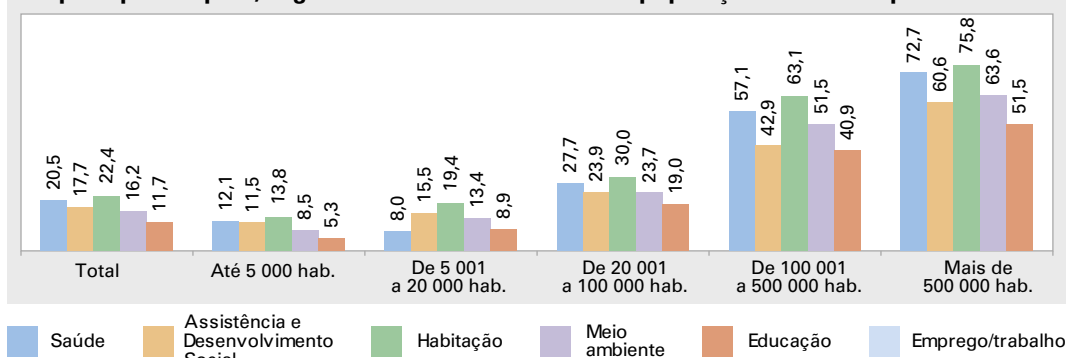


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Apoio de entidades privadas ou da comunidade

Referem-se às ações que contribuíram para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.

Gráfico 17 - Proporção de municípios com apoio de entidades privadas ou da comunidade, por tipo de apoio, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2002

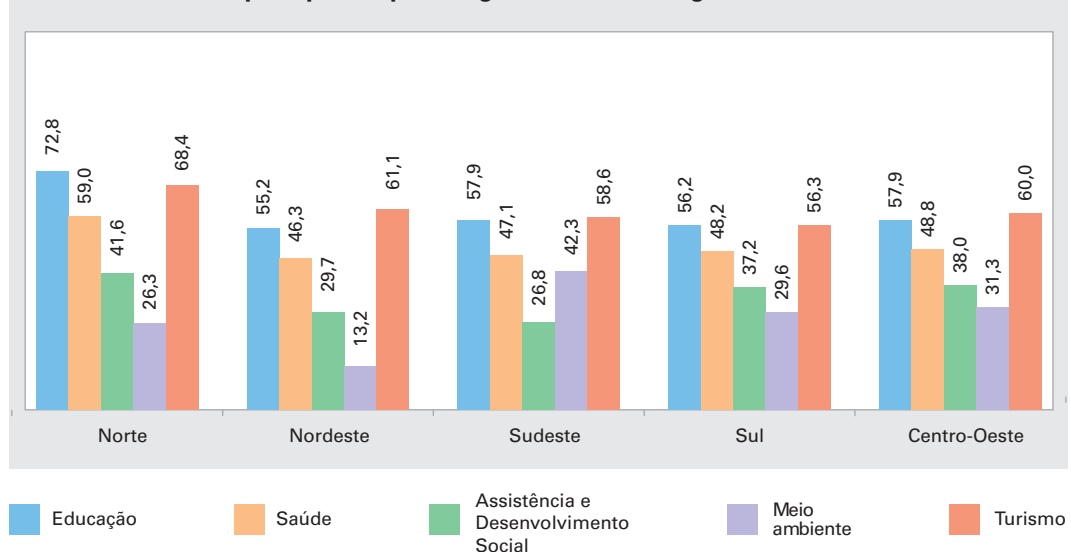


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Apesar de ser a primeira vez que é pesquisada pela MUNIC, pode-se afirmar que este tipo de parceria tem se expandido nos dias atuais devido ao comportamento de setores privados comprometidos com ações ligadas à responsabilidade social. Estas parcerias têm sido elogiadas devido ao seu alto grau de eficácia na gestão econômico-financeira, onde não se observam diferenças entre os recursos destinados e os recebidos. Também nesta parceria observa-se a utilização mais ampla em centros urbanos maiores e com maiores ocorrências nas Regiões Sul e Sudeste.

No turismo ela tem uma incidência de 38,8% nas cidades entre 100 mil e 500 mil e de 36,4% nas cidades acima de 500 mil, bastante alta, se comparadas com outras parcerias no turismo.

Gráfico 18 - Proporção de municípios com apoio de entidades privadas ou da comunidade, por tipo de apoio, segundo Grandes Regiões - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Conclusão

Os quadros exibidos permitem concluir que os gestores públicos municipais estão desenvolvendo vários tipos de cooperação na solução de seus problemas administrativos. Este procedimento, além da redução de custos, torna possível a viabilização de obras que são descomunais para um município, mas tornam-se perfeitamente factíveis para um conjunto deles.

Além das já citadas, outras vantagens são obtidas com estas parcerias. O poder de negociação e pressão em qualquer situação é incomparavelmente maior quando atuam em conjunto, seja nas instâncias institucionais, seja nas creditícias.

Espera-se, também, uma maior transparência na concepção e execução de obras, visto que, por serem regionais, elas envolvem um maior número de atores, onde uma maior fiscalização, tanto por parte das câmaras de vereadores como dos cidadãos, invariavelmente contribuirão para atingir graus ótimos de eficiência.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que um número de municípios vizinhos articulados entre si torna-se um conjunto que tem acesso à linha de créditos somente disponíveis para aglomerados urbanos de grande porte.

Mas a grande mudança que virá deste projeto de lei, se aprovado, é a possibilidade de expandir estas articulações institucionais, calcada em bases legais, onde elas terão personalidade jurídica, com o poder de contratar seus quadros de pessoal, assim como equipamentos, tornando-as mais perenes e fora do alcance das intempéries da ilegalidade, transformando em legais estas articulações legítimas e altamente eficazes em termos de gestão pública.

Estrutura administrativa e programas ou ações municipais na área da habitação

Enfrentar a questão habitacional, sabidamente um dos mais graves problemas sociais a serem equacionados no campo das políticas públicas do País, implica envolver na discussão outros processos com ela relacionados – socioeconômicos e políticos, de infra-estrutura, transporte e regularização fundiária, entre outros – bem como reconhecer que as soluções devem ser buscadas na conjugação de esforços das três instâncias de governo – Federal, Estadual e Municipal. Não obstante, e apesar de instrumentos limitados e de recursos orçamentários nem sempre disponíveis, muitas prefeituras brasileiras vêm tomando iniciativas na área da habitação em seus municípios, seja na tentativa da redução possível do *déficit* habitacional e do número de moradias precárias, seja no que se refere a processos de ocupação irregulares e/ou ilegais.

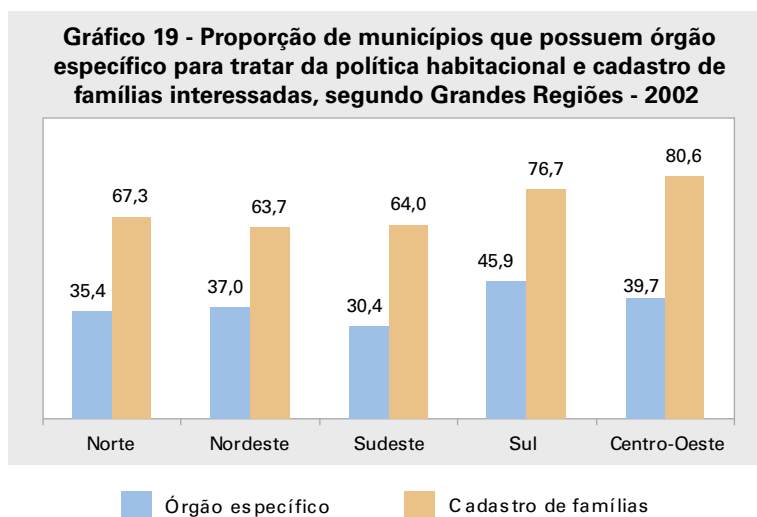
Em sua edição anterior, de 2001, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais investigou, junto às prefeituras, as condições técnico-administrativas criadas no município para a área de habitação e a possibilidade de os gestores municipais estarem ou não, detectando situações de necessidades habitacionais, neste caso traduzidas pela presença de moradias precárias, como favelas e assemelhados, ou por formas de ocupação em desacordo com as normas legais vigentes³.

³ Vale dizer que o conceito de “necessidades habitacionais” é aqui utilizado no mesmo sentido do apresentado no estudo *Déficit habitacional no Brasil*, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, em 1995, ou seja, constitui-se do somatório de três dimensões: déficit habitacional, demanda demográfica e inadequação da moradia.

Ao voltar às prefeituras em 2002, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais focalizou suas indagações especificamente sobre a estrutura administrativa montada nos municípios e sobre as providências empreendidas, a nível local, na área da habitação, durante o ano anterior. Foram feitas questões sobre a existência ou não de um órgão específico para a implementação da política habitacional local e sobre a disponibilidade de um cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais. No caso de a prefeitura ter implementado ações ou programas voltados para o setor, perguntou-se o tipo de programa realizado (construção de unidades habitacionais, oferta de lotes de terrenos, urbanização de assentamentos, regularização fundiária, oferta de material de construção ou melhoria de cortiços) e o número de famílias beneficiadas. Esta última informação não estará disponibilizada, pois trata-se de dado quantitativo de caráter público que ainda depende de confirmação junto aos órgãos locais. Vejamos, a seguir, os resultados obtidos em 2002.

Estrutura administrativa

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais revelou que, em 2002, 35,4% dos municípios brasileiros declararam possuir órgão específico para tratar da política habitacional e 67,3% dispor de cadastro ou levantamento das famílias interessadas em programas nesta área (Gráfico 19). Este resultado demonstra que houve um avanço em relação à situação observada no ano anterior, quando as proporções de municípios que declararam ter órgão específico e cadastro ou levantamento eram de 31,5% e 56,2%, respectivamente (Tabela 6).



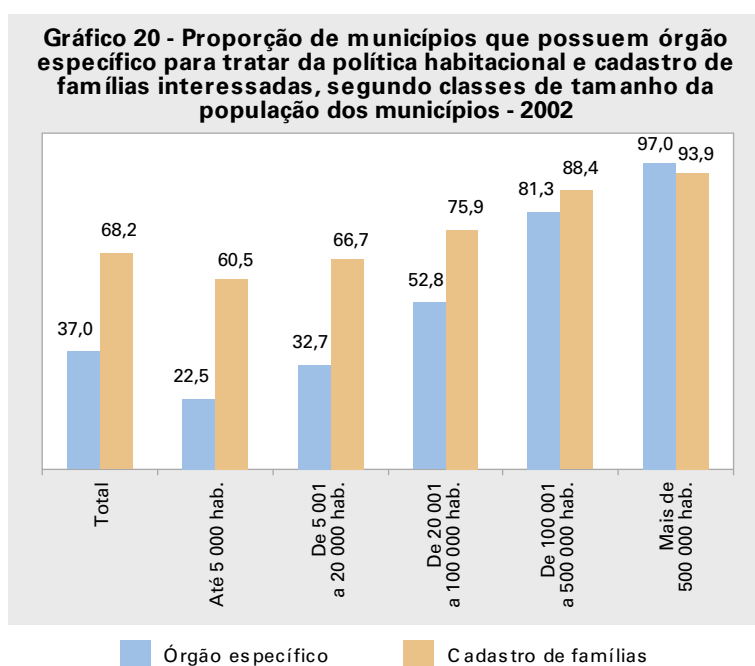
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Observa-se, como já constatado em 2001, um número expressivo de municípios que, apesar de não contarem com órgão específico para tratar da questão da moradia, possuem cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais. Esta informação demonstra que, embora muitas prefeituras

não estejam organizadas a nível institucional para solucionar ou reduzir as carências habitacionais existentes, uma parte delas conhece a demanda de sua população, através de levantamentos feitos pelas próprias prefeituras, por outras instâncias de governos federal ou estadual, ou até mesmo por organismos não-governamentais.

Considerando-se os municípios no contexto regional, as Regiões Sul e Centro-Oeste, tal como apontado em 2001, são as que vêm apresentando as maiores proporções de municípios com cadastro das demandas por habitações.

Na análise por faixas de população, observa-se que tanto a estrutura administrativa voltada para a questão da habitação, quanto a preocupação com o levantamento de interessados, são mais freqüentes no grupo de municípios mais populosos (Gráfico 20). Esta informação referenda a tese de que a questão da moradia (e de sua precariedade) preocupa mais fortemente as cidades mais povoadas do País o que, de certo modo, estaria impulsionando as administrações municipais destes municípios a constituírem órgãos específicos para o gerenciamento das demandas, e para o tratamento de políticas voltadas para soluções.

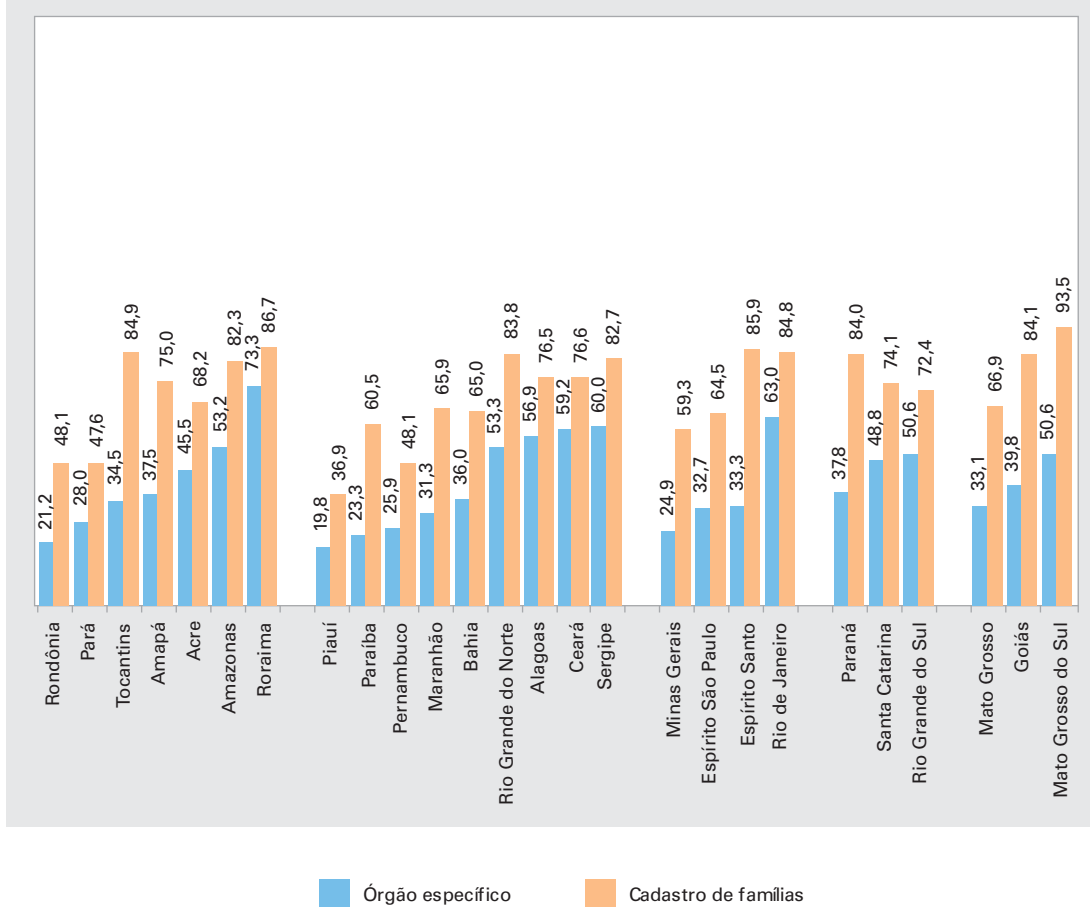


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Os dados demonstram, por outro lado, que na faixa dos municípios mais populosos (aqueles com população superior a 500 mil habitantes) praticamente não houve alteração, entre as pesquisas de 2001 e de 2002, na proporção de municípios com órgão específico ou com cadastro de famílias. As diferenças encontradas no período, portanto, se referem, principalmente, aos municípios pequenos e médios: neste conjunto, as proporções se alteraram positivamente, em todas as faixas populacionais.

Continua havendo, no entanto, um descompasso entre o quantitativo de municípios com cadastro de famílias, e o número de municípios com órgão específico para tratar a questão. Em todas as Unidades da Federação a proporção de municípios com cadastro é sempre superior à de municípios com órgão direcionado para a área habitacional, embora esta diferença varie bastante, inclusive entre estados de uma mesma Grande Região (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Proporção de municípios que possuem órgão específico para tratar da política habitacional e cadastro de famílias interessadas, segundo Unidades da Federação - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

É importante ressaltar que a não existência de órgão administrativo específico não significa que a questão habitacional não esteja sendo tratada por outras instâncias das prefeituras, tais como secretarias de governo ou o próprio conjunto do poder executivo local. A Tabela 6 faz um resumo dos resultados de 2001 e 2002, permitindo que se compare a situação municipal na área da habitação, por tamanhos populacionais dos municípios e por Grandes Regiões.

Tabela 6 - Municípios, total e proporção com existência de órgão específico e cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais, segundo classes de tamanho Grandes Regiões - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de Municípios (1)	Proporção de municípios com existência de (%)			
		Órgão específico		Cadastro de famílias	
		2001	2002	2001	2002
Total	5560	31,5	37,0	56,2	68,2
Classes de tamanho da população dos municípios					
Até 5 000 hab.	1 371	18,5	22,5	49,2	60,5
De 5 001 a 20 000 hab.	2 666	27,8	32,7	55,0	66,7
De 20 001 a 100 000 hab.	1 292	44,1	52,8	61,5	75,9
De 100 001 a 500 000 hab.	198	78,8	81,3	80,3	88,4
Mais de 500 000 hab.	33	93,9	97,0	90,9	93,9
Grandes Regiões					
Norte	449	29,4	35,4	57,0	67,3
Nordeste	1 792	28,0	37,0	46,8	63,7
Sudeste	1 668	30,6	30,4	55,1	64,0
Sul	1 188	39,1	45,9	67,5	76,7
Centro-Oeste	463	30,9	39,7	66,7	80,6

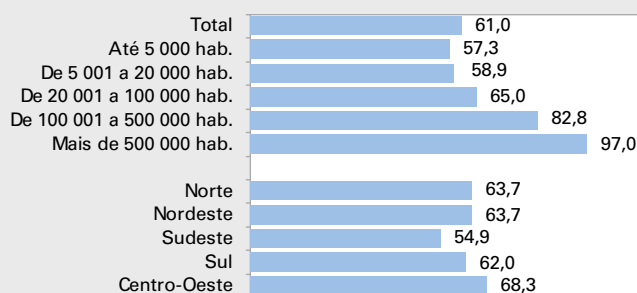
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Programas ou ações na área da habitação

De acordo com os resultados obtidos pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, cerca de 60% dos municípios brasileiros declararam ter executado, em 2001, algum tipo de programa ou ação na área da habitação. Os números encontrados mostram, no entanto, que a proporção de prefeituras que realizou algo nesta área variou de acordo com a região e com o tamanho da população do município (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Proporção de municípios que executaram alguma ação ou programa na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2002



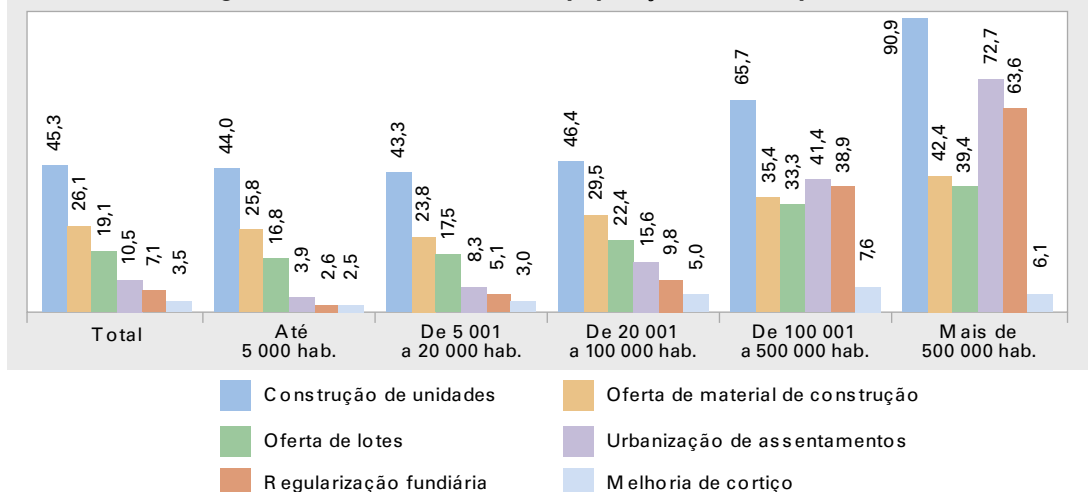
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Pode-se observar, no Gráfico 22, que as proporções aumentam à medida que se elevam as faixas populacionais de municípios: nos municípios menos povoados as proporções ficam abaixo da média nacional; no grupo de municípios com mais de 500 mil habitantes (33 estão neste caso), apenas um (São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro) não tomou nenhuma iniciativa na área da habitação.

Desagregados por Grandes Regiões, os dados apresentam variações menores nas proporções encontradas. No entanto, não deixa de surpreender a proporção relativamente baixa de prefeituras do Sudeste (54,9%), região sabidamente dotada de grandes centros urbanos e de notável déficit habitacional, envolvidas com programas habitacionais⁴. Vale destacar o elevado percentual de municípios da Região Centro-Oeste (68,3%) que executaram ações na área de habitação.

O tipo de ação política implementada nas diferentes municipalidades brasileiras e as soluções encontradas para atender às respectivas demandas na área da habitação variaram de ênfase, de acordo com as especificidades de cada município e com as características de cada região do País. Dentre os diversos programas executados, a construção de unidades foi a providência preferencial dos prefeitos no que se refere à política habitacional, em todas as regiões.

Gráfico 23 - Proporção de municípios, por tipo de programa ou ação na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Na análise por faixas de população, algumas diferenças de ênfase ficaram evidentes. Observa-se que os programas “urbanização de assentamentos” e “regularização fundiária” aparecem em proporções mais elevadas nos municípios mais populosos (Gráfico 23). No grupo das cidades com mais de 500 mil habitantes, por exemplo, 72,7% executaram ações com vistas à urbanização de assentamentos em 2002 e 63,6% direcionaram esforços para

⁴ Os números de São Paulo (53,8%) e Minas Gerais (53,6%) pesaram no cálculo desta média regional.

a regularização fundiária. Estes resultados tornam evidente a preocupação dos gestores das grandes cidades com a legalização das áreas ocupadas de forma irregular e com a melhoria das condições urbanas das comunidades assentadas em seus municípios.

Conclusão

De acordo com as informações levantadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002, uma parte importante do conjunto de municípios brasileiros não dispõe, em sua estrutura institucional, de órgão específico para tratar a questão habitacional. No entanto, apesar disso, muitas municipalidades têm levantamentos da demanda existente e, de alguma forma, executam programas direcionados para a melhoria das condições de moradia da população de seus municípios. A maior parte desses programas, quando executados, são para construção de unidades habitacionais, embora outros, como “oferta de material de construção,” apareçam com bastante frequência. Programas dirigidos para a regularização da posse da terra e para a urbanização de assentamentos são destaques em cidades de maior porte populacional.

A Guarda Municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC realizada em 2001 investigou diversos aspectos relativos ao acesso da população dos municípios brasileiros a instrumentos auxiliares do sistema de justiça e de segurança pública, tais como Guarda Municipal, Delegacia de Mulheres e Juizados de Pequenas Causas (PERFIL..., 2003). Em 2002, a MUNIC limitou sua pesquisa, no que diz respeito à área de segurança pública, a um único equipamento, a Guarda Municipal, examinada sob uma nova perspectiva. Enquanto o objetivo da pesquisa anterior era o levantamento do número de municípios que possuíam Guarda e o efetivo destas, a de 2002 buscou investigar não apenas a sua existência nos municípios, como também as atividades que desempenhavam.

A criação de Guardas Municipais no Brasil foi prevista pela Constituição Federal de 1988. Na realidade, a instituição é mais antiga: na primeira metade do Século XX já existiam algumas cidades com embriões do que viria a ser a Guarda Municipal nos padrões atuais.

Contudo, não parece ser adequado falar em “padrão” em se tratando da Guarda Municipal. De acordo com estudos sobre o tema (BISCAIA, 2004), as Guardas Municipais carecem de uma identidade própria, apresentando grande variação na definição de suas atribuições, nos diversos municípios em que estão implantadas. De maneira geral, as Guardas não possuem metas claras, não têm acesso a tecnologias de informação, nem obedecem a critérios mínimos de recrutamento, seleção e formação. Tampouco há uma padronização dos regimes de trabalho a que estão sujeitas.

De acordo com o parágrafo 8 do Capítulo “Da Segurança Pública” (Art. 144), da Constituição Federal de 1988, as atribuições da Guarda Municipal estão ligadas à proteção do patrimônio público. No entanto, desde o final da década de 1990 está em curso uma ampla discussão acerca do seu papel na segurança dos municípios. Ainda que centrada na Região Sudeste, especialmente no eixo Rio/São Paulo, a polêmica tem reflexos em todo o País. Desde o ano de 2001, propostas de emendas constitucionais que ampliam as atribuições e competências dessa instituição vêm sendo analisadas no Congresso Nacional. Esse debate insere-se em outro, mais abrangente, sobre a importância do município na gestão da segurança pública, uma vez que, historicamente, no Brasil, esta foi função dos governos estaduais e do governo federal.

A proposta de “municipalização da segurança pública” traz em seu bojo a idéia de redefinição das responsabilidades e de maior integração entre a União, os Estados e suas respectivas municipalidades, no que diz respeito à formulação, implementação e avaliação de políticas de segurança. Dentro dessa perspectiva, abordagens distintas defendem um novo modelo de Guarda Municipal, seja como força predominantemente repressiva, seja como instituição de atuação preventiva e comunitária, integrada às polícias estaduais.

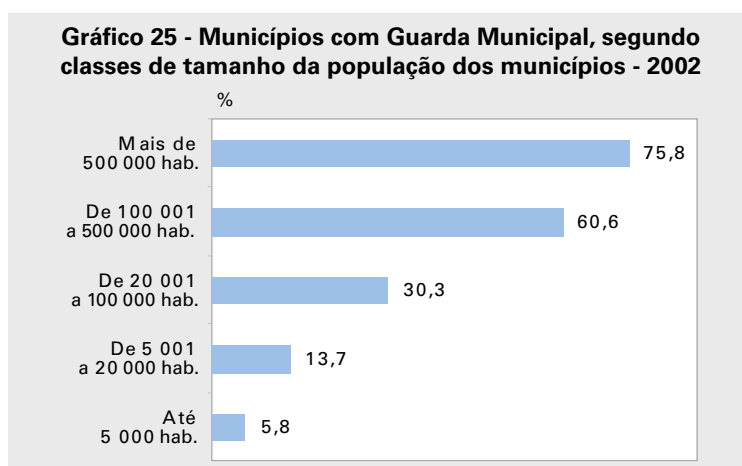
Os números apresentados na Tabela de Resultados 24 mostram que, no ano de 2002, somente 982 municípios brasileiros dispunham desse instrumento de segurança. De acordo com informações contidas na mesma tabela, a proteção do patrimônio público era a atividade predominante da Guarda Municipal no País, seguida da atividade “auxílio ao público”. A observação mais detalhada desses dados revela, contudo, que o seu papel não se restringia à segurança patrimonial. Como se vê no Gráfico 24, em muitos municípios as Guardas desenvolviam atividades diretamente ligadas à segurança pública, tais como ronda escolar, patrulhamento ostensivo, auxílio à Polícia Militar e, em menor grau, o atendimento de ocorrências policiais⁵.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

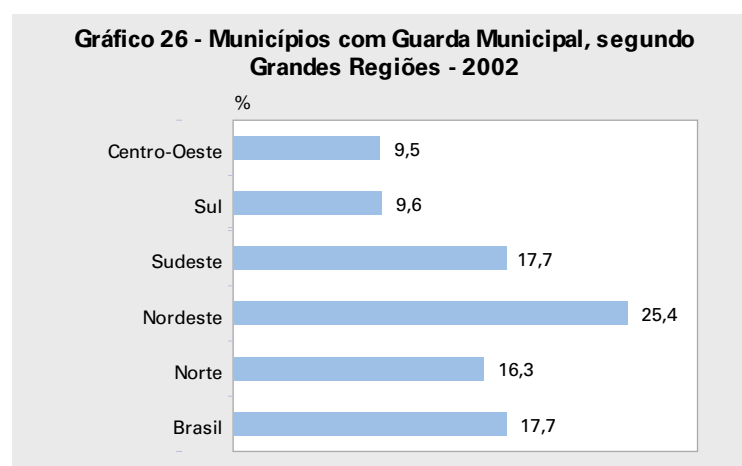
⁵As Guardas Municipais tinham diversas atribuições, como pode se ver na Tabela de Resultados 24. Optou-se por analisar, nesse capítulo, algumas que guardavam maior vínculo com a segurança do município.

A oferta desse serviço está estreitamente relacionada à dimensão populacional dos municípios, como pode se verificar no Gráfico 25. A maioria (75,8%) dos grandes centros urbanos e grande parte dos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes possuíam Guarda, em 2002, ao passo que, entre os menores municípios, com população de até 5 mil habitantes, a presença desse equipamento (5,8%) era pouco expressiva.



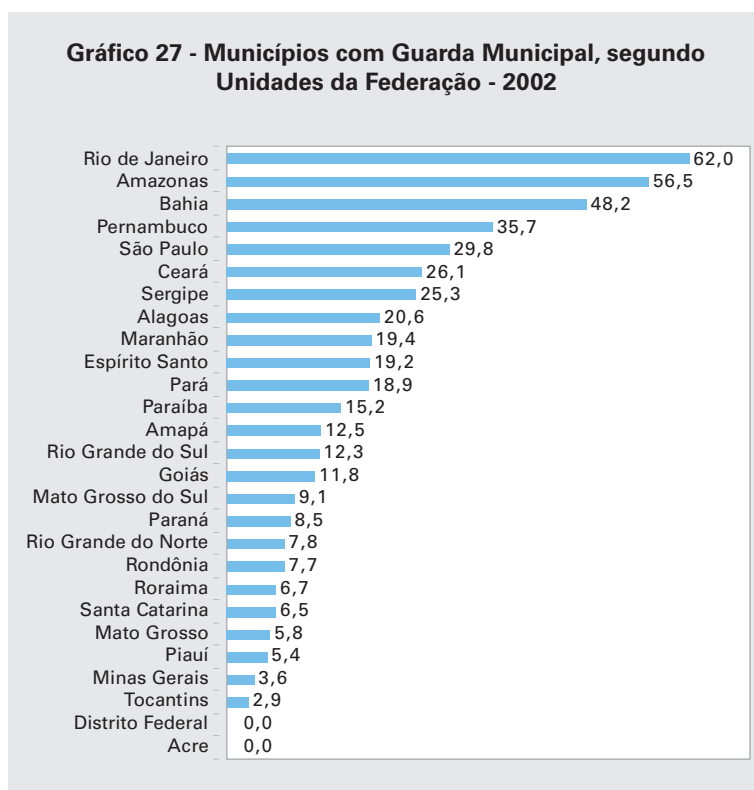
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

A análise dos resultados sobre a Guarda Municipal nas Grandes Regiões do País revela que a sua presença era mais significativa entre os municípios da Região Nordeste, (25,4%), como pode se observar no Gráfico 26. O Sudeste, região onde o debate sobre a importância do município na gestão da segurança pública era mais intenso, apresentava uma parcela de apenas 17,7% de municípios com Guarda Municipal. A carência do serviço no Estado de Minas Gerais é responsável por essa baixa média, devido ao peso que o Estado possui na região – dos 1668 municípios do Sudeste, mais da metade (853) são municípios mineiros.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Procedendo-se a uma classificação dos estados brasileiros, segundo a disponibilidade desse aparato de segurança (Gráfico 27), verifica-se que a sua presença era mais significativa nos municípios situados nas seguintes Unidades da Federação: Rio de Janeiro (62%), Amazonas (56,5%) e Bahia (48,2%). No outro extremo, encontravam-se o Distrito Federal e o Acre, onde inexistia esse equipamento. Cabe ainda destacar a grande disparidade encontrada entre os percentuais dos estados da Região Sudeste. Enquanto a maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro possuía Guarda, apenas 19% dos municípios do Espírito Santo e somente 3,6% dos municípios mineiros dispunham do serviço. Mesmo o Estado de São Paulo, que vem tomando importantes iniciativas na área de segurança municipal⁶ apresentava um percentual relativamente baixo: aproximadamente 30% de suas municipalidades possuíam esse instrumento de segurança.

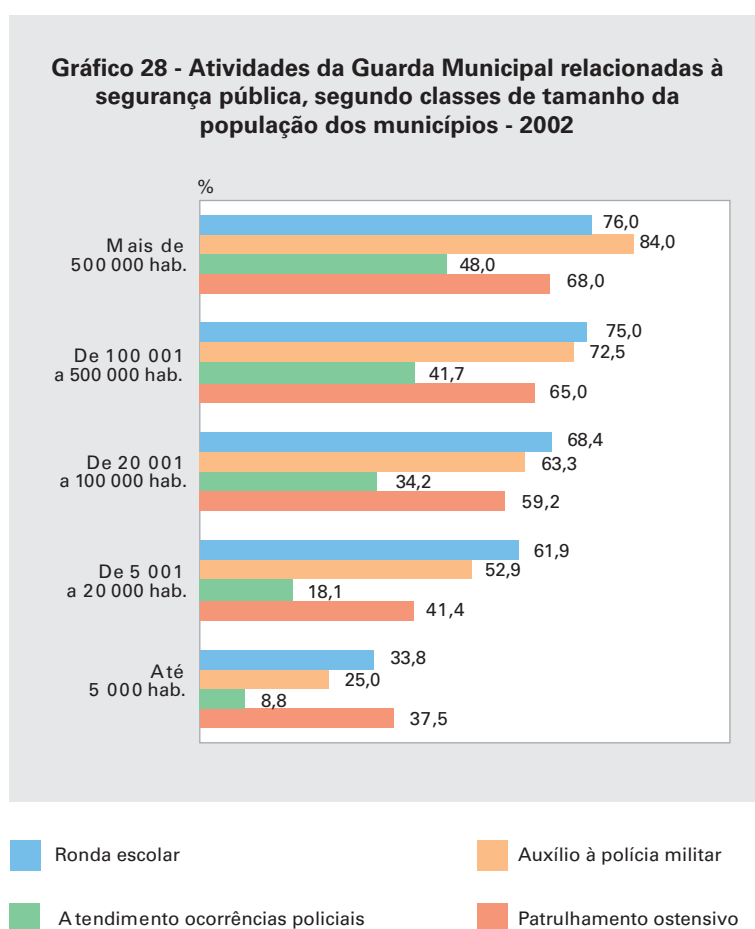


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Há uma correlação positiva entre o porte populacional dos municípios e o desempenho de funções de segurança pelas Guardas. Como se vê no Gráfico 28, a seguir, é nos municípios mais populosos que essas funções atingem maiores proporções. É interessante notar que, dentre essas atividades, a ronda

⁶ O Fórum Metropolitano de Segurança Pública, criado em São Paulo, em 2001, pelas prefeituras dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, é responsável pela discussão, implementação e avaliação de ações na área de segurança pública municipal.

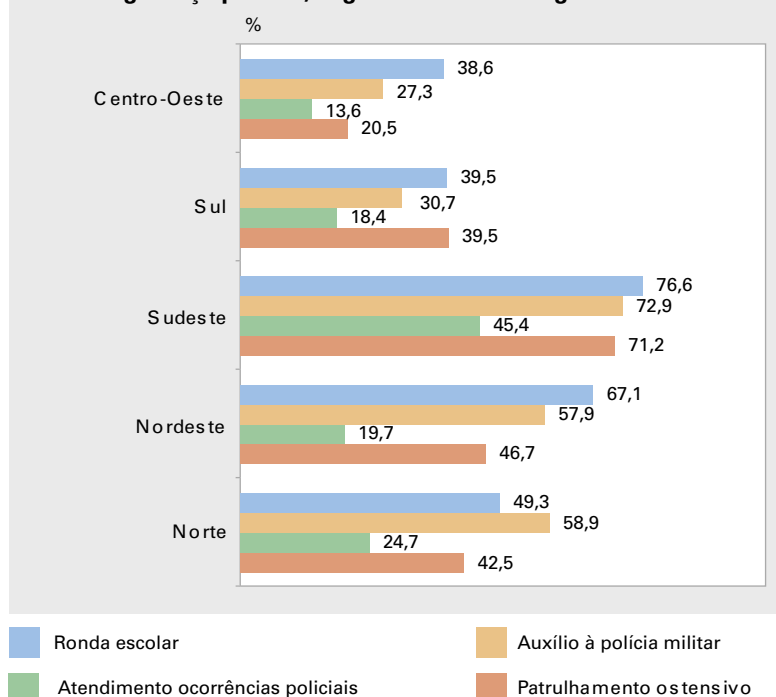
escolar predominava nos municípios que se encontram em faixas de 5 mil até 500 mil habitantes, seguida do auxílio à polícia militar, do patrulhamento ostensivo e, por último, do atendimento de ocorrências policiais. Nos grandes centros ocorre uma alteração desta tendência: a atividade mais freqüente era o trabalho integrado com a Polícia Militar e não a segurança das escolas. Curiosamente, nos municípios com população inferior a 5 mil habitantes, o patrulhamento ostensivo é a função mais freqüentemente reportada.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Observa-se, com base nos resultados apresentados no Gráfico 29, que as Guardas Municipais da Região Sudeste desempenhavam funções destinadas à segurança pública numa escala bem maior do que aquelas localizadas nas demais regiões brasileiras. Os municípios cujas Guardas tinham atividades ligadas à segurança escolar, ao patrulhamento ostensivo e ao trabalho integrado com a Polícia Militar alcançavam, naquela região, proporções superiores a 70%. As Regiões Sul e Centro-Oeste apresentavam os menores percentuais.

Gráfico 29 - Atividades da Guarda Municipal relacionadas à segurança pública, segundo Grandes Regiões - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Conclusão

No final da década de 1990, ocorre uma intensificação do debate sobre a participação dos municípios no gerenciamento da segurança pública, especialmente nos médios e grandes centros⁷, devido ao aumento nos índices de criminalidade e de violência urbana. Como foi observado anteriormente, o papel da Guarda Municipal é parte importante dessa discussão, uma vez que é o único instrumento municipal especificamente voltado para a segurança.

Segundo os resultados da MUNIC, ainda era pequena a parcela (17,7%) de municípios brasileiros que, em 2002, possuíam Guarda Municipal. A proteção do patrimônio público era a atribuição predominante dessa instituição, no conjunto das localidades em que estava implantada. Destacam-se, ainda, algumas atividades, ligadas não apenas à preservação dos bens e instalações do município, mas também à segurança dos seus habitantes, como o patrulhamento ostensivo, a ronda escolar, o auxílio à Polícia Militar e o atendimento de ocorrências policiais.

O porte populacional mostrou ser um fator determinante para a oferta desse serviço, tanto mais expressiva quanto maior o tamanho dos municípios.

⁷ A maioria dessas cidades situa-se na Região Sudeste, especialmente no eixo Rio/São Paulo. Algumas delas têm implementado políticas de segurança mais abrangentes que contemplam, por exemplo, a criação de Conselhos e de Secretarias Municipais de Segurança.

Menos de 20% dos pequenos municípios, com até 20 mil habitantes, possuíam Guarda. Há que se ressaltar que parte significativa dessas pequenas municipalidades foi criada após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A curta experiência de gestão e os recursos administrativos escassos das prefeituras dessas localidades têm reflexos na sua infra-estrutura de segurança.

No conjunto do País, a Região Nordeste é a que apresenta os maiores percentuais de municípios com Guarda Municipal. No entanto, é no Sudeste que o debate sobre a importância da instituição é mais amplo. Além disso, cabe destacar que as atividades relacionadas à segurança dos cidadãos atingem proporções mais elevadas nessa Região, especialmente nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conselhos da criança e do adolescente

Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar, instituídos em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), têm como preocupação primordial assegurar que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes sejam protegidos por lei, garantindo seu “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, proporcionando-lhes “todas as oportunidades e facilidades” (Art. 3º).

Segundo o Estatuto, o dever de priorizar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária cabem não apenas à família, mas também à comunidade, à sociedade e, mais especificamente, ao poder público.

É importante ressaltar a diferença básica entre os dois Conselhos: o de Direitos da Criança e do Adolescente é responsável pela elaboração e controle das políticas municipais de atenção à criança e ao adolescente, enquanto o Tutelar cuida do cumprimento desses direitos.

Ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente estão destinadas também as funções de captação de recursos que viabilizem as ações de proteção integral à criança e ao adolescente e gerenciamento desses recursos financeiros, repassados pela União, Estados e outras fontes. A organização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares também está a cargo do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente,

estando a fiscalização desse processo sob a responsabilidade do Ministério Público.

Tanto o Conselho Tutelar quanto o de Direitos da Criança e do Adolescente têm como premissa a paridade de seus integrantes, ou seja, o número de representantes da sociedade civil deve equivaler ao do governo municipal.

A Pesquisa de Informações Municipais, além de investigar a existência, nos municípios brasileiros, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, também examinou informações relacionadas à paridade de seus integrantes, à periodicidade das reuniões realizadas no ano de referência e à existência de Fundo Municipal Especial na área de Direitos das Crianças e Adolescentes. No tocante ao Conselho Tutelar, a Pesquisa averiguou, além do número de Conselhos existentes nos municípios, os recursos disponibilizados pelas prefeituras locais para o seu funcionamento.

A relevância do tema deve-se, antes de tudo, à grande proporção de crianças e adolescentes⁸ em relação à população total do País, 38,1%, segundo o Censo Demográfico 2000. Em números absolutos, são 64 720 115 pessoas nessa faixa etária distribuídas em 5 560 municípios.

Considerando a imensa diversidade dos municípios brasileiros quanto ao porte populacional, torna-se mais visível a caracterização dos Conselhos sob esse ângulo. Uma outra perspectiva aqui adotada tem em vista a distribuição pelas Grandes Regiões, oportunidade em que as informações explicitam o quão marcantes são as diferenças regionais no Brasil.

Tabela 7 - População, total e proporção de crianças e de adolescentes, segundo classes de tamanho da população dos municípios e Grandes Regiões - 2000

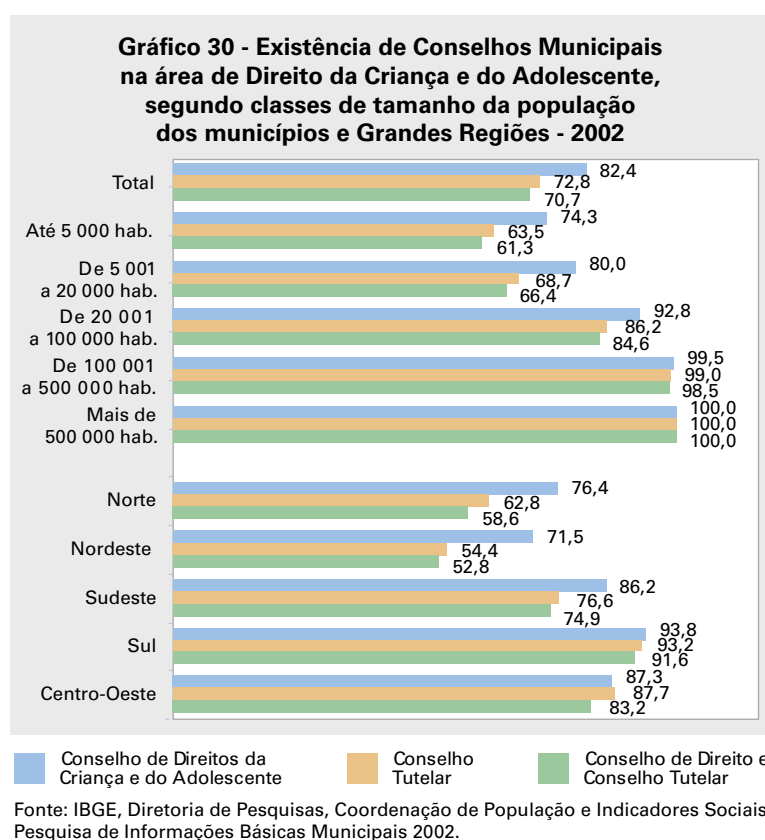
Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	População				
	Total			Proporção (%)	
	Total	Crianças	Adolescentes	De crianças	De adolescentes
Classes de tamanho da população dos municípios					
Até 5 000 hab.	4 608 642	1 085 884	694 462	23,6	15,1
De 5 001 a 20 000 hab.	28 989 620	7 444 306	4 602 325	25,7	15,9
De 20 001 a 100 000 hab.	49 710 271	12 542 363	7 752 256	25,2	15,6
De 100 001 a 500 000 hab.	39 755 647	9 020 255	5 685 707	21,5	13,9
Mais de 500 000 hab.	46 808 675	9 663 740	6 293 435	20,6	13,4
Grandes Regiões	169 799 170	39 719 064	25 001 051	23,4	14,7
Norte	12 911 170	3 874 637	2 178 619	30,0	16,9
Nordeste	47 782 487	12 358 583	7 949 729	25,9	16,6
Sudeste	72 430 193	15 270 090	9 789 525	21,1	13,5
Sul	25 110 348	5 485 919	3 406 404	21,8	13,6
Centro-Oeste	11 638 658	2 767 319	1 703 908	23,8	14,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

⁸De acordo com o Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Como se observa na Tabela 7, os municípios com população de 5 001 a 100 mil habitantes apresentam a maior proporção de pessoas na faixa etária de 0 a 18 anos. Já quando se observa essa mesma característica nas Grandes Regiões, a Norte e a Nordeste se destacam - a primeira com 46,9% e a segunda com 42,5% de crianças e adolescentes em relação ao total da população residente.

Conforme se verifica no Gráfico 30, quanto maior o número de habitantes dos municípios, mais Conselhos estão instituídos, principalmente o de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Note-se que nos municípios com mais de 100 mil pessoas residentes, a existência do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é de 100%.

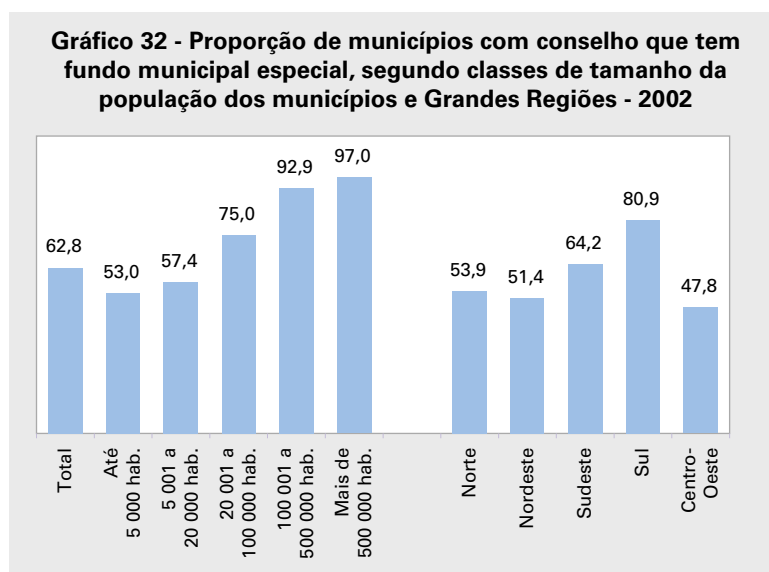


No Gráfico 31, essas mesmas informações estão representadas por Unidades da Federação. De acordo com as informações coletadas nas prefeituras municipais, as Regiões Sul e Centro-Oeste são as que, proporcionalmente, têm mais Conselhos instalados. É importante ressaltar que alguns Estados fogem do perfil da região a que pertencem, a saber: no Sudeste, Minas Gerais apresenta um percentual (75,4%) bem abaixo da média da região a que pertence (91,3%). Já o Nordeste (76,4%), apresenta maior variação quanto aos Conselhos de Direitos instalados. Os Estados de Sergipe e Ceará apresentam uma proporção muito elevada de municípios com Conselhos, respectivamente com 94,7% e 98,4%. Já na Bahia este percentual é de 50,4%, o menor do País.

O Fundo Municipal Especial na área de Direitos das Crianças e Adolescentes é um mecanismo de arrecadação de recursos financeiros para complementar a efetivação da política de atendimento, tratando-se, portanto, de instrumento fundamental na implementação de programas destinados ao atendimento desse público.

Considerando a totalidade dos municípios que têm Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente no País, 37,1% não dispõem de Fundo Especial destinado ao desenvolvimento de ações na área da infância e adolescência, o que dificulta a arrecadação de verbas de qualquer espécie para a viabilização das políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades de seu público alvo. Isso significa que os Conselhos ficam impossibilitados de receber contribuições financeiras, entre outros, de pessoas físicas e jurídicas para o respectivo Fundo que poderiam ser deduzidas do imposto de renda devido, na declaração do imposto sobre a renda (pessoas físicas) e do imposto de renda devido na apuração mensal das pessoas jurídicas.

De acordo com os resultados da pesquisa quanto à existência de Fundo Municipal Especial, nota-se maior ausência desse órgão nos municípios de menor porte (Gráfico 32).

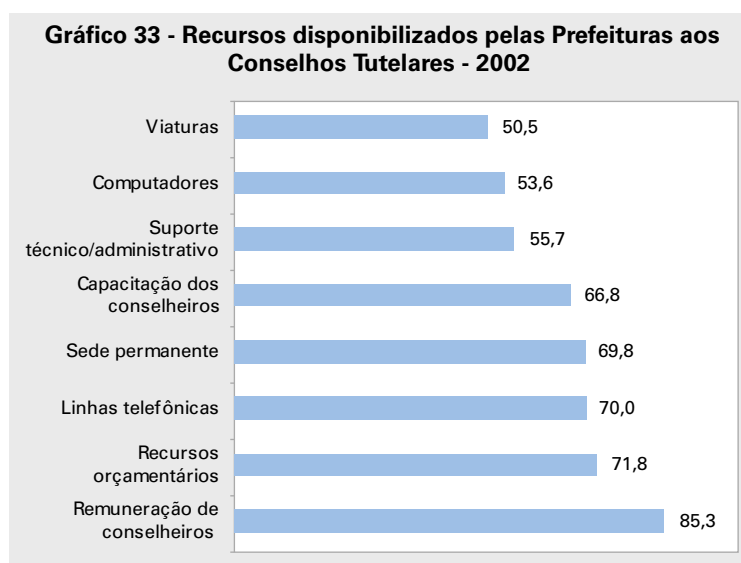


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Quanto às Grandes Regiões, na Nordeste observa-se que quase metade (48,6%) dos municípios que têm Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente não dispõem de um Fundo Municipal Especial, sendo seguida de perto pela Centro-Oeste (47,8%), Norte (46,1%), Sudeste (35,8%) e, finalmente pela Região Sul, que apresenta o menor percentual de ausência (19,1%).

Quanto aos Conselhos Tutelares, foram investigados os recursos materiais, e de infra-estrutura disponibilizados pelas prefeituras em 2002 quanto

aos seguintes itens: existência de sede permanente, dotação de recursos orçamentários específicos, lei municipal que garanta a remuneração dos conselheiros, suporte técnico/administrativo por funcionários cedidos, linhas telefônicas, viaturas, computadores e promoção de seminários de capacitação de conselheiros. Os recursos fundamentais para o indispensável funcionamento de qualquer órgão que exerça uma função de caráter público são: sede permanente, dotação de recursos financeiros e lei que garanta a remuneração de conselheiros e telefone.

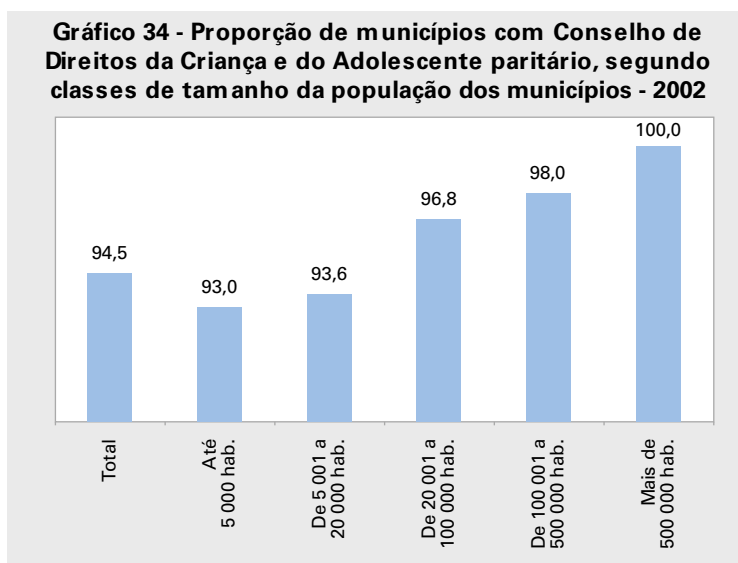


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

São esses mesmos itens os mais freqüentes nos municípios brasileiros que têm Conselho Tutelar. A distribuição desses mesmos recursos pelas Grandes Regiões demonstra que, proporcionalmente, a Região Sul possui o maior quantitativo de todos os recursos investigados, enquanto a Nordeste apresenta o menor, exceto para o item sede permanente, que a Região Norte possui em quantitativo inferior.

De forma semelhante aos outros quesitos investigados pela Pesquisa de Informações Municipais 2002 na área de Conselhos da Criança e do Adolescente, os municípios com menor número de habitantes foram os que apresentaram números, proporcionalmente, menores dos recursos investigados.

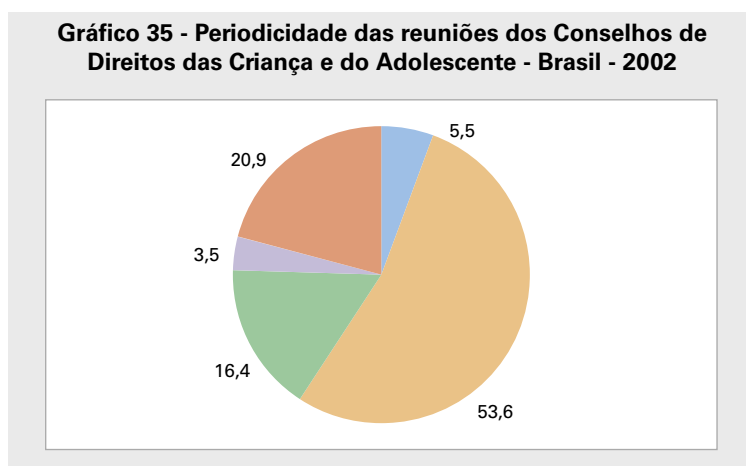
Um importante aspecto que se verifica nos resultados da pesquisa é que o princípio da paridade entre os integrantes dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente é respeitado em quase a totalidade dos municípios que têm o Conselho. Quanto às classes de tamanho da população, observa-se que nos municípios mais populosos do País esse quesito atinge a totalidade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Considerando a totalidade dos municípios que têm Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, a grande maioria (91,9%) informou ter realizado reuniões no ano de 2002.

A periodicidade com que os membros desses Conselhos se reúnem é uma característica importante para a compreensão do funcionamento de tais órgãos, uma vez que indica a regularidade e a efetiva participação de seus integrantes nesse procedimento. Tomando como referência esse total de municípios, cujos Conselhos realizaram reuniões, 59,1% o fizeram com freqüência quinzenal e mensal (Gráfico 35). Em contrapartida, 20,9% realizaram reuniões com uma freqüência irregular.



Quinzenal Mensal Bimestral/Trimestral Semestral Irregular

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Destaca-se, ainda, que quase a totalidade (97,0%) dos municípios com população de maior porte (mais de 500 mil habitantes) realizaram reuniões com frequência quinzenal e mensal. Verifica-se que há uma certa regularidade, quando se observa o mesmo intervalo nas reuniões nas Grandes Regiões: a Região Sul com 60,0% e as Regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente, com 47,8% e 47,5%.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, total e por sexo e grupos de idade do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total (1)	Sexo e grupos de idade do prefeito									
		Masculino					Feminino				
		Total	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Total	5 560	5 205	6	835	3 625	698	349	1	65	252	28
Classes de tamanho da população											
Até 5 000	1 371	1 295	1	286	867	138	75	-	20	50	4
De 5 001 a 20 000	2 666	2 502	4	398	1 756	327	160	1	29	115	13
De 20 001 a 100 000	1 292	1 195	1	136	850	194	96	-	13	72	11
De 100 001 a 500 000	198	183	-	14	133	30	15	-	3	12	-
Mais de 500 000	33	30	-	1	19	9	3	-	-	3	-
Grandes Regiões e Unidades da Federação											
Norte	449	408	1	72	278	48	38	-	7	28	3
Rondônia	52	43	-	17	24	2	6	-	1	4	1
Acre	22	21	-	4	16	1	1	-	-	1	-
Amazonas	62	60	-	10	40	8	2	-	1	1	-
Roraima	15	12	-	1	10	1	3	-	1	2	-
Pará	143	131	-	15	94	20	12	-	2	8	2
Amapá	16	15	-	3	11	1	1	-	-	1	-
Tocantins	139	126	1	22	83	15	13	-	2	11	-
Nordeste	1 792	1 627	4	276	1 083	251	163	1	36	110	14
Maranhão	217	196	-	23	132	39	21	-	3	16	2
Piauí	222	195	1	39	135	20	27	-	7	18	2
Ceará	184	160	-	31	98	31	23	-	5	16	2
Rio Grande do Norte	167	155	-	35	101	19	11	1	1	7	2
Paraíba	223	202	1	41	121	39	21	-	8	11	2
Pernambuco	185	171	-	27	117	22	14	-	4	7	2
Alagoas	102	88	1	16	58	11	14	-	2	12	-
Sergipe	75	68	-	11	50	5	7	-	3	3	1
Bahia	417	392	1	53	271	65	25	-	3	20	1
Sudeste	1 668	1 590	-	216	1 112	250	78	-	10	59	9
Minas Gerais	853	809	-	121	559	126	44	-	6	32	6
Espírito Santo	78	76	-	6	53	16	2	-	-	2	-
Rio de Janeiro	92	88	-	3	57	21	4	-	1	3	-
São Paulo	645	617	-	86	443	87	28	-	3	22	3
Sul	1 188	1 150	1	189	839	117	37	-	5	30	2
Paraná	399	378	1	59	271	47	21	-	4	16	1
Santa Catarina	293	287	-	45	217	23	5	-	-	5	-
Rio Grande do Sul	496	485	-	85	351	47	11	-	1	9	1
Centro-Oeste	463	430	-	82	313	32	33	-	7	25	-
Mato Grosso do Sul	77	72	-	8	58	6	5	-	1	4	-
Mato Grosso	139	131	-	33	91	7	8	-	1	7	-
Goiás	246	226	-	41	164	18	20	-	5	14	-
Distrito Federal	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.
(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 2 - Municípios, total e por nível de instrução do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total (1)	Nível de instrução do prefeito						
		Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo
Total	5 560	27	710	539	247	1 408	409	2 215
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	1 371	7	253	177	62	414	87	370
De 5 001 a 20 000	2 666	17	365	275	142	663	217	984
De 20 001 a 100 000	1 292	2	89	82	43	309	90	676
De 100 001 a 500 000	198	1	3	4	-	21	13	156
Mais de 500 000	33	-	-	1	-	1	2	29
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	449	4	83	50	27	130	28	124
Rondônia	52	1	12	9	4	13	4	6
Acre	22	-	6	1	1	7	2	5
Amazonas	62	-	8	5	5	21	7	16
Roraima	15	-	1	1	-	6	-	7
Pará	143	2	26	12	9	38	6	50
Amapá	16	-	-	2	1	6	2	5
Tocantins	139	1	30	20	7	39	7	35
Nordeste	1 792	16	216	158	84	447	133	736
Maranhão	217	4	24	25	9	54	17	84
Piauí	222	5	32	16	12	51	19	87
Ceará	184	1	9	15	7	51	10	90
Rio Grande do Norte	167	1	18	17	4	37	14	75
Paraíba	223	3	26	19	18	40	22	95
Pernambuco	185	-	23	12	6	36	16	92
Alagoas	102	-	13	9	5	23	6	46
Sergipe	75	-	9	7	3	26	6	24
Bahia	417	2	62	38	20	129	23	143
Sudeste	1 668	6	234	160	62	356	106	744
Minas Gerais	853	3	154	95	44	210	47	300
Espírito Santo	78	-	12	10	4	14	5	33
Rio de Janeiro	92	1	6	3	4	18	10	50
São Paulo	645	2	62	52	10	114	44	361
Sul	1 188	1	137	131	46	319	104	450
Paraná	399	1	36	58	9	107	26	162
Santa Catarina	293	-	43	34	11	80	25	100
Rio Grande do Sul	496	-	58	39	26	132	53	188
Centro-Oeste	463	-	40	40	28	156	38	161
Mato Grosso do Sul	77	-	7	2	4	20	3	41
Mato Grosso	139	-	21	8	16	49	8	37
Goiás	246	-	12	30	8	87	27	82
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 3 - Municípios, total e por exercício do mandato do prefeito em 2001 e partido atual do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Prefeito no Exercício do Mandato em 2001		Partido atual do prefeito			
		Sim	Não	PMDB	PSDB	PFL	PPB
Total	5 560	5 318	237	1 171	1 063	994	603
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	1 337	33	322	260	247	206
De 5 001 a 20 000	2 666	2 557	106	575	500	535	261
De 20 001 a 100 000	1 292	1 213	78	243	264	179	122
De 100 001 a 500 000	198	184	14	26	32	30	13
Mais de 500 000	33	27	6	5	7	3	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	421	25	57	100	93	58
Rondônia	52	36	13	15	3	12	3
Acre	22	21	1	4	3	1	4
Amazonas	62	60	2	6	5	15	1
Roraima	15	14	1	1	3	6	-
Pará	143	138	5	24	58	2	13
Amapá	16	14	2	1	2	1	-
Tocantins	139	138	1	6	26	56	37
Nordeste	1 792	1 712	78	338	295	467	142
Maranhão	217	209	8	51	6	91	8
Piauí	222	218	4	47	50	64	25
Ceará	184	177	6	12	93	10	7
Rio Grande do Norte	167	157	9	51	13	32	37
Paraíba	223	215	8	77	29	57	8
Pernambuco	185	160	25	47	42	46	6
Alagoas	102	98	4	16	29	6	2
Sergipe	75	72	3	14	16	20	2
Bahia	417	406	11	23	17	141	47
Sudeste	1 668	1 613	55	344	399	243	87
Minas Gerais	853	823	30	220	146	147	51
Espírito Santo	78	75	3	17	18	11	4
Rio de Janeiro	92	87	5	14	7	2	13
São Paulo	645	628	17	93	228	83	19
Sul	1 188	1 137	51	335	134	141	275
Paraná	399	380	19	87	100	68	30
Santa Catarina	293	278	15	117	19	58	74
Rio Grande do Sul	496	479	17	131	15	15	171
Centro-Oeste	463	435	28	97	135	50	41
Mato Grosso do Sul	77	70	7	21	18	2	-
Mato Grosso	139	127	12	22	41	16	7
Goiás	246	237	9	53	76	32	34
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-

Tabela 3 - Municípios, total e por exercício do mandato do prefeito em 2001 e partido atual do prefeito, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Partido atual do prefeito						
	PTB	PL	PDT	PT	PPS	PSB	Outros
Total	412	242	232	186	166	144	202
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	92	53	70	32	28	20	24
De 5 001 a 20 000	198	126	99	57	82	60	106
De 20 001 a 100 000	110	59	55	46	46	49	65
De 100 001 a 500 000	12	3	7	42	9	13	5
Mais de 500 000	-	1	1	9	1	2	2
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	26	19	18	20	14	10	13
Rondônia	3	1	4	5	-	2	-
Acre	-	-	-	7	1	-	-
Amazonas	6	8	-	-	13	1	1
Roraima	2	-	1	-	-	-	2
Pará	9	5	9	6	-	1	8
Amapá	1	1	4	-	-	6	-
Tocantins	5	4	-	2	-	-	2
Nordeste	142	95	38	23	62	56	89
Maranhão	15	3	8	2	1	4	26
Piauí	13	4	3	-	13	1	-
Ceará	3	1	1	2	20	3	22
Rio Grande do Norte	6	9	3	2	4	6	1
Paraíba	12	4	15	3	6	1	3
Pernambuco	1	-	2	5	8	16	6
Alagoas	18	2	4	-	-	17	4
Sergipe	1	2	1	2	9	4	-
Bahia	73	70	1	7	1	4	27
Sudeste	160	92	58	72	55	66	57
Minas Gerais	73	67	38	32	20	13	33
Espírito Santo	3	2	4	-	4	7	5
Rio de Janeiro	2	1	3	3	1	38	3
São Paulo	82	22	13	37	30	8	16
Sul	67	9	100	58	13	10	22
Paraná	35	4	17	10	9	3	20
Santa Catarina	1	2	4	13	3	-	1
Rio Grande do Sul	31	3	79	35	1	7	1
Centro-Oeste	17	27	18	13	22	2	21
Mato Grosso do Sul	7	-	13	11	-	-	-
Mato Grosso	6	13	4	1	16	2	2
Goiás	4	14	1	1	6	-	19
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.
 (1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 4 - Municípios, total e por classes de número de funcionários ativos nas administrações direta e indireta, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Classes de número de funcionários ativos nas administração direta e indireta					
		Até 100	De 101 a 200	De 201 a 300	De 301 a 500	De 501 a 1000	Mais de 1000
Total	5 560	251	1 305	1 023	1 112	1 112	752
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	237	880	228	24	1	-
De 5 001 a 20 000	2 666	14	422	791	975	447	14
De 20 001 a 100 000	1 292	-	3	4	112	663	509
De 100 001 a 500 000	198	-	-	-	1	1	196
Mais de 500 000	33	-	-	-	-	-	33
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	24	97	70	101	90	64
Rondônia	52	1	5	10	17	8	8
Acre	22	-	2	4	11	3	2
Amazonas	62	-	5	8	18	21	10
Roraima	15	1	5	4	4	-	1
Pará	143	-	2	14	38	51	38
Amapá	16	1	6	4	2	1	2
Tocantins	139	21	72	26	11	6	3
Nordeste	1 792	21	221	282	434	559	273
Maranhão	217	2	20	42	60	66	27
Piauí	222	13	109	43	39	14	4
Ceará	184	-	-	5	32	91	55
Rio Grande do Norte	167	-	37	57	37	24	11
Paraíba	223	4	41	64	56	43	15
Pernambuco	185	-	1	7	36	86	55
Alagoas	102	-	-	17	25	43	17
Sergipe	75	1	3	14	24	24	9
Bahia	417	1	10	33	125	168	80
Sudeste	1 668	23	458	345	289	278	275
Minas Gerais	853	13	276	215	164	108	77
Espírito Santo	78	-	4	11	24	25	14
Rio de Janeiro	92	-	1	2	3	29	57
São Paulo	645	10	177	117	98	116	127
Sul	1 188	166	389	220	192	122	99
Paraná	399	6	109	100	99	49	36
Santa Catarina	293	50	108	57	26	34	18
Rio Grande do Sul	496	110	172	63	67	39	45
Centro-Oeste	463	17	140	106	96	63	41
Mato Grosso do Sul	77	-	5	15	30	21	6
Mato Grosso	139	11	50	29	27	14	8
Goiás	246	6	85	62	39	28	26
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 5 - Municípios, total e por classes de número de funcionários ativos nas administrações direta e indireta, por 100 habitantes, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Classes de número de funcionários ativos nas administrações direta e indireta, por habitante (%)					
		Até 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 4	Mais de 4 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6
Total	5 560	1 556	1 023	641	471	338	1 526
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	1 117	228	20	4	-	1
De 5 001 a 20 000	2 666	436	791	590	385	213	248
De 20 001 a 100 000	1 292	3	4	31	81	125	1 047
De 100 001 a 500 000	198	-	-	-	1	-	197
Mais de 500 000	33	-	-	-	-	-	33
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	121	70	61	40	22	132
Rondônia	52	6	10	10	7	3	13
Acre	22	2	4	10	1	2	3
Amazonas	62	5	8	9	9	6	25
Roraima	15	6	4	2	2	-	1
Pará	143	2	14	21	17	9	80
Amapá	16	7	4	2	-	-	3
Tocantins	139	93	26	7	4	2	7
Nordeste	1 792	242	282	238	196	167	665
Maranhão	217	22	42	30	30	26	67
Piauí	222	122	43	25	14	3	15
Ceará	184	-	5	14	18	23	123
Rio Grande do Norte	167	37	57	29	8	8	27
Paraíba	223	45	64	32	24	12	46
Pernambuco	185	1	7	19	17	25	116
Alagoas	102	-	17	15	10	8	52
Sergipe	75	4	14	10	14	2	31
Bahia	417	11	33	64	61	60	188
Sudeste	1 668	481	345	165	124	88	465
Minas Gerais	853	289	215	98	66	38	147
Espírito Santo	78	4	11	14	10	13	26
Rio de Janeiro	92	1	2	-	3	3	83
São Paulo	645	187	117	53	45	34	209
Sul	1 188	555	220	121	71	37	184
Paraná	399	115	100	65	34	14	71
Santa Catarina	293	158	57	17	9	12	40
Rio Grande do Sul	496	282	63	39	28	11	73
Centro-Oeste	463	157	106	56	40	24	80
Mato Grosso do Sul	77	5	15	16	14	8	19
Mato Grosso	139	61	29	12	15	9	13
Goiás	246	91	62	28	11	7	47
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.
 (1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 6 - Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999/2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de servidores ativos na administração direta, por vínculo empregatício							
	1999				2002			
	Total (1)	Estatutários	CLT	Outros	Total (1)	Estatutários	CLT	Outros
Total	3 097 634	2 089 292	565 325	443 017	3 858 244	2 552 253	542 789	763 202
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	178 730	114 634	35 373	28 723	212 120	139 873	28 026	44 221
De 5 001 a 20 000	812 095	513 835	162 815	135 445	934 627	589 197	135 660	209 770
De 20 001 a 100 000	1 037 036	653 310	215 707	168 019	1 312 750	810 176	218 818	283 756
De 100 001 a 500 000	593 446	399 623	120 702	73 121	706 582	449 536	130 540	126 506
Mais de 500 000	476 327	407 890	30 728	37 709	692 165	563 471	29 745	98 949
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	230 085	149 678	24 906	55 501	305 762	183 922	19 705	102 135
Rondônia	25 406	17 552	3 565	4 289	31 308	22 775	5 512	3 021
Acre	8 441	602	6 963	876	11 372	2 774	6 757	1 841
Amazonas	45 346	26 812	2 709	15 825	64 146	31 092	1 990	31 064
Roraima	2 823	1 142	13	1 668	5 024	1 463	-	3 561
Pará	108 966	78 406	6 438	24 122	146 629	98 089	4 996	43 544
Amapá	7 211	6 625	234	352	9 990	7 061	25	2 904
Tocantins	31 892	18 539	4 984	8 369	37 293	20 668	425	16 200
Nordeste	1 006 764	636 857	180 171	189 736	1 233 763	770 950	146 263	316 550
Maranhão	97 246	71 662	13 754	11 830	138 144	96 329	12 996	28 819
Piauí	60 603	26 404	15 884	18 315	65 186	27 208	16 706	21 272
Ceará	153 914	92 720	37 696	23 498	193 307	117 640	30 919	44 748
Rio Grande do Norte	67 722	44 785	11 557	11 380	80 834	57 526	5 368	17 940
Paraíba	104 867	73 631	15 031	16 205	111 980	78 589	6 711	26 680
Pernambuco	150 446	122 108	5 705	22 633	190 552	126 209	8 360	55 983
Alagoas	66 833	40 914	14 279	11 640	80 234	54 728	13 819	11 687
Sergipe	47 311	23 520	8 891	14 900	51 135	30 056	5 166	15 913
Bahia	257 822	141 113	57 374	59 335	322 391	182 665	46 218	93 508
Sudeste	1 184 092	796 241	273 307	114 544	1 441 386	385 498	293 171	212 392
Minas Gerais	348 906	273 220	42 057	33 629	439 499	317 298	34 263	87 840
Espírito Santo	66 451	38 677	10 442	17 332	522 357	42 838	10 131	24 057
Rio de Janeiro	218 604	154 971	29 802	33 831	786 243	190 189	37 911	38 546
São Paulo	550 131	329 373	191 006	29 752	1 441 386	385 498	210 866	61 949
Sul	474 757	348 051	81 068	45 638	531 162	394 946	74 760	61 456
Paraná	187 432	145 214	30 790	11 410	215 417	165 730	31 105	18 582
Santa Catarina	283 703	69 719	16 996	9 560	111 122	80 954	15 411	14 757
Rio Grande do Sul	474 906	133 118	33 282	24 668	204 623	148 262	28 244	28 117
Centro-Oeste	201 936	158 465	5 873	37 598	346 171	266 612	8 890	70 669
Mato Grosso do Sul	42 153	32 870	1 631	7 652	51 467	35 863	1 447	14 157
Mato Grosso	47 163	34 533	2 483	10 147	57 449	40 727	3 162	13 560
Goiás	102 248	80 690	1 759	19 799	128 358	94 272	2 795	31 291
Distrito Federal	10 372	10 372	-	-	108 897	95 750	1 486	11 661

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 7 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999/2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e servidores ativos da administração indireta, por vínculo empregatício					
	1999					
	Número de municípios		Número de servidores			
	Total (1)	Com administração indireta	Total (2)	Estatutários	CLT	Outros
Total	5 507	655	2 186 967	162 735	124 260	23 263
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 407	44	489	371	127	316
De 5 001 a 20 000	2 712	199	405 303	3 407	1 900	2 023
De 20 001 a 100 000	1 187	261	1 219 439	10 881	8 570	3 580
De 100 001 a 500 000	174	124	364 238	28 018	36 223	9 593
Mais de 500 000	27	27	197 498	120 058	77 440	7 751
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	42	402 381	832	1 562	559
Rondônia	52	7	465	317	148	53
Acre	22	1	310	-	310	76
Amazonas	62	7	836	35	801	90
Roraima	15	1	-	-	-	-
Pará	143	16	200 145	123	24	72
Amapá	16	3	209	14	195	12
Tocantins	139	7	200 416	343	84	256
Nordeste	1 787	118	936 820	16 586	20 243	6 959
Maranhão	217	17	203 158	2 140	1 020	1 457
Piauí	221	6	104 032	3 328	705	44
Ceará	184	18	206 633	4 450	2 185	270
Rio Grande do Norte	166	9	1 446	106	1 340	37
Paraíba	223	8	952	433	519	1 726
Pernambuco	185	22	7 167	1 342	5 825	1 462
Alagoas	101	3	204 242	1 684	2 560	25
Sergipe	75	3	200 699	9	692	317
Bahia	415	32	8 491	3 094	5 397	1 621
Sudeste	1 666	298	508 577	30 632	77 949	8 300
Minas Gerais	853	113	320 574	8 621	11 956	1 439
Espírito Santo	77	22	1 425	720	705	222
Rio de Janeiro	91	35	138 328	7 601	30 728	1 441
São Paulo	645	128	48 250	13 690	34 560	5 198
Sul	1 159	149	228 852	18 055	10 799	2 235
Paraná	399	66	10 962	6 303	4 659	971
Santa Catarina	293	48	105 066	2 714	2 353	407
Rio Grande do Sul	467	35	112 824	9 038	3 787	857
Centro-Oeste	445	48	110 337	96 630	13 707	5 210
Mato Grosso do Sul	77	10	159	107	52	9
Mato Grosso	126	22	529	169	360	475
Goiás	242	15	7 106	2 907	4 199	1 375
Distrito Federal	1	1	102 543	93 447	9 096	3 351

Tabela 7 - Municípios, total e com administração indireta e número de servidores ativos na administração indireta, por vínculo empregatício, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1999/2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios e servidores ativos da administração indireta, por vínculo empregatício					
	2002					
	Número de municípios		Número de servidores			
	Total (1)	Com administração indireta	Total (2)	Estatutários	CLT	Outros
Total	5 560	898	204 796	79 362	99 345	26 089
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 371	72	537	216	191	130
De 5 001 a 20 000	2 666	286	5 488	2 609	1 688	1 191
De 20 001 a 100 000	1 292	372	24 870	10 505	8 911	5 454
De 100 001 a 500 000	198	135	79 584	27 304	42 917	9 363
Mais de 500 000	33	33	94 317	38 728	45 638	9 951
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	46	4 652	1 800	1 805	1 047
Rondônia	52	8	233	61	98	74
Acre	22	2	514	-	496	18
Amazonas	62	8	514	33	326	155
Roraima	15	1	196	75	36	85
Pará	143	20	2 485	1 348	646	491
Amapá	16	2	269	-	178	91
Tocantins	139	5	441	283	25	133
Nordeste	1 792	181	41 822	18 153	14 886	8 783
Maranhão	217	21	4 501	2 892	822	787
Piauí	222	4	5 484	4 003	1 470	11
Ceará	184	29	6 301	3 824	1 916	561
Rio Grande do Norte	167	12	1 526	154	1 247	125
Paraíba	223	30	2 966	1 084	29	1 853
Pernambuco	185	23	7 735	1 290	3 811	2 634
Alagoas	102	15	2 438	829	1 393	216
Sergipe	75	5	1 491	120	647	724
Bahia	417	42	9 380	3 957	3 551	1 872
Sudeste	1 668	411	110 481	36 231	64 627	9 623
Minas Gerais	853	196	25 315	14 044	8 132	3 139
Espírito Santo	78	27	1 229	980	155	94
Rio de Janeiro	92	36	19 230	5 613	9 892	3 725
São Paulo	645	152	64 707	15 594	46 448	2 665
Sul	1 188	193	30 647	15 503	10 900	4 244
Paraná	399	79	13 231	5 294	5 498	2 439
Santa Catarina	293	77	5 202	2 734	1 915	553
Rio Grande do Sul	496	37	12 214	7 475	3 487	1 252
Centro-Oeste	463	67	17 194	7 675	7 127	2 392
Mato Grosso do Sul	77	13	733	595	33	105
Mato Grosso	139	22	986	361	295	330
Goiás	246	31	4 656	1 835	1 605	1 216
Distrito Federal	1	1	10 819	4 884	5 194	741

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2002.
 (1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência. (2) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício

Tabela 8 - Municípios, total e com regime próprio de previdência social, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total (1)	Com regime próprio de previdência social	
		2001	2002
Total	5 560	1 674	1 784
Classes de tamanho da população			
Até 5 000	1 371	353	357
De 5 001 a 20 000	2 666	702	745
De 20 001 a 100 000	1 292	469	519
De 100 001 a 500 000	198	122	132
Mais de 500 000	33	28	31
Grandes Regiões e Unidades da Federação			
Norte	449	77	70
Rondônia	52	9	9
Acre	22	-	-
Amazonas	62	26	25
Roraima	15	1	1
Pará	143	33	28
Amapá	16	2	2
Tocantins	139	6	5
Nordeste	1 792	291	353
Maranhão	217	27	35
Piauí	222	8	9
Ceará	184	38	42
Rio Grande do Norte	167	2	3
Paraíba	223	59	69
Pernambuco	185	75	100
Alagoas	102	42	52
Sergipe	75	2	1
Bahia	417	38	42
Sudeste	1 668	520	519
Minas Gerais	853	223	205
Espírito Santo	78	30	36
Rio de Janeiro	92	58	61
São Paulo	645	209	217
Sul	1 188	530	558
Paraná	399	169	185
Santa Catarina	293	73	77
Rio Grande do Sul	496	288	296
Centro-Oeste	463	256	284
2	77	38	33
Mato Grosso	139	78	83
Goiás	246	140	168
Distrito Federal	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.
 (1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 9 - Número de servidores ativos na Câmara de Vereadores, por regime de contratação e nível do cargo, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de servidores ativos na Câmara de Vereadores							
	Regime de contratação				Nível do cargo			
	Total (1)	Estatutários	CLT	Outros	Total (1)	Auxiliar	Médio	Superior
Total	131 422	37 005	6 816	87 601	125 878	22 513	40 433	62 932
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	15 343	1 927	515	12 901	15 335	1 350	2 105	11 880
De 5 001 a 20 000	37 408	6 428	1 892	29 088	37 330	4 586	7 615	25 129
De 20 001 a 100 000	34 688	8 510	2 734	23 444	34 252	6 350	10 864	17 038
De 100 001 a 500 000	21 937	9 075	1 207	11 655	19 775	5 076	9 765	4 934
Mais de 500 000	22 046	11 065	468	10 513	19 186	5 151	10 084	3 951
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	11 083	3 473	430	7 180	11 057	3 364	3 429	4 264
Rondônia	1 392	334	153	905	1 383	446	821	116
Acre	511	36	154	321	511	162	108	241
Amazonas	2 347	868	47	1 432	2 347	1 241	612	494
Roraima	611	76	-	535	611	298	264	49
Pará	3 978	1 519	69	2 390	3 961	903	1 190	1 868
Amapá	455	338	1	116	455	120	116	219
Tocantins	1 789	302	6	1 481	1 789	194	318	1 277
Nordeste	44 872	9 108	1 969	33 795	44 841	7 121	15 735	21 985
Maranhão	5 551	1 754	357	3 440	5 560	1 126	1 732	2 702
Piauí	4 498	332	183	3 983	4 498	545	1 793	2 160
Ceará	5 136	1 204	298	3 634	5 136	620	1 769	2 747
Rio Grande do Norte	3 561	880	59	2 622	3 561	456	1 084	2 021
Paraíba	5 171	834	117	4 220	5 171	1 073	1 269	2 829
Pernambuco	7 345	1 504	208	5 633	7 305	1 380	3 407	2 518
Alagoas	2 698	944	170	1 584	2 698	474	981	1 243
Sergipe	1 507	304	34	1 169	1 507	161	438	908
Bahia	9 405	1 352	543	7 510	9 405	1 286	3 262	4 857
Sudeste	47 601	15 463	3 612	28 526	42 393	7 956	12 972	21 465
Minas Gerais	16 864	3 878	489	12 497	16 843	2 619	3 543	10 681
Espírito Santo	2 709	962	51	1 696	2 142	331	792	1 019
Rio de Janeiro	8 547	3 343	719	4 485	6 055	1 496	3 586	973
São Paulo	19 481	7 280	2 353	9 848	17 353	3 510	5 051	8 792
Sul	16 442	3 959	649	11 834	16 163	2 224	4 207	9 732
Paraná	5 618	1 298	304	4 016	5 614	710	1 342	3 562
Santa Catarina	2 811	1 192	183	1 436	2 553	389	863	1 301
Rio Grande do Sul	8 013	1 469	162	6 382	7 996	1 125	2 002	4 869
Centro-Oeste	11 424	5 002	156	6 266	11 424	1 848	4 090	5 486
Mato Grosso do Sul	1 654	879	40	735	1 654	333	742	579
Mato Grosso	2 927	1 252	62	1 613	2 927	605	781	1 541
Goiás	5 122	1 150	54	3 918	5 122	596	1 867	2 659
Distrito Federal	1 721	1 721	-	-	1 721	314	700	707

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício.

Tabela 10 - Municípios, total e por existência e atualização de instrumentos de planejamento municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total (1)	Por existência e atualização de instrumentos de planejamento municipal										
		Plano Plurianual			Lei de Diretrizes Orçamentárias			Lei de Orçamento Anual			Código Tributário Municipal	
		Atualizado	Não atualizado	Não tem	Atualizado	Não atualizado	Não tem	Atualizado	Não atualizado	Não tem	Tem	Não tem
Total	5 560	5 350	124	80	4 665	872	17	4 728	806	20	5 233	320
Classes de tamanho da população												
Até 5 000	1 371	1 334	25	11	1 179	187	4	1 195	170	5	1 271	99
De 5 001 a 20 000	2 666	2 555	54	53	2 237	417	8	2 265	387	10	2 497	164
De 20 001 a 100 000	1 292	1 235	40	16	1 058	228	5	1 071	215	5	1 238	53
De 100 001 a 500 000	198	196	2	-	167	31	-	173	25	-	195	3
Mais de 500 000	33	30	3	-	24	9	-	24	9	-	32	1
Grandes Regiões e Unidades da Federação												
Norte	449	425	10	11	339	105	2	348	94	4	414	32
Rondônia	52	45	4	-	36	13	-	36	12	1	46	3
Acre	22	21	1	-	22	-	-	22	-	-	22	-
Amazonas	62	62	-	-	34	28	-	41	20	1	58	4
Roraima	15	15	-	-	12	3	-	12	3	-	12	3
Pará	143	132	2	9	95	48	-	98	44	1	128	15
Amapá	16	15	-	1	7	8	1	8	7	1	15	1
Tocantins	139	135	3	1	133	5	1	131	8	-	133	6
Nordeste	1 792	1 687	52	51	1 490	291	9	1 507	274	9	1 646	143
Maranhão	217	191	-	26	210	5	2	211	3	3	178	39
Piauí	222	217	3	2	166	54	2	172	49	1	189	33
Ceará	184	176	4	3	124	59	-	132	50	1	171	12
Rio Grande do Norte	167	148	6	12	157	8	1	162	4	-	164	2
Paraíba	223	222	1	-	214	9	-	212	10	1	214	9
Pernambuco	185	179	6	-	175	10	-	179	6	-	181	3
Alagoas	102	100	1	1	82	18	2	82	18	2	97	5
Sergipe	75	70	5	-	60	15	-	60	15	-	73	2
Bahia	417	384	26	7	302	113	2	297	119	1	379	38
Sudeste	1 668	1 634	21	13	1 529	135	4	1 547	116	5	1 602	66
Minas Gerais	853	849	-	4	846	6	1	851	-	2	812	41
Espírito Santo	78	75	2	1	56	22	-	58	20	-	75	3
Rio de Janeiro	92	77	12	3	55	36	1	58	33	1	86	6
São Paulo	645	633	7	5	572	71	2	580	63	2	629	16
Sul	1 188	1 151	33	3	902	283	2	932	253	2	1 124	63
Paraná	399	379	19	1	294	104	1	301	97	1	375	24
Santa Catarina	293	284	7	1	240	52	-	247	45	-	279	13
Rio Grande do Sul	496	488	7	1	368	127	1	384	111	1	470	26
Centro-Oeste	463	453	8	2	405	58	-	394	69	-	447	16
Mato Grosso do Sul	77	76	1	-	70	7	-	68	9	-	75	2
Mato Grosso	139	134	5	-	107	32	-	107	32	-	138	1
Goiás	246	242	2	2	227	19	-	218	28	-	233	13
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.
 (1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 11 - Municípios, total e com existência de cadastro imobiliário, com indicação de algumas características do cadastro e total de unidades imobiliárias, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total (1)	Com existência de cadastro imobiliário				Unidades imobiliárias (2)			
		Total	Algumas características do cadastro			Prediais		Territoriais	
			Informatizado	Unidade territorial e prediais		2001 (3)	2002	2001 (3)	2002
				Em conjunto	Em separado				
Total	5 560	5 075	4 353	3 764	1 311	28 605 761	35 092 696	14 023 889	14 816 201
Classes de tamanho da população									
Até 5 000	1 371	1 197	968	814	383	341 858	507 027	211 320	250 173
De 5 001 a 20 000	2 666	2 409	2 017	1 712	697	2 606 080	3 674 910	1 685 330	2 315 282
De 20 001 a 100 000	1 292	1 239	1 142	1 013	226	8 332 510	9 332 938	6 206 746	5 726 132
De 100 001 a 500 000	198	197	193	192	5	8 084 378	9 963 937	4 172 718	4 690 570
Mais de 500 000	33	33	33	33	-	9 240 935	11 613 884	1 747 775	1 834 044
Grandes Regiões e Unidades da Federação									
Norte	449	338	249	210	128	1 277 716	1 655 525	401 302	581 022
Rondônia	52	48	42	37	11	156 785	178 424	42 938	101 542
Acre	22	18	10	17	1	66 801	84 192	34 648	43 815
Amazonas	62	45	29	28	17	295 179	342 902	58 523	79 917
Roraima	15	6	3	5	1	1 871	50 990	2 286	35 483
Pará	143	118	89	79	39	661 238	817 484	128 789	165 418
Amapá	16	12	5	10	2	2 500	61 466	-	21 400
Tocantins	139	91	71	34	57	93 342	120 067	134 118	133 447
Nordeste	1 792	1 504	1 078	973	531	4 709 070	6 754 896	2 076 940	2 589 988
Maranhão	217	118	71	59	59	264 947	417 952	54 466	161 309
Piauí	222	164	77	108	56	243 829	411 605	100 442	125 880
Ceará	184	173	161	105	68	643 619	1 001 510	236 590	479 799
Rio Grande do Norte	167	144	112	106	38	373 637	468 553	166 391	215 872
Paraíba	223	197	113	144	53	434 293	613 017	522 920	232 981
Pernambuco	185	178	144	143	35	866 056	1 428 192	376 138	579 837
Alagoas	102	91	60	60	31	289 314	425 188	60 395	95 780
Sergipe	75	70	55	30	40	207 549	245 604	40 099	53 153
Bahia	417	369	285	218	151	1 385 826	1 743 275	519 499	645 377
Sudeste	1 668	1 627	1 496	1 315	312	14 742 074	17 837 956	6 076 648	7 077 609
Minas Gerais	853	815	704	577	238	2 558 078	4 074 235	1 451 320	1 876 564
Espírito Santo	78	77	74	63	14	549 709	810 985	205 192	350 096
Rio de Janeiro	92	91	90	87	4	3 374 250	3 911 669	1 196 937	1 374 645
São Paulo	645	644	628	588	56	8 260 037	9 041 067	3 223 199	3 476 304
Sul	1 188	1 171	1 148	959	212	6 101 702	6 336 124	3 772 612	2 671 352
Paraná	399	396	386	342	54	1 810 980	2 216 947	690 412	843 180
Santa Catarina	293	291	287	225	66	2 269 582	1 521 893	2 143 311	817 756
Rio Grande do Sul	496	484	475	392	92	2 021 140	2 597 284	938 889	1 010 416
Centro-Oeste	463	435	382	307	128	1 775 199	2 508 195	1 696 387	1 896 230
Mato Grosso do Sul	77	75	70	63	12	391 435	442 040	278 495	297 873
Mato Grosso	139	131	121	89	42	316 000	448 181	214 359	418 285
Goiás	246	228	190	154	74	1 067 764	1 172 788	1 203 533	1 126 127
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	445 186	-	53 945

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência. (2) Referem-se aos cadastros com unidades prediais e territoriais em separado.

(3) Dados referentes a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001 ano base 2000.

Tabela 12 - Municípios, total e com existência e informatização de cadastro de prestadores de serviços e número de contribuintes inscritos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total (1)	Com existência e informatização de cadastro de prestadores de serviços		Número de contribuintes inscritos		
		Total	Informatizado	Total	Empresas	Outros
Total	5 560	4 027	3 178	7797 453	4176 974	3620 479
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 371	872	630	63 699	31 841	31 858
De 5 001 a 20 000	2 666	1 833	1 397	560 880	274 812	286 068
De 20 001 a 100 000	1 292	1 093	930	1625 281	851 476	773 805
De 100 001 a 500 000	198	196	188	1971 389	1105 865	865 524
Mais de 500 000	33	33	33	3576 204	1912 980	1663 224
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	260	163	280 242	144 740	135 502
Rondônia	52	42	32	25 262	12 441	12 821
Acre	22	9	4	11 196	7 885	3 311
Amazonas	62	40	26	80 063	20 905	59 158
Roraima	15	7	3	22 618	6 356	16 262
Pará	143	89	54	107 072	77 329	29 743
Amapá	16	15	6	4 300	2 070	2 230
Tocantins	139	58	38	29 731	17 754	11 977
Nordeste	1 792	849	567	1026 438	495 027	531 411
Maranhão	217	66	34	59 094	41 402	17 692
Piauí	222	44	17	68 129	46 368	21 761
Ceará	184	130	106	169 112	38 720	130 392
Rio Grande do Norte	167	89	57	62 925	42 546	20 379
Paraíba	223	66	34	78 718	46 443	32 275
Pernambuco	185	134	90	284 591	125 633	158 958
Alagoas	102	57	27	52 880	27 434	25 446
Sergipe	75	48	33	36 656	20 249	16 407
Bahia	417	215	169	214 333	106 232	108 101
Sudeste	1 668	1 467	1 207	4508 384	2399 661	2108 723
Minas Gerais	853	683	490	788 675	429 807	358 868
Espírito Santo	78	74	61	145 197	93 045	52 152
Rio de Janeiro	92	89	81	617 974	453 500	164 474
São Paulo	645	621	575	2956 538	1423 309	1533 229
Sul	1 188	1 082	964	1493 121	849 699	643 422
Paraná	399	348	291	443 717	281 802	161 915
Santa Catarina	293	269	251	262 699	177 042	85 657
Rio Grande do Sul	496	465	422	786 705	390 855	395 850
Centro-Oeste	463	369	277	489 268	287 847	201 421
Mato Grosso do Sul	77	66	50	70 188	38 466	31 722
Mato Grosso	139	110	102	97 795	42 068	55 727
Goiás	246	192	124	273 963	170 636	103 327
Distrito Federal	1	1	1	47 322	36 677	10 645

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 13 - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação pública	Taxa de coleta de lixo	Taxa de limpeza pública	Taxa de incêndio	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
Total	5 560	2 725	2 581	2 245	190	2 521	3 912
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	563	573	472	10	505	884
De 5 001 a 20 000	2 666	1 322	1 213	1 101	34	1 120	1 834
De 20 001 a 100 000	1 292	710	638	555	97	730	992
De 100 001 a 500 000	198	111	132	102	42	138	172
Mais de 500 000	33	19	25	15	7	28	30
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	202	100	97	3	153	274
Rondônia	52	16	27	24	1	31	40
Acre	22	10	5	11	-	18	17
Amazonas	62	18	18	17	1	26	36
Roraima	15	1	2	2	-	2	9
Pará	143	110	34	36	1	51	97
Amapá	16	3	4	2	-	12	8
Tocantins	139	44	10	5	-	13	67
Nordeste	1 792	652	372	368	9	634	1 254
Maranhão	217	78	10	11	1	41	121
Piauí	222	59	39	33	-	17	172
Ceará	184	128	9	10	-	104	129
Rio Grande do Norte	167	47	68	54	-	65	98
Paraíba	223	44	48	46	2	141	185
Pernambuco	185	88	112	121	3	66	151
Alagoas	102	79	33	37	-	12	71
Sergipe	75	35	8	7	-	51	58
Bahia	417	94	45	49	3	137	269
Sudeste	1 668	939	1 019	984	47	827	1 155
Minas Gerais	853	664	478	524	6	377	583
Espírito Santo	78	68	67	61	-	47	68
Rio de Janeiro	92	39	71	62	2	63	79
São Paulo	645	168	403	337	39	340	425
Sul	1 188	727	963	672	119	673	908
Paraná	399	348	357	293	50	227	303
Santa Catarina	293	225	235	169	37	191	203
Rio Grande do Sul	496	154	371	210	32	255	402
Centro-Oeste	463	205	127	124	12	234	321
Mato Grosso do Sul	77	46	44	39	2	43	55
Mato Grosso	139	92	40	36	3	95	102
Goiás	246	66	42	48	6	95	163
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 14 - Municípios, total e com existência de consórcio intermunicipal, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de consórcio intermunicipal					
		Área da administração municipal					
		Educação	Saúde	Assistência e desenvolvimento social	Direito de crianças e adolescentes	Emprego/Trabalho	Turismo
Total	5 560	336	2 169	232	185	130	348
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	60	633	42	26	18	61
De 5 001 a 20 000	2 666	135	1 073	102	84	46	139
De 20 001 a 100 000	1 292	109	397	68	55	49	109
De 100 001 a 500 000	198	25	63	18	17	13	95
Mais de 500 000	33	7	3	2	3	4	5
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	30	51	23	17	11	9
Rondônia	52	3	7	2	4	1	-
Acre	22	-	0	-	-	-	-
Amazonas	62	5	4	4	2	3	2
Roraima	15	-	1	-	-	-	-
Pará	143	18	24	13	9	6	7
Amapá	16	1	2	2	1	-	-
Tocantins	139	3	13	2	1	1	-
Nordeste	1 792	109	256	85	43	31	61
Maranhão	217	4	5	2	1	3	-
Piauí	222	2	4	19	3	1	3
Ceará	184	12	19	7	12	6	5
Rio Grande do Norte	167	7	39	3	-	-	4
Paraíba	223	3	73	1	1	1	1
Pernambuco	185	21	27	20	8	11	21
Alagoas	102	7	8	1	2	-	3
Sergipe	75	8	14	1	1	2	4
Bahia	417	45	67	31	15	7	20
Sudeste	1 668	86	990	58	46	51	150
Minas Gerais	853	46	701	27	19	17	84
Espírito Santo	78	5	63	5	3	-	15
Rio de Janeiro	92	5	60	4	6	7	12
São Paulo	645	30	166	22	18	27	39
Sul	1 188	70	726	44	57	31	113
Paraná	399	27	364	15	14	15	13
Santa Catarina	293	15	179	18	26	9	20
Rio Grande do Sul	496	28	183	11	17	7	80
Centro-Oeste	463	41	146	22	22	6	15
Mato Grosso do Sul	77	9	16	7	4	2	8
Mato Grosso	139	21	106	8	12	2	3
Goiás	246	10	24	7	6	2	3
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1

Tabela 14 - Municípios, total e com existência de consórcio intermunicipal, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)					
	Municípios					
	Com existência de consórcio intermunicipal					
	Área da administração municipal					
	Cultura	Habitação	Meio Ambiente	Transportes	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico
Total	151	116	743	328	242	303
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	16	19	114	87	42	40
De 5 001 a 20 000	57	43	317	135	83	124
De 20 001 a 100 000	58	36	233	85	80	103
De 100 001 a 500 000	17	14	62	17	30	29
Mais de 500 000	3	4	17	4	7	7
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	11	10	16	12	14	17
Rondônia	1	1	1	5	5	4
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	4	2	3	1	2	3
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	5	5	9	5	7	9
Amapá	-	-	1	-	-	1
Tocantins	1	2	2	1	-	-
Nordeste	44	44	141	54	67	111
Maranhão	-	1	2	-	-	36
Piauí	2	11	2	15	14	15
Ceará	3	9	10	2	6	5
Rio Grande do Norte	4	1	2	3	1	3
Paraíba	1	2	7	-	3	4
Pernambuco	16	6	48	10	20	21
Alagoas	1	2	4	4	2	2
Sergipe	3	3	5	1	3	2
Bahia	14	9	61	19	18	23
Sudeste	49	32	318	140	119	98
Minas Gerais	19	9	132	10	26	34
Espírito Santo	5	-	36	3	5	5
Rio de Janeiro	5	3	39	2	4	3
São Paulo	20	20	111	125	84	56
Sul	35	24	207	39	27	63
Paraná	10	7	55	6	7	14
Santa Catarina	9	4	75	10	8	13
Rio Grande do Sul	16	13	77	23	12	36
Centro-Oeste	12	6	61	83	15	14
Mato Grosso do Sul	7	-	32	5	1	9
Mato Grosso	3	2	6	8	1	1
Goiás	2	3	23	70	12	4
Distrito Federal	-	1	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das frequências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 15 - Municípios, total e com existência de convênio de cooperação com entidades públicas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de convênio de cooperação com entidade públicas					
		Área da administração municipal					
		Educação	Saúde	Assistência e desenvolvimento social	Direito de crianças e adolescentes	Emprego/Trabalho	Turismo
Total	5 560	3 332	3 224	2 681	1 530	1 315	630
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	733	725	541	256	207	72
De 5 001 a 20 000	2 666	1 548	1 512	1 222	642	502	234
De 20 001 a 100 000	1 292	865	806	731	477	456	242
De 100 001 a 500 000	198	155	151	158	131	126	243
Mais de 500 000	33	31	30	29	24	24	10
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	309	329	265	152	117	50
Rondônia	52	29	25	18	17	9	2
Acre	22	19	14	15	7	6	1
Amazonas	62	43	44	39	19	21	13
Roraima	15	10	13	14	11	6	2
Pará	143	102	105	74	58	44	20
Amapá	16	11	13	13	10	5	5
Tocantins	139	95	115	92	30	26	7
Nordeste	1 792	1 096	992	831	396	300	172
Maranhão	217	131	81	58	34	12	4
Piauí	222	120	82	90	28	13	8
Ceará	184	114	118	97	68	43	30
Rio Grande do Norte	167	105	95	86	30	15	23
Paraíba	223	156	131	113	50	34	12
Pernambuco	185	116	121	105	50	47	36
Alagoas	102	50	50	44	24	18	8
Sergipe	75	61	61	48	43	50	11
Bahia	417	243	253	190	69	68	40
Sudeste	1 668	980	967	786	432	418	191
Minas Gerais	853	570	562	369	178	202	92
Espírito Santo	78	61	45	36	24	10	8
Rio de Janeiro	92	59	59	62	39	40	22
São Paulo	645	290	301	319	191	166	69
Sul	1 188	669	668	573	427	402	171
Paraná	399	230	234	213	201	187	51
Santa Catarina	293	166	157	143	103	79	40
Rio Grande do Sul	496	273	277	217	123	136	80
Centro-Oeste	463	278	268	226	123	78	46
Mato Grosso do Sul	77	47	52	49	26	24	14
Mato Grosso	139	77	61	59	35	20	11
Goiás	246	153	154	117	61	33	20
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 15 - Municípios, total e com existência de convênio de cooperação com entidades públicas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com existência de convênio de cooperação com entidade públicas					
	Área da administração municipal					
	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transportes	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico
Total	889	1 788	1 558	976	1 138	850
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	111	373	287	214	201	117
De 5 001 a 20 000	329	796	653	435	481	335
De 20 001 a 100 000	335	479	484	240	349	284
De 100 001 a 500 000	94	114	112	70	86	89
Mais de 500 000	20	26	22	17	21	25
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	92	187	118	99	140	76
Rondônia	8	9	10	13	12	7
Acre	7	9	9	7	12	4
Amazonas	17	23	22	15	21	16
Roraima	6	12	5	7	8	6
Pará	36	24	46	25	42	30
Amapá	8	5	11	7	9	5
Tocantins	10	105	15	25	36	8
Nordeste	252	534	238	245	374	249
Maranhão	16	24	8	7	12	7
Piauí	10	33	12	17	31	9
Ceará	41	72	36	25	46	39
Rio Grande do Norte	23	75	21	34	40	25
Paraíba	21	104	27	69	71	38
Pernambuco	45	44	38	23	40	36
Alagoas	18	30	17	17	21	13
Sergipe	15	50	18	21	24	24
Bahia	63	102	61	32	89	58
Sudeste	261	449	705	246	268	241
Minas Gerais	117	170	466	126	126	129
Espírito Santo	13	33	28	16	14	12
Rio de Janeiro	31	32	41	14	25	30
São Paulo	100	214	170	90	103	70
Sul	208	442	352	248	264	222
Paraná	81	185	153	100	148	69
Santa Catarina	46	76	74	58	45	44
Rio Grande do Sul	81	181	125	90	71	109
Centro-Oeste	76	176	145	138	92	62
Mato Grosso do Sul	22	48	31	36	24	24
Mato Grosso	23	19	30	24	12	11
Goiás	30	108	84	78	55	26
Distrito Federal	1	1	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 16 - Municípios, total e com existência de convênio de parceria com empresas privadas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de convênio de parceria com empresas privadas					
		Área da administração municipal					
		Educação	Saúde	Assistência e desenvolvimento social	Direito de crianças e adolescentes	Emprego/Trabalho	Turismo
Total	5 560	844	922	547	410	499	315
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	118	182	74	29	60	34
De 5 001 a 20 000	2 666	307	339	164	115	158	98
De 20 001 a 100 000	1 292	292	283	205	173	186	112
De 100 001 a 500 000	198	103	97	84	73	77	113
Mais de 500 000	33	24	21	20	20	18	16
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	50	55	27	22	26	14
Rondônia	52	6	9	2	-	2	-
Acre	22	4	5	3	2	1	1
Amazonas	62	7	5	5	3	2	-
Roraima	15	1	1	3	2	2	-
Pará	143	25	20	10	11	13	7
Amapá	16	2	1	2	2	1	4
Tocantins	139	5	14	2	2	5	2
Nordeste	1 792	151	145	94	71	91	63
Maranhão	217	7	8	6	4	5	1
Piauí	222	10	6	4	3	3	1
Ceará	184	16	18	13	8	20	9
Rio Grande do Norte	167	11	10	9	3	11	3
Paraíba	223	15	9	8	4	7	7
Pernambuco	185	17	17	7	7	10	13
Alagoas	102	16	11	7	8	6	9
Sergipe	75	10	11	8	11	9	11
Bahia	417	49	55	32	23	20	9
Sudeste	1 668	319	315	206	151	150	101
Minas Gerais	853	147	145	75	58	60	42
Espírito Santo	78	19	16	12	9	6	6
Rio de Janeiro	92	35	40	20	15	20	16
São Paulo	645	118	114	99	69	64	37
Sul	1 188	278	341	183	141	191	116
Paraná	399	68	95	52	49	63	18
Santa Catarina	293	61	64	41	32	40	26
Rio Grande do Sul	496	149	182	90	60	88	72
Centro-Oeste	463	46	66	37	25	41	21
Mato Grosso do Sul	77	14	15	11	7	10	9
Mato Grosso	139	10	14	7	4	6	2
Goiás	246	21	36	18	13	24	9
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 16 - Municípios, total e com existência de convênio de parceria com empresas privadas, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com existência de convênio de parceria com empresas privadas					
	Área da administração municipal					
	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transportes	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico
Total	338	173	448	238	209	389
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	28	23	66	36	21	36
De 5 001 a 20 000	98	43	144	90	59	138
De 20 001 a 100 000	127	70	160	79	72	137
De 100 001 a 500 000	70	30	62	25	43	62
Mais de 500 000	15	7	16	8	14	16
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	25	10	25	23	12	22
Rondônia	1	1	1	3	1	2
Acre	1	-	2	1	-	1
Amazonas	-	-	4	1	-	3
Roraima	-	-	-	2	1	-
Pará	15	6	15	12	7	9
Amapá	5	-	-	2	2	3
Tocantins	3	3	3	2	1	4
Nordeste	65	32	61	38	53	95
Maranhão	2	-	3	1	-	1
Piauí	2	1	1	1	2	2
Ceará	10	6	9	5	7	13
Rio Grande do Norte	3	3	5	8	2	5
Paraíba	8	-	6	-	4	8
Pernambuco	6	1	5	3	8	15
Alagoas	3	4	9	3	6	8
Sergipe	9	10	8	2	9	16
Bahia	22	7	15	15	15	27
Sudeste	124	50	211	64	71	105
Minas Gerais	56	19	124	30	30	49
Espírito Santo	9	1	8	4	5	8
Rio de Janeiro	17	7	20	4	10	13
São Paulo	42	23	59	26	26	35
Sul	106	60	128	97	56	140
Paraná	19	15	34	21	9	36
Santa Catarina	25	18	28	19	16	27
Rio Grande do Sul	62	27	66	57	31	77
Centro-Oeste	18	21	23	16	17	27
Mato Grosso do Sul	7	6	10	5	5	10
Mato Grosso	5	2	2	3	4	7
Goiás	5	12	11	8	7	9
Distrito Federal	1	1	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 17 - Municípios, total e com existência de ações integradas com outro (s) município (s), por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de ações integradas com outro (s) município (s)					
		Área da administração municipal					
		Educação	Saúde	Assistência e desenvolvimento social	Direito de crianças e adolescentes	Emprego/Trabalho	Turismo
Total	5 560	845	1 383	455	444	214	588
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	173	329	85	70	34	84
De 5 001 a 20 000	2 666	355	609	189	176	69	220
De 20 001 a 100 000	1 292	237	340	123	141	67	205
De 100 001 a 500 000	198	70	89	49	50	39	205
Mais de 500 000	33	10	16	9	7	5	12
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	53	70	17	27	10	20
Rondônia	52	7	4	2	6	1	2
Acre	22	1	2	1	-	-	-
Amazonas	62	5	7	3	1	1	3
Roraima	15	3	3	1	3	-	1
Pará	143	27	37	9	14	8	12
Amapá	16	2	1	-	-	-	1
Tocantins	139	8	16	1	3	-	1
Nordeste	1 792	213	262	83	79	36	82
Maranhão	217	25	26	5	4	-	1
Piauí	222	3	5	-	2	-	4
Ceará	184	28	39	17	20	9	13
Rio Grande do Norte	167	26	28	3	7	2	7
Paraíba	223	28	28	9	8	3	6
Pernambuco	185	18	19	11	9	8	15
Alagoas	102	11	11	7	4	2	3
Sergipe	75	15	27	4	4	3	7
Bahia	417	59	79	27	21	9	26
Sudeste	1 668	265	520	148	124	86	250
Minas Gerais	853	133	309	65	52	46	138
Espírito Santo	78	33	28	15	12	4	18
Rio de Janeiro	92	19	50	18	18	4	31
São Paulo	645	80	133	50	42	32	63
Sul	1 188	223	406	160	177	78	214
Paraná	399	60	141	55	53	30	42
Santa Catarina	293	54	93	43	53	20	52
Rio Grande do Sul	496	109	172	62	71	28	120
Centro-Oeste	463	91	125	47	37	4	22
Mato Grosso do Sul	77	15	21	6	7	-	10
Mato Grosso	139	41	51	18	14	1	5
Goiás	246	35	53	23	16	3	6
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	1

Tabela 17 - Municípios, total e com existência de ações integradas com outro (s) município (s), por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com existência de ações integradas com outro (s) município (s)					
	Área da administração municipal					
	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transportes	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico
Total	426	91	688	255	210	298
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	53	10	94	44	19	37
De 5 001 a 20 000	158	29	270	82	69	99
De 20 001 a 100 000	150	35	231	78	77	102
De 100 001 a 500 000	57	12	76	43	34	48
Mais de 500 000	8	5	17	8	11	12
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	29	8	28	19	7	15
Rondônia	4	1	3	4	1	1
Acre	2	-	-	-	-	-
Amazonas	4	1	3	2	1	3
Roraima	1	-	2	1	-	2
Pará	14	5	17	12	4	8
Amapá	1	-	1	-	-	-
Tocantins	3	1	2	-	1	1
Nordeste	89	18	115	43	44	65
Maranhão	3	-	3	2	1	5
Piauí	2	-	2	1	2	1
Ceará	9	3	13	5	5	8
Rio Grande do Norte	6	3	4	6	3	6
Paraíba	10	2	8	1	3	10
Pernambuco	10	3	25	8	12	14
Alagoas	9	1	6	3	4	3
Sergipe	5	3	11	10	5	4
Bahia	35	3	43	7	9	14
Sudeste	140	28	271	88	88	98
Minas Gerais	55	10	138	34	30	42
Espírito Santo	11	-	22	4	7	5
Rio de Janeiro	20	4	31	6	10	14
São Paulo	54	14	80	44	41	37
Sul	145	30	229	71	62	107
Paraná	46	8	75	23	19	31
Santa Catarina	34	5	56	13	19	26
Rio Grande do Sul	65	17	98	35	24	50
Centro-Oeste	23	7	45	34	9	13
Mato Grosso do Sul	8	3	18	8	2	10
Mato Grosso	9	1	11	6	1	2
Goias	5	2	15	20	5	1
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 18 - Municípios, total e com existência de apoio de entidades privadas ou da comunidade, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de apoio de entidades privadas ou da comunidade					
		Área da administração municipal					
		Educação	Saúde	Assistência e desenvolvimento social	Direito de crianças e adolescentes	Emprego/Trabalho	Turismo
Total	5 560	1 145	986	1 245	1 064	656	654
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	166	157	189	140	75	72
De 5 001 a 20 000	2 666	481	413	516	420	243	236
De 20 001 a 100 000	1 292	360	310	390	363	223	248
De 100 001 a 500 000	198	114	86	125	115	95	214
Mais de 500 000	33	24	20	25	26	20	17
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	74	66	67	65	45	38
Rondônia	52	10	8	6	10	5	1
Acre	22	2	2	3	2	1	1
Amazonas	62	16	13	12	13	7	7
Roraima	15	4	3	6	4	4	6
Pará	143	29	26	30	29	17	16
Amapá	16	4	5	4	2	5	2
Tocantins	139	9	9	6	5	6	5
Nordeste	1 792	266	215	274	200	131	127
Maranhão	217	20	9	13	10	3	5
Piauí	222	10	9	33	7	4	4
Ceará	184	37	28	46	40	26	15
Rio Grande do Norte	167	26	18	20	14	11	10
Paraíba	223	41	30	36	32	27	15
Pernambuco	185	23	20	23	14	9	18
Alagoas	102	17	16	16	15	11	8
Sergipe	75	15	11	16	17	11	21
Bahia	417	77	74	71	51	29	31
Sudeste	1 668	359	308	395	359	208	223
Minas Gerais	853	175	154	167	166	98	101
Espírito Santo	78	26	24	27	23	11	15
Rio de Janeiro	92	37	32	35	31	23	37
São Paulo	645	121	98	166	139	76	70
Sul	1 188	350	319	410	359	223	224
Paraná	399	112	93	146	136	85	49
Santa Catarina	293	78	67	93	88	51	60
Rio Grande do Sul	496	160	159	171	135	87	115
Centro-Oeste	463	96	78	99	81	49	42
Mato Grosso do Sul	77	24	18	24	16	14	14
Mato Grosso	139	31	27	32	24	14	11
Goiás	246	40	32	42	40	20	16
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 18 - Municípios, total e com existência de apoio de entidades privadas ou da comunidade, por área da administração municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com existência de apoio de entidades privadas ou da comunidade					
	Área da administração municipal					
	Cultura	Habitação	Meio ambiente	Transportes	Desenvolvimento urbano	Desenvolvimento econômico
Total	833	364	904	275	385	539
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	92	44	116	22	38	55
De 5 001 a 20 000	314	128	358	100	124	190
De 20 001 a 100 000	304	129	307	92	146	195
De 100 001 a 500 000	99	47	102	48	61	79
Mais de 500 000	24	16	21	13	16	20
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	66	20	59	26	25	38
Rondônia	3	3	7	1	3	5
Acre	2	1	2	3	2	2
Amazonas	11	4	7	4	2	5
Roraima	4	2	7	2	3	2
Pará	32	5	28	12	10	14
Amapá	7	1	3	2	2	4
Tocantins	7	4	5	2	3	6
Nordeste	180	81	161	55	95	128
Maranhão	6	2	5	3	3	6
Piauí	6	1	2	-	3	3
Ceará	27	21	19	7	19	22
Rio Grande do Norte	14	9	14	6	6	7
Paraíba	25	5	19	1	6	21
Pernambuco	17	9	20	10	12	15
Alagoas	11	12	18	7	11	12
Sergipe	23	8	15	4	11	10
Bahia	51	14	49	17	24	32
Sudeste	282	109	361	76	110	158
Minas Gerais	131	51	209	38	52	76
Espírito Santo	20	6	18	4	6	5
Rio de Janeiro	32	15	35	9	15	23
São Paulo	99	37	99	25	37	54
Sul	253	115	265	87	128	178
Paraná	69	31	93	22	28	42
Santa Catarina	63	27	61	20	33	40
Rio Grande do Sul	121	57	111	45	67	96
Centro-Oeste	52	39	58	31	27	37
Mato Grosso do Sul	15	10	15	7	7	9
Mato Grosso	18	12	18	13	6	12
Goiás	18	16	25	11	13	15
Distrito Federal	1	1	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Notas: 1. A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

2. Apoio do setor privado ou da comunidade para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da Prefeitura.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 19 - Municípios, total e com existência de órgão específico para política habitacional, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais e ações ou programas na área de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de					
		Órgão específico para política habitacional		Cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais		Ações ou programas na área de habitação	
		2001	2002	2001	2002	2001	2002
Total	5 560	1 751	2 058	3 125	3 794	2 941	3 392
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	253	310	676	830	647	786
De 5 001 a 20 000	2 666	741	873	1 466	1 778	1 350	1 570
De 20 001 a 100 000	1 292	570	682	794	980	754	840
De 100 001 a 500 000	198	156	161	159	175	160	164
Mais de 500 000	33	31	32	30	31	30	32
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	132	159	256	302	255	286
Rondônia	52	12	11	25	25	21	18
Acre	22	9	10	18	15	11	13
Amazonas	62	31	33	38	51	36	42
Roraima	15	10	11	13	13	14	14
Pará	143	30	40	48	68	50	53
Amapá	16	3	6	8	12	7	12
Tocantins	139	37	48	106	118	116	134
Nordeste	1 792	501	663	839	1 141	894	1 143
Maranhão	217	47	68	90	143	90	116
Piauí	222	35	44	68	82	76	124
Ceará	184	91	109	121	141	120	141
Rio Grande do Norte	167	55	89	110	140	110	125
Paraíba	223	48	52	105	135	123	169
Pernambuco	185	50	48	71	89	85	94
Alagoas	102	43	58	71	78	75	86
Sergipe	75	33	45	48	62	57	60
Bahia	417	99	150	155	271	158	228
Sudeste	1 668	511	507	919	1 067	831	915
Minas Gerais	853	228	212	426	506	388	457
Espírito Santo	78	33	26	56	67	50	52
Rio de Janeiro	92	49	58	71	78	68	59
São Paulo	645	201	211	366	416	325	347
Sul	1 188	464	545	802	911	673	732
Paraná	399	130	151	290	335	241	262
Santa Catarina	293	114	143	189	217	138	153
Rio Grande do Sul	496	220	251	323	359	294	317
Centro-Oeste	463	143	184	309	373	288	316
Mato Grosso do Sul	77	34	39	68	72	67	67
Mato Grosso	139	21	46	55	93	49	56
Goiás	246	87	98	185	207	171	192
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 20 - Municípios, total e com existência de programa ou ação na área de habitação, por tipo de programa ou ação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com existência de programa ou ação na área de habitação, por tipo de programa ou ação							
	Regularização fundiária		Oferta de material de construção		Melhoria de cortiço		Outros	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Total	508	397	1 353	1 453	340	217	557	918
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	47	36	313	354	25	35	90	182
De 5 001 a 20 000	186	137	595	634	147	89	246	401
De 20 001 a 100 000	180	126	359	381	130	70	173	243
De 100 001 a 500 000	73	77	75	70	32	20	42	72
Mais de 500 000	22	21	11	14	6	3	6	20
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	59	48	122	122	35	9	64	69
Rondônia	4	5	6	2	3	1	5	6
Acre	2	1	2	7	-	-	2	5
Amazonas	19	20	23	18	15	3	17	10
Roraima	6	1	7	5	5	-	6	7
Pará	18	15	19	18	8	3	12	5
Amapá	3	1	3	3	1	-	2	2
Tocantins	7	5	62	69	3	2	20	34
Nordeste	136	102	486	562	109	58	182	376
Maranhão	13	18	44	46	9	4	13	25
Piauí	11	12	42	54	4	1	21	45
Ceará	25	10	60	79	19	5	27	47
Rio Grande do Norte	9	7	76	74	11	4	22	42
Paraíba	6	5	74	72	4	7	12	92
Pernambuco	20	12	47	56	16	9	20	17
Alagoas	16	2	39	44	19	6	19	35
Sergipe	7	7	28	39	5	2	9	22
Bahia	29	29	76	98	22	20	39	51
Sudeste	140	114	375	418	89	68	147	245
Minas Gerais	70	51	232	283	42	19	85	111
Espírito Santo	7	3	21	17	10	6	11	12
Rio de Janeiro	26	16	33	33	16	12	17	16
São Paulo	37	44	89	85	21	31	34	106
Sul	132	87	261	204	87	68	132	177
Paraná	44	20	68	37	26	18	43	55
Santa Catarina	26	17	56	58	15	20	29	38
Rio Grande do Sul	62	50	137	109	46	30	60	84
Centro-Oeste	41	46	109	147	20	14	32	51
Mato Grosso do Sul	14	13	18	21	6	4	7	18
Mato Grosso	11	13	8	10	5	4	7	5
Goiás	15	19	83	115	9	5	18	27
Distrito Federal	1	1	-	1	-	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

Nota: O município pode apresentar mais de um tipo de programa ou ação na área de habitação

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 21 - Municípios, total e que concederam licenças para construção e alvarás de habitação, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total (1)	Que concederam licenças para construção				Que concederam alvarás de habitação			
		Total		Licenças concedidas		Total		Alvarás concedidos	
		2001 (2)	2002	2001 (2)	2002	2001 (2)	2002	2001 (2)	2002
Total	5 560	3 836	4 037	737 473	431 301	3 256	3 549	350 476	251 035
Classes de tamanho da população									
Até 5 000	1 371	722	792	9 071	13 955	587	669	5 168	6 357
De 5 001 a 20 000	2 666	1 806	1 891	167 310	78 105	1 489	1 621	35 869	40 268
De 20 001 a 100 000	1 292	1 085	1 127	378 368	176 166	959	1 029	194 599	88 007
De 100 001 a 500 000	198	191	194	111 141	115 275	189	197	73 316	80 563
Mais de 500 000	33	32	33	71 583	47 800	32	33	41 524	35 840
Grandes Regiões e Unidades da Federação									
Norte	449	201	211	14 988	14 501	127	136	5 427	5 559
Rondônia	52	30	35	1 968	2 239	27	29	978	696
Acre	22	17	18	6 582	1 537	11	6	69	167
Amazonas	62	29	34	1 169	2 465	17	22	407	1 212
Roraima	15	8	5	331	191	5	5	161	173
Pará	143	72	72	4 188	6 117	39	49	2 404	2 604
Amapá	16	13	15	123	1 018	9	6	99	337
Tocantins	139	32	32	627	934	19	19	1 309	370
Nordeste	1 792	1 015	1 134	58 560	62 213	707	858	40 392	39 870
Maranhão	217	72	73	2 675	6 859	45	63	2 610	2 687
Piauí	222	55	69	2 420	2 212	36	51	1 195	1 222
Ceará	184	88	107	4 660	5 121	60	76	7 626	8 070
Rio Grande do Norte	167	89	96	3 211	4 665	57	66	1 968	3 259
Paraíba	223	164	182	10 477	8 325	132	141	9 531	7 425
Pernambuco	185	138	158	11 577	10 269	97	108	5 268	5 880
Alagoas	102	80	91	2 678	4 032	54	53	3 186	2 788
Sergipe	75	50	53	2 702	2 086	35	46	1 278	844
Bahia	417	279	305	18 160	18 644	191	254	7 730	7 695
Sudeste	1 668	1 297	1 334	334 423	204 738	1 224	1 263	127 050	122 081
Minas Gerais	853	610	635	70 439	54 000	551	578	37 471	31 321
Espírito Santo	78	68	61	5 277	3 986	56	52	2 244	3 383
Rio de Janeiro	92	86	87	136 188	16 761	82	84	12 726	13 076
São Paulo	645	533	551	122 519	129 991	535	549	74 609	74 301
Sul	1 188	1 061	1 095	304 414	116 334	980	1 045	165 314	67 438
Paraná	399	361	376	244 347	48 070	341	363	132 414	29 546
Santa Catarina	293	257	260	24 410	27 189	232	240	11 406	13 160
Rio Grande do Sul	496	443	459	35 657	41 075	407	442	21 494	24 732
Centro-Oeste	463	262	263	25 088	33 515	218	247	12 293	16 087
Mato Grosso do Sul	77	67	62	4 792	5 910	63	60	4 052	3 982
Mato Grosso	139	57	71	5 298	7 504	40	67	878	5 362
Goiás	246	137	129	11 545	17 075	114	119	6 405	5 962
Distrito Federal	1	1	1	3 453	3 026	1	1	958	781

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2001 têm como base o ano de referência 2000.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência. (2) Dados referentes a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001 ano base 2000.

Tabela 22 - Municípios, total e com existência de incentivos para atrair atividades econômicas, por tipo de incentivo, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total (1)	Com existência de incentivos para atrair atividades econômicas					
		Total		Tipo de incentivo			
				Isenção do IPTU		Isenção do ISS	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	
Total	5 560	3 133	3 464	1 665	1 818	1 626	1 773
Classes de tamanho da população							
Até 5 000	1 371	654	756	271	327	273	310
De 5 001 a 20 000	2 666	1 404	1 541	738	789	712	768
De 20 001 a 100 000	1 292	881	958	517	564	510	555
De 100 001 a 500 000	198	165	179	117	118	110	119
Mais de 500 000	33	29	30	22	20	21	21
Grandes Regiões e Unidades da Federação							
Norte	449	243	276	128	148	120	135
Rondônia	52	26	35	14	21	10	14
Acre	22	17	11	7	6	7	3
Amazonas	62	32	44	20	23	19	23
Roraima	15	9	8	3	4	3	5
Pará	143	81	87	44	49	44	47
Amapá	16	7	11	2	3	2	3
Tocantins	139	71	80	38	42	35	40
Nordeste	1 792	711	792	402	444	409	447
Maranhão	217	82	83	38	29	39	39
Piauí	222	42	54	26	30	27	30
Ceará	184	106	126	69	85	67	83
Rio Grande do Norte	167	82	93	43	59	56	57
Paraíba	223	65	59	50	40	40	41
Pernambuco	185	85	89	47	49	46	44
Alagoas	102	40	42	22	21	20	19
Sergipe	75	35	47	16	23	18	22
Bahia	417	174	199	91	108	96	112
Sudeste	1 668	960	1 050	509	528	493	521
Minas Gerais	853	397	422	162	169	158	177
Espírito Santo	78	48	47	27	19	34	26
Rio de Janeiro	92	66	80	47	57	52	58
São Paulo	645	449	501	273	283	249	260
Sul	1 188	1 219	1 031	626	529	604	496
Paraná	399	336	362	178	191	160	169
Santa Catarina	293	246	259	134	140	142	152
Rio Grande do Sul	496	353	410	157	198	151	175
Centro-Oeste	463	-	315	-	169	-	174
Mato Grosso do Sul	77	54	62	40	43	41	43
Mato Grosso	139	65	78	29	38	25	41
Goiás	246	164	174	87	87	85	89
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1

Tabela 22 - Municípios, total e com existência de incentivos para atrair atividades econômicas, por tipo de incentivo, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com existência de incentivos para atrair atividades econômicas							
	Tipo de incentivo							
	Cessão de terras		Fornecimento de infra-estrutura		Distrito industrial		Outros	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Total	2 040	2 261	1 943	2 393	1 330	1 522	1 121	1 449
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	435	487	426	532	202	252	231	327
De 5 001 a 20 000	897	1021	829	1047	530	598	491	618
De 20 001 a 100 000	619	647	562	665	465	526	315	395
De 100 001 a 500 000	79	99	107	129	115	127	72	94
Mais de 500 000	10	7	19	20	18	19	12	15
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	192	197	109	148	51	63	73	109
Rondônia	17	21	10	19	11	15	10	13
Acre	14	8	9	5	3	3	3	6
Amazonas	28	37	20	28	4	5	12	16
Roraima	6	5	4	6	3	2	6	6
Pará	58	65	36	45	14	21	25	35
Amapá	7	7	1	4	2	4	3	6
Tocantins	62	54	29	41	14	13	14	27
Nordeste	451	476	370	459	139	148	242	302
Maranhão	53	51	43	37	13	7	36	32
Piauí	23	33	15	25	4	6	12	20
Ceará	76	82	75	91	28	28	35	57
Rio Grande do Norte	50	53	35	50	9	7	33	33
Paraíba	46	40	39	39	13	13	22	15
Pernambuco	46	47	50	53	31	30	30	15
Alagoas	23	23	20	27	7	7	9	17
Sergipe	21	29	14	21	10	8	13	23
Bahia	113	118	79	116	24	42	52	90
Sudeste	579	649	532	673	520	572	302	330
Minas Gerais	250	272	224	289	173	177	156	94
Espírito Santo	22	24	23	26	21	15	13	17
Rio de Janeiro	29	43	37	52	27	35	23	40
São Paulo	278	310	248	306	299	345	110	179
Sul	818	705	932	882	620	603	504	569
Paraná	249	283	256	308	207	218	142	166
Santa Catarina	181	198	206	226	118	148	96	146
Rio Grande do Sul	168	224	283	348	178	237	175	257
Centro-Oeste	-	234	-	231	-	136	-	139
Mato Grosso do Sul	49	51	42	50	28	33	24	35
Mato Grosso	45	52	36	49	28	41	18	43
Goiás	126	130	108	131	61	61	48	60
Distrito Federal	-	1	1	1	-	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

Nota: A soma das frequências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 23 - Municípios, total e com existência de programa ou ação de geração de trabalho e renda e de capacitação profissional, por tipo de programa ou ação, segundo classes de tamanho da população, dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2001-2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total (1)	Com existência de programas ou ações, por tipo de programa ou ação			
		Geração de trabalho e renda		Capacitação profissional	
		2001	2002	2001	2002
Total	5 560	3 387	3 598	3 819	4 030
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	1 371	675	750	821	876
De 5 001 a 20 000	2 666	1 569	1 617	1 815	1 864
De 20 001 a 100 000	1 292	949	1 017	985	1 076
De 100 001 a 500 000	198	164	182	167	181
Mais de 500 000	33	30	32	31	33
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	449	273	293	321	360
Rondônia	52	23	24	34	35
Acre	22	16	16	16	17
Amazonas	62	50	50	46	52
Roraima	15	13	13	14	14
Pará	143	90	96	101	114
Amapá	16	7	9	8	9
Tocantins	139	74	85	102	119
Nordeste	1 792	1 006	1 087	1 192	1 300
Maranhão	217	125	115	161	141
Piauí	222	88	105	110	135
Ceará	184	129	135	137	148
Rio Grande do Norte	167	92	99	114	119
Paraíba	223	89	118	135	171
Pernambuco	185	129	126	140	156
Alagoas	102	72	75	87	91
Sergipe	75	56	62	69	67
Bahia	417	226	252	239	272
Sudeste	1 668	996	1 005	1 121	1 129
Minas Gerais	853	474	439	613	570
Espírito Santo	78	43	42	44	41
Rio de Janeiro	92	75	83	75	86
São Paulo	645	404	441	389	432
Sul	1 188	872	946	888	920
Paraná	399	328	349	320	332
Santa Catarina	293	209	230	235	231
Rio Grande do Sul	496	335	367	333	357
Centro-Oeste	463	240	267	297	321
Mato Grosso do Sul	77	52	65	57	67
Mato Grosso	139	67	77	89	99
Goiás	246	120	124	150	154
Distrito Federal	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 24 - Municípios, total e com existência de guarda municipal, por tipo de atividade exercida pela guarda municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total (1)	Com existência de guarda municipal						
		Total	Atividade exercida pela guarda municipal					
			Proteção de bens, serviços e instalações do município	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado	Atendimento de ocorrências policiais	Fiscalização do trânsito	Auxílio à polícia militar	Ronda escolar
Total	5 560	985	897	509	269	317	570	633
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	1 371	81	70	30	7	3	20	28
De 5 001 a 20 000	2 666	366	337	151	66	52	193	227
De 20 001 a 100 000	1 292	393	358	233	134	177	249	269
De 100 001 a 500 000	198	120	108	78	50	71	87	90
Mais de 500 000	33	25	24	17	12	14	21	19
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	449	73	64	31	18	23	43	36
Rondônia	52	4	2	1	2	1	1	2
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	35	30	17	10	8	27	16
Roraima	15	1	1	-	-	1	1	1
Pará	143	27	25	11	5	11	12	12
Amapá	16	2	2	1	-	2	1	1
Tocantins	139	4	4	1	1	-	1	4
Nordeste	1 792	457	416	214	90	114	265	307
Maranhão	217	42	36	23	12	17	31	32
Piauí	222	12	10	9	3	4	9	8
Ceará	184	49	44	35	16	24	39	32
Rio Grande do Norte	167	13	13	2	-	1	4	6
Paraíba	223	34	22	11	4	3	12	16
Pernambuco	185	66	58	27	10	19	23	35
Alagoas	102	21	21	17	5	7	14	17
Sergipe	75	19	18	12	4	5	11	15
Bahia	417	201	194	78	36	34	122	146
Sudeste	1 668	295	277	210	134	141	215	226
Minas Gerais	853	31	27	20	7	13	20	19
Espírito Santo	78	15	14	3	1	1	1	8
Rio de Janeiro	92	57	56	42	17	39	43	45
São Paulo	645	192	180	145	109	88	151	154
Sul	1 188	116	100	45	21	28	35	47
Paraná	399	36	35	20	10	6	15	19
Santa Catarina	293	19	14	12	3	5	6	7
Rio Grande do Sul	496	61	51	13	8	17	14	21
Centro-Oeste	463	44	40	9	6	11	12	17
Mato Grosso do Sul	77	7	7	2	2	2	3	4
Mato Grosso	139	8	7	3	2	5	3	5
Goiás	246	29	26	4	2	4	6	8
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 24 - Municípios, total e com existência de guarda municipal, por tipo de atividade exercida pela guarda municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com existência de guarda municipal							
	Atividades exercidas pela guarda municipal							
	Auxílio ao público	Posto de guarda	Barreira física ou cancelas	Serviços administrativos	Vigilância e segurança patrimonial	Atividades da defesa civil	Proteção ambiental	Outras
Total	766	237	73	466	885	361	337	73
Classes de tamanho da população								
Até 5 000	45	8	1	12	69	10	9	1
De 5 001 a 20 000	263	47	14	121	338	100	97	7
De 20 001 a 100 000	327	117	44	222	350	159	149	35
De 100 001 a 500 000	107	52	13	90	104	73	65	24
Mais de 500 000	24	13	1	21	24	19	17	6
Grandes Regiões e Unidades da Federação								
Norte	50	17	7	32	68	22	26	5
Rondônia	1	-	-	-	3	2	1	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	28	9	5	11	34	13	16	3
Roraima	1	-	-	1	1	-	-	-
Pará	17	7	2	17	24	5	5	1
Amapá	2	1	-	2	2	2	2	1
Tocantins	1	-	-	1	4	-	2	-
Nordeste	372	78	30	205	422	131	128	15
Maranhão	38	10	7	20	36	14	11	2
Piauí	11	3	-	5	9	4	2	-
Ceará	46	15	12	28	47	22	15	4
Rio Grande do Norte	8	-	-	6	13	5	5	1
Paraíba	21	2	1	7	33	4	8	1
Pernambuco	40	6	6	24	63	13	15	4
Alagoas	19	13	1	10	21	11	12	-
Sergipe	17	2	-	7	19	3	5	-
Bahia	172	27	3	98	181	55	55	3
Sudeste	252	116	25	172	267	165	141	43
Minas Gerais	23	6	1	13	24	14	11	2
Espírito Santo	7	2	-	3	14	1	2	-
Rio de Janeiro	53	24	11	40	54	33	27	12
São Paulo	169	84	13	116	175	117	101	29
Sul	73	17	7	39	89	33	26	9
Paraná	22	7	3	12	31	11	12	3
Santa Catarina	14	4	1	8	15	9	3	2
Rio Grande do Sul	37	6	3	19	43	13	11	4
Centro-Oeste	19	9	4	18	39	10	16	1
Mato Grosso do Sul	5	2	1	4	7	3	5	-
Mato Grosso	4	3	1	5	6	4	3	1
Goiás	10	4	2	9	26	3	8	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das frequências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 25 - Municípios, total e com existência dos conselhos municipais na área das crianças e dos adolescentes, por características dos conselhos, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total (1)	Com existência de conselhos municipais na área das crianças e dos adolescentes								
		Total	Características						Paritário	Exis-tência de fundo especial na área
			Realizaram reuniões em 2002							
			Periodicidade							
Total	Quin-zenal ou menos	Mensal	Bimes-tral/tri-mestral	Se-mestral	Irregular					
Total	5 560	4 592	4 204	232	2 249	690	149	883	4 015	2 775
Classes de tamanho da população										
Até 5 000	1 371	1 019	892	32	349	195	51	265	844	503
De 5 001 a 20 000	2 666	2 140	1 933	73	995	349	71	444	1 829	1 178
De 20 001 a 100 000	1 292	1 203	1 151	68	749	141	26	167	1 117	880
De 100 001 a 500 000	198	197	195	44	139	5	1	6	192	182
Mais de 500 000	33	33	33	15	17	-	-	1	33	32
Grandes Regiões e Unidades da Federação										
Norte	449	348	318	24	142	55	17	80	303	186
Rondônia	52	46	43	2	24	9	3	5	42	34
Acre	22	17	16	-	7	3	-	6	15	8
Amazonas	62	45	37	1	12	8	4	12	35	25
Roraima	15	13	12	4	5	-	-	3	11	10
Pará	143	113	108	12	69	9	4	14	101	59
Amapá	16	11	9	-	3	1	2	3	9	5
Tocantins	139	103	93	5	22	25	4	37	90	45
Nordeste	1 792	1 285	1 095	57	587	171	34	245	1 059	602
Maranhão	217	147	130	5	53	29	9	34	121	77
Piauí	222	168	158	5	81	25	2	45	153	53
Ceará	184	182	181	5	124	28	4	20	180	114
Rio Grande do Norte	167	102	79	4	28	14	6	27	75	38
Paraíba	223	159	108	10	55	8	4	31	105	49
Pernambuco	185	162	143	9	88	22	1	22	140	92
Alagoas	102	84	77	13	42	9	3	10	71	43
Sergipe	75	71	69	-	45	10	-	14	67	53
Bahia	417	210	150	6	71	26	5	42	147	83
Sudeste	1 668	1 439	1 310	83	727	202	45	253	1 231	881
Minas Gerais	853	643	538	30	291	85	23	109	504	325
Espírito Santo	78	75	73	7	36	7	-	23	71	54
Rio de Janeiro	92	88	84	7	53	9	1	14	84	64
São Paulo	645	633	615	39	347	101	21	107	572	438
Sul	1 188	1 116	1 096	42	627	201	41	185	1 053	897
Paraná	399	399	398	10	281	66	3	38	384	331
Santa Catarina	293	293	289	9	147	69	14	50	283	255
Rio Grande do Sul	496	424	409	23	199	66	24	97	386	311
Centro-Oeste	463	404	385	26	166	61	12	120	369	209
Mato Grosso do Sul	77	71	70	6	43	13	3	5	68	52
Mato Grosso	139	116	110	6	44	15	4	41	100	55
Goiás	246	216	204	13	79	33	5	74	200	101
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Notas: 1. A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

2. Considera-se muito freqüente a periodicidade mensal ou de menor intervalo; freqüente a periodicidade bimestral ou trimestral e pouco freqüente a periodicidade semestral.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Tabela 26 - Municípios, total e com existência de Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, por recursos disponibilizados pelas Prefeituras, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(continua)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total (1)	Com existência de Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				
		Total	Recursos disponibilizados pelas Prefeituras			
			Sede permanente	Dotação de recursos orçamentário	Lei municipal que garanta a remuneração de conselheiros	Suporte técnico/administrativo por funcionários cedidos
Total	5 560	4 058	2 830	2 912	3 459	2 259
Classes de tamanho da população						
Até 5 000	1 371	872	576	614	710	405
De 5 001 a 20 000	2 666	1 840	1 236	1 286	1 520	911
De 20 001 a 100 000	1 292	1 117	829	820	1 008	736
De 100 001 a 500 000	198	196	165	162	189	178
Mais de 500 000	33	33	24	30	32	29
Grandes Regiões e Unidades da Federação						
Norte	449	285	148	209	247	162
Rondônia	52	45	28	38	42	24
Acre	22	14	9	12	13	12
Amazonas	62	30	13	24	24	18
Roraima	15	6	2	5	5	4
Pará	143	98	60	68	87	63
Amapá	16	12	5	10	11	7
Tocantins	139	80	31	52	65	34
Nordeste	1 792	979	590	575	728	507
Maranhão	217	112	61	66	75	61
Piauí	222	142	91	60	96	60
Ceará	184	164	126	104	144	100
Rio Grande do Norte	167	58	27	33	41	24
Paraíba	223	114	55	64	70	57
Pernambuco	185	118	81	89	102	67
Alagoas	102	77	53	54	69	42
Sergipe	75	65	47	46	63	39
Bahia	417	129	49	59	68	57
Sudeste	1 668	1 279	917	908	1 097	716
Minas Gerais	853	529	337	353	423	268
Espírito Santo	78	76	47	56	70	43
Rio de Janeiro	92	83	50	56	72	58
São Paulo	645	591	483	443	532	347
Sul	1 188	1 108	900	948	1 023	640
Paraná	399	399	326	342	370	249
Santa Catarina	293	293	234	248	260	206
Rio Grande do Sul	496	416	340	358	393	185
Centro-Oeste	463	407	275	272	364	234
Mato Grosso do Sul	77	74	48	49	70	43
Mato Grosso	139	129	85	89	110	78
Goiás	246	203	142	133	183	112
Distrito Federal	1	1	-	1	1	1

Tabela 26 - Municípios, total e com existência de Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, por recursos disponibilizados pelas Prefeituras, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002

(conclusão)

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Com existência de Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				
	Recursos disponibilizados pelas Prefeituras				
	Linhas telefônicas	Viaturas	Computadores	Promoção de cursos/ seminários de capacitação de conselheiros	Outros
Total	2 836	2 050	2 173	2 710	225
Classes de tamanho da população					
Até 5 000	555	335	371	564	21
De 5 001 a 20 000	1205	835	884	1160	95
De 20 001 a 100 000	852	678	711	788	81
De 100 001 a 500 000	191	170	176	168	25
Mais de 500 000	33	32	31	30	3
Grandes Regiões e Unidades da Federação					
Norte	144	93	115	176	24
Rondônia	37	28	29	31	3
Acre	10	6	10	6	0
Amazonas	17	8	16	14	5
Roraima	3	3	4	5	0
Pará	46	36	35	59	9
Amapá	4	5	5	5	3
Tocantins	27	7	16	56	4
Nordeste	397	255	347	533	51
Maranhão	40	22	42	67	6
Piauí	29	22	20	68	4
Ceará	100	47	88	116	9
Rio Grande do Norte	29	13	29	35	2
Paraíba	22	14	14	28	0
Pernambuco	60	54	55	67	17
Alagoas	30	27	27	56	5
Sergipe	39	34	40	45	5
Bahia	48	22	32	51	3
Sudeste	990	661	718	838	74
Minas Gerais	334	179	210	279	31
Espírito Santo	58	33	41	60	3
Rio de Janeiro	69	57	60	62	9
São Paulo	529	392	407	437	31
Sul	1023	865	785	923	54
Paraná	364	358	358	333	20
Santa Catarina	276	219	224	267	12
Rio Grande do Sul	383	288	203	323	22
Centro-Oeste	282	176	208	-	22
Mato Grosso do Sul	68	45	55	-	4
Mato Grosso	90	62	68	-	13
Goiás	123	68	84	-	5
Distrito Federal	1	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002.

Nota: A soma das freqüências dos totais parciais podem não coincidir com o total de municípios.

(1) Inclusive os ignorados e os sem declaração de existência.

Referências

BISCAIA, A. C. (Coord. Exec.). Reformas substantivas na esfera municipal: segurança pública no município: a guarda municipal. In: _____. *Projeto segurança pública para o Brasil*. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/noticias/2003/abril/pnsp.pdf>>. Acesso em: nov. 2004.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, c1997. 418 p.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 1, 05 maio 2000. Col. 1.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Col. 2.

DÉFICIT habitacional no Brasil. Brasília, DF: Fundação João Pinheiro, 1995. 146 p.

FRANCO, A. de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez consensos. *Proposta*, Rio de Janeiro: Projeto Radis, ano 27, n.78, p. 6-19, 1998.

GUARNERI, L. da S. (Coord). *Modernização da gestão pública: uma avaliação de experiências inovadoras*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 108 p. (BNDES Social, 4) Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bndes_social/bndes_social4.pdf>. Acesso em: nov. 2004.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 1997. 733 p.

PERFIL dos municípios brasileiros: pesquisa de informações básicas municipais 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 241 p.

POPULAÇÕES residentes estimadas em 1º de julho de 2001, segundo os municípios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2001>. Acesso em: nov. 2004.


VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. *Cadernos Ippur*, Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, v. 15/16, n.1-2, p. 13-32, 2001/2002.

Anexo

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS - 2002

QUESTIONÁRIO DE GESTÃO

 <p>PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS - 2002</p> <p>QUESTIONÁRIO DE GESTÃO</p>	<p>01 Identificação do Questionário</p> <p>1 - Nome do responsável pela coleta:</p> <input type="text"/> <p>2 - SIAPE:</p> <input type="text"/>																																							
<p>02 Identificação do Município</p> <p>1 - UF <input type="text"/> <input type="text"/> 2 - Município <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>3 - Nome <input type="text"/></p>																																								
<p>03 Informações cadastrais da Prefeitura</p> <p>1 - CNPJ da prefeitura:</p> <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/> <p>2 - Endereço da prefeitura (logradouro):</p> <input type="text"/> <input type="text"/> <p>3 - Número: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>4 - Complemento: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>5 - CEP: <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>6 - A prefeitura tem página na internet? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>7 - Endereço da página: http://www. <input type="text"/></p> <p>8 - A prefeitura tem e-mail/endereço eletrônico? 1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>9 - E-mail da prefeitura: <input type="text"/></p> <p>10 - Nome do responsável na prefeitura: <input type="text"/></p> <p>10.1 - Função do responsável na prefeitura: <input type="text"/></p> <p>10.2 - Órgão em que trabalha: <input type="text"/></p> <p>10.3 - Telefone: <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>10.4 - Fax: <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>10.5 - E-mail: <input type="text"/></p> <p>Assinatura do responsável: <input type="text"/></p>																																								
<p>04 Informações sobre o atual Prefeito</p> <p>1 - O prefeito atual estava no exercício do mandato de prefeito em 2001? 1 <input type="checkbox"/> Sim (passe para a questão 06) 2 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2 - Nome: <input type="text"/></p> <p>3 - Sexo: 1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>4 - Idade: <input type="text"/> anos</p> <p>5 - Nível de instrução:</p> <table border="0"> <tr> <td>1 <input type="checkbox"/> Sem instrução formal</td> <td>4 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) incompleto</td> <td>6 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) incompleto</td> </tr> <tr> <td>2 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) incompleto</td> <td>5 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) completo</td> <td>7 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) completo ou mais</td> </tr> <tr> <td>3 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) completo</td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>6 - Partido atual (preencha com o número referente ao partido, segundo a lista a seguir ou 88 para os sem partido): <input type="text"/></p> <table border="0"> <tr> <td>11 - PPB</td> <td>17 - PSL</td> <td>23 - PPS</td> <td>30 - PGT</td> <td>43 - PV</td> </tr> <tr> <td>12 - PDT</td> <td>18 - PST</td> <td>25 - PFL</td> <td>31 - PHS</td> <td>44 - PRP</td> </tr> <tr> <td>13 - PT</td> <td>19 - PTN</td> <td>26 - PAN</td> <td>33 - PMN</td> <td>45 - PSDB</td> </tr> <tr> <td>14 - PTB</td> <td>20 - PSC</td> <td>27 - PSDC</td> <td>36 - PTC</td> <td>56 - PRONA</td> </tr> <tr> <td>15 - PMDB</td> <td>21 - PCB</td> <td>28 - PRTB</td> <td>40 - PSB</td> <td>65 - PCdoB</td> </tr> <tr> <td>16 - PSTU</td> <td>22 - PL</td> <td>29 - PCO</td> <td>41 - PSD</td> <td>70 - PTdoB</td> </tr> </table>		1 <input type="checkbox"/> Sem instrução formal	4 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) incompleto	6 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) incompleto	2 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) incompleto	5 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) completo	7 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) completo ou mais	3 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) completo			11 - PPB	17 - PSL	23 - PPS	30 - PGT	43 - PV	12 - PDT	18 - PST	25 - PFL	31 - PHS	44 - PRP	13 - PT	19 - PTN	26 - PAN	33 - PMN	45 - PSDB	14 - PTB	20 - PSC	27 - PSDC	36 - PTC	56 - PRONA	15 - PMDB	21 - PCB	28 - PRTB	40 - PSB	65 - PCdoB	16 - PSTU	22 - PL	29 - PCO	41 - PSD	70 - PTdoB
1 <input type="checkbox"/> Sem instrução formal	4 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) incompleto	6 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) incompleto																																						
2 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) incompleto	5 <input type="checkbox"/> Ensino Médio (Segundo Grau) completo	7 <input type="checkbox"/> Ensino Superior (Terceiro Grau) completo ou mais																																						
3 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (Primeiro Grau) completo																																								
11 - PPB	17 - PSL	23 - PPS	30 - PGT	43 - PV																																				
12 - PDT	18 - PST	25 - PFL	31 - PHS	44 - PRP																																				
13 - PT	19 - PTN	26 - PAN	33 - PMN	45 - PSDB																																				
14 - PTB	20 - PSC	27 - PSDC	36 - PTC	56 - PRONA																																				
15 - PMDB	21 - PCB	28 - PRTB	40 - PSB	65 - PCdoB																																				
16 - PSTU	22 - PL	29 - PCO	41 - PSD	70 - PTdoB																																				

05	Estrutura administrativa
<p>Funcionários estatutários - são os funcionários contratados sob o Regime Jurídico Único que rege a contratação no serviço público.</p> <p>Funcionários CLT - são funcionários contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas.</p> <p>Outros - são considerados os funcionários vinculados a outros regimes de trabalho distintos dos anteriormente mencionados (autônomos, estagiários, funcionários cedidos por outras administrações - diretas e indiretas, da União, de estados ou de outras prefeituras - funcionários comissionados CLT e comissionados estatutários que não são efetivos na prefeitura), somados àqueles sem vínculos com a prefeitura (funcionários contratados indiretamente através de empresas de prestação de serviços).</p> <p>Observação: Serão considerados somente os funcionários efetivamente alocados em cada unidade, devendo desconsiderar aqueles cedidos ou colocados à disposição de outros órgãos.</p> <p>Instruções de preenchimento: os campos numéricos devem ser preenchidos da seguinte maneira: <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 5px;"> 0 (zero) quando a quantidade for nula </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 5px;"> 9999999 quando tem, mas não sabe informar a quantidade </div> </p>	

A) Composição do quadro de pessoal na Administração Direta

<p>1 - Qual o número de funcionários ativos, em 31/12/2001, segundo o regime de contratação?</p> <p>1.1 - Estatutários <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>1.2 - CLT <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>1.3 - Outros <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>1.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>	<p>2 - Qual o número de funcionários ativos, em 31/12/2001, segundo o nível do cargo?</p> <p>2.1 - Nível auxiliar <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>2.2 - Nível médio <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>2.3 - Nível superior <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>2.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>
--	---

B) Composição do quadro de pessoal na Administração Indireta

<p>3 - Nesta prefeitura existe administração indireta (empresas municipais, fundações ou autarquias)?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)</p>	
<p>4 - Qual o número de funcionários ativos na administração indireta, em 31/12/2001, segundo o regime de contratação?</p> <p>4.1 - Estatutários <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>4.2 - CLT <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>4.3 - Outros <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>4.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>	<p>5 - Qual o número de funcionários ativos na administração indireta, em 31/12/2001, segundo o nível do cargo?</p> <p>5.1 - Nível auxiliar <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>5.2 - Nível médio <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>5.3 - Nível superior <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>5.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>

C) Previdência

<p>6 - O município possuía um regime próprio de previdência social em 31/12/2001?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)</p>	
<p>7 - Qual o número de funcionários aposentados em 31/12/2001?</p> <p style="text-align: center;"><input style="width: 80px;" type="text"/></p>	<p>8 - Qual o número de pensionistas em 31/12/2001?</p> <p style="text-align: center;"><input style="width: 80px;" type="text"/></p>
<p>9 - Qual o número total de funcionários aposentados e pensionistas em 31/12/2001?</p> <p style="text-align: center;"><input style="width: 80px;" type="text"/></p>	<p>10 - Qual o número total de contribuintes ativos em 31/12/2001?</p> <p style="text-align: center;"><input style="width: 80px;" type="text"/></p>

D) Câmara de Vereadores

<p>11 - Qual o número de funcionários ativos, em 31/12/2001, segundo o regime de contratação?</p> <p>11.1 - Estatutários <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>11.2 - CLT <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>11.3 - Outros <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>11.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>	<p>12 - Qual o número de funcionários ativos, em 31/12/2001, segundo o nível do cargo?</p> <p>12.1 - Nível auxiliar <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>12.2 - Nível médio <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>12.3 - Nível superior <input style="width: 80px;" type="text"/></p> <p>12.4 - Total <input style="width: 80px;" type="text"/></p>
---	--

06	Legislação e instrumentos de planejamento no Município				
<p>Plano Plurianual de Investimentos - é um plano de ação governamental que orienta os investimentos e compromissos de uma gestão. A Constituição manda que o Poder Executivo Municipal, durante o primeiro ano de seu mandato, dê continuidade ao plano existente e elabore um plano que vai vigorar durante os três anos restantes de seu governo e o primeiro ano do governo que lhe suceder.</p> <p>Lei de Diretrizes Orçamentárias - Baseia-se no Plano Plurianual, que é detalhado a cada ano, e deve dar as diretrizes que vão permitir a elaboração da Lei do Orçamento Anual.</p> <p>Lei do Orçamento Anual - Refere-se ao instrumento através do qual o município discrimina e projeta suas receitas e suas despesas, segundo as diretrizes traçadas em seu Plano de Governo e reforçadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Código Tributário Municipal - Esta lei regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.</p> <p>Instruções de preenchimento: Caso não saiba informar o ano ou número da lei de criação, preencha todas as quadrículas com o número 9 (nove). Ex.: <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>9</td><td>9</td><td>9</td><td>9</td></tr></table></p>		9	9	9	9
9	9	9	9		

Informar sobre a existência dos instrumentos legais abaixo, bem como o ano em que entraram em vigor e o número da lei de sua criação.																											
1 - Plano Plurianual de Investimentos - PPA 1 <input type="checkbox"/> Sim 1.1 - Ano <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 2) 1.2 - Número da Lei <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>														2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2 <input type="checkbox"/> Sim 2.1 - Ano <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 3) 2.2 - Número da Lei <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>													
3 - Lei de Orçamento Anual - LOA 1 <input type="checkbox"/> Sim 3.1 - Ano <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 4) 3.2 - Número da Lei <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>														4 - Código Tributário Municipal - CTM 2 <input type="checkbox"/> Sim 4.1 - Ano <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o Bloco 07 quesito 1) 4.2 - Número da Lei <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>													

07	Recursos para a Gestão Municipal
<p>Planta de Valores - é o conjunto de parâmetros de valorização de imóveis que permite apurar a base de cálculo do IPTU.</p>	

A) Cadastro imobiliário																							
1 - A prefeitura possui cadastro imobiliário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)		2 - O cadastro imobiliário está informatizado? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não																					
3 - Este cadastro tem: 1 <input type="checkbox"/> Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente, de modo que é possível separá-las no cadastro. 3 <input type="checkbox"/> Unidades prediais e territoriais cadastradas em conjunto, de modo que NÃO é possível separá-las no cadastro (passe para o quesito 6).																							
4 - Quantas unidades prediais estavam cadastradas em 31/12/2001? <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>												5 - Quantas unidades territoriais estavam cadastradas em 31/12/2001? <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>											
6 - Qual o ano da última atualização da planta de valores para o IPTU? <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>						7 - Qual o ano em que foi realizado o último recadastramento? <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																	

B) Cadastro do ISS																																			
8 - A prefeitura possui cadastro de prestadores de serviço? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 12)		11 - Qual o número de contribuintes inscritos em 31/12/2001?																																	
9 - O cadastro de prestadores de serviço está informatizado? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não		<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="text-align: left;">Tipo de contribuinte</td> <td style="text-align: right;">Número de contribuintes</td> </tr> <tr> <td>Empresas</td> <td>11.1 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>11.2 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>11.3 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table></td> </tr> </table>		Tipo de contribuinte	Número de contribuintes	Empresas	11.1 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>									Outros	11.2 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>									Total	11.3 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>								
Tipo de contribuinte	Número de contribuintes																																		
Empresas	11.1 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																																		
Outros	11.2 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																																		
Total	11.3 <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																																		
10 - Em que ano foi feito o último recadastramento dos prestadores de serviço? <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																																			

C) Taxas instituídas		
12 - A prefeitura cobra taxa de iluminação pública? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	13 - A prefeitura cobra taxa de coleta de lixo? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	14 - A prefeitura cobra taxa de limpeza pública? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
15 - A prefeitura cobra taxa de incêndio? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	16 - A prefeitura cobra taxa de poder de polícia? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	17 - A prefeitura cobra outros tipos de taxas? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não

08	Articulações interinstitucionais
<p>Consórcio Intermunicipal - é o acordo firmado entre duas ou mais prefeituras, visando à execução de projetos, obras, serviços, ou consultorias de interesse comum, voltados para o desenvolvimento regional.</p> <p>Convênio de Cooperação - é o acordo firmado entre a prefeitura e outras entidades públicas podendo ou não envolver dispêndio de recursos por parte da prefeitura. Sua finalidade é desenvolver ou criar projetos em áreas específicas.</p> <p>Convênio de Parceria com o Setor Privado - é o acordo firmado entre o setor público (prefeitura) e o setor privado em que as partes assumem e dividem responsabilidades de projetos e/ou serviços. Geralmente envolve, além da divisão de trabalho, a contrapartida de recursos (públicos e privados) e visa a um objetivo específico. Não se incluem neste caso contratações de serviços de terceiros decorrentes de licitações e concorrências públicas.</p> <p>Ações Integradas entre Municípios - se referem àquelas ações não regidas por consórcios, convênios ou outras formas jurídicas e cuja finalidade é desenvolver ou realizar projetos ou serviços.</p> <p>Apoio do Setor Privado ou de Comunidades - se referem às ações que contribuíram para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.</p>	

Áreas da administração municipal	Tem Consórcio Intermunicipal na área de:	Tem Convênio de Cooperação com Entidades Públicas na área de:	Tem Convênio de Parceria com Empresas Privadas na área de:	Tem Ações Integradas com outro(s) município(s) na área de:	Tem Apoio de Entidades Privadas ou da Comunidade na área de:
Educação	1.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	1.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	1.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	1.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	1.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Saúde	2.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	2.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	2.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	2.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	2.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
Assistência e Desenvolvimento Social	3.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	3.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	3.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	3.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	3.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Direito de Crianças e Adolescentes	4.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	4.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	4.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	4.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	4.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
Emprego/Trabalho	5.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	5.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	5.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	5.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	5.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Turismo	6.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	6.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	6.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	6.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	6.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
Cultura	7.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	7.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	7.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	7.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	7.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Habitação	8.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	8.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	8.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	8.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	8.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
Meio Ambiente	9.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	9.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	9.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	9.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	9.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Transportes	10.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	10.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	10.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	10.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	10.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
Desenvolvimento Urbano	11.1 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	11.2 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	11.3 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	11.4 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	11.5 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
Desenvolvimento Econômico	12.1 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	12.2 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	12.3 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	12.4 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	12.5 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não

09	Condições habitacionais
<p>Instruções de preenchimento: Os campos numéricos devem ser preenchidos da seguinte maneira:</p> <p style="text-align: center;"> 0 (zero) quando a quantidade for nula 9999999 quando tem, mas não sabe informar a quantidade </p>	

A) Programas ou ações na área de habitação popular		
<p>1 - Esta prefeitura dispõe de algum órgão específico (secretaria ou departamento) para implementação de política habitacional?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>2 - Esta prefeitura tem cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>3 - Em 2001, a prefeitura executou ações ou programas na área de habitação?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)</p>
<p>4 - Existiam em 2001 programas ou ações de construção de unidades?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)</p> <p>4.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	<p>5 - Existiam em 2001 programas ou ações de oferta de lotes?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 6)</p> <p>5.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	
<p>6 - Existiam em 2001 programas ou ações de urbanização de assentamentos?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)</p> <p>6.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	<p>7 - Existiam em 2001 programas ou ações de regularização fundiária?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 8)</p> <p>7.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	
<p>8 - Existiam em 2001 programas ou ações de oferta de material de construção?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 9)</p> <p>8.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	<p>9 - Existiam em 2001 programas ou ações de melhoria de cortiços?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 10)</p> <p>9.1 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	
<p>10 - Existiam em 2001 outros programas ou ações na área de habitação popular?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 11)</p> <p>10.1 - Especifique:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		
<p>10.2 - Quantas famílias foram beneficiadas em 2001? <input style="width: 100px;" type="text"/></p>		

<p>Licença para construir ou licença para obras ou alvará de construção - trata-se de uma concessão fornecida pelo poder público municipal, em forma de documento, para que possam ser iniciadas obras de construção, reconstrução ou reforma de um edifício, após aprovação do que é chamado projeto legal ou anteprojeto, de acordo com as exigências da legislação para edificações.</p> <p>Alvará de habitação ou habite-se - é uma concessão fornecida pelo poder público municipal, em forma de documento, para que o edifício recém-construído ou reformado, possa ser ocupado e posto em uso. Pressupõe que o imóvel atenda às exigências contidas na legislação de segurança do Corpo de Bombeiros e às normas de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias ditadas pelos respectivos órgãos responsáveis por esses assuntos.</p> <p>Instruções de preenchimento: Os campos numéricos devem ser preenchidos da seguinte maneira:</p> <p style="text-align: center;"> 0 (zero) quando a quantidade for nula 9999999 quando tem, mas não sabe informar a quantidade </p>

B) Parque construído	
<p>11 - Esta prefeitura concedeu licenças para construir em 2001?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 13)</p>	<p>12 - Qual o total de licenças para construir concedidas em 2001?</p> <input style="width: 100px;" type="text"/>
<p>13 - Esta prefeitura concedeu alvarás de habitação ou "habite-se" em 2001?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o bloco 10 quesito 1)</p>	<p>14 - Qual o número de alvarás de habitação ou "habite-se" concedidos para unidades residenciais em 2001?</p> <input style="width: 100px;" type="text"/>

10	Geração de trabalho e renda
<p>Geração de trabalho e renda - conjunto de ações que estimulem as atividades econômicas e que permitam a criação de novos postos de trabalho ou de novas atividades, possibilitando a obtenção de renda ou ganhos para setores da força de trabalho.</p> <p>Capacitação profissional - atividades que visam à preparação do indivíduo para desenvolver tarefas relacionadas ao trabalho, possibilitando maiores chances de entrada no mercado de trabalho.</p>	

<p>1 - A prefeitura tem mecanismos de incentivos para atrair a implantação de atividades econômicas?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 3)</p>	<p>2 - Que tipos de incentivos a prefeitura concede para atrair atividades econômicas?</p> <p>2.1 - Benefício tributário relativo ao IPTU 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2.2 - Benefício tributário relativo ao ISS 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2.3 - Cessão de terras 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2.4 - Fornecimento de infra-estrutura 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2.5 - Distrito industrial 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p> <p>2.6 - Outros 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>3 - A prefeitura está desenvolvendo programa ou ação de geração de trabalho e renda?</p> <p style="text-align: center;">2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>4 - A prefeitura está desenvolvendo programa ou ação de capacitação profissional?</p> <p style="text-align: center;">1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não</p>	

11	Segurança pública
<p>Guarda Municipal - corpo de servidores municipais responsável pela guarda do patrimônio municipal e pela observância de regras de conduta previstas em lei. Não inclui a contratação de segurança terceirizada.</p>	

1 - O município tem Guarda Municipal? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o bloco 12)	2 - Qual o efetivo em 31/12/2001? <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; margin-left: 20px;"></div>
3 - Indique as atividades exercidas pela guarda municipal em 2001:	
3.1 - Proteção de bens, serviços e instalações do município 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.2 - Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.3 - Atendimento de ocorrências policiais 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.4 - Fiscalização do trânsito 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.5 - Auxílio à Polícia Militar 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.6 - Ronda escolar 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.7 - Auxílio ao público 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.14 - Outras (especifique abaixo) 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não	3.8 - Posto de guarda (bairros, entradas da cidade, etc.) 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.9 - Barreira física ou cancelas (bairros, entradas da cidade, etc.) 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.10 - Serviços administrativos 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.11 - Vigilância e segurança patrimonial 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 3.12 - Atividades da defesa civil 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 3.13 - Proteção ambiental 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não
3.14.1 - <div style="border: 1px solid black; width: 500px; height: 20px;"></div>	
3.14.2 - <div style="border: 1px solid black; width: 500px; height: 20px;"></div>	

12	Conselhos da criança e do adolescente
-----------	--

A) Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente	
1 - Havia Conselho Municipal na área de direito das crianças e dos adolescentes em 2001? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 7)	2 - Indique o número e a data da lei de criação do Conselho 2.1 Lei nº.: <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; margin-left: 20px;"></div> 2.2 - Data de criação (dia/mês/ano): <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-left: 20px; display: flex; justify-content: space-between;">//</div>
3 - O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente realizou reuniões em 2001? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5)	4 - Essas reuniões foram realizadas com que periodicidade? 0 <input type="checkbox"/> Quinzenal ou menos 6 <input type="checkbox"/> Semestral 2 <input type="checkbox"/> Mensal 8 <input type="checkbox"/> Irregular 4 <input type="checkbox"/> Bimestral/trimestral
5 - O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é paritário? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	6 - Existe Fundo Municipal Especial na área de direito das crianças e dos adolescentes? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não

Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente - órgão municipal permanente e autônomo, composto por cinco membros da sociedade e do poder judiciário eleitos pela comunidade, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

B) Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
--

7 - Existe(m) Conselho(s) Tutelar(es) da Criança e do Adolescente no município? 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não (encerre o questionário)	8 - Indique o total de Conselhos Tutelares existentes no município <div style="border: 1px solid black; width: 50px; height: 20px; display: inline-block; margin-right: 10px;"></div> Número de Conselhos Tutelares existentes
9 - Indique o número e a data da lei de criação do Conselho (no caso de haver mais de um, indique a data e número da lei relativos ao primeiro Conselho criado). 9.1 Lei nº.: <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; margin-left: 20px;"></div> 9.2 - Data de criação (dia/mês/ano): <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 20px; margin-left: 20px; display: flex; justify-content: space-between;">//</div>	
10 - Indique se a prefeitura disponibiliza os recursos abaixo ao Conselho Tutelar:	
10.1 - Sede permanente 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 10.2 - Dotação de recursos orçamentários 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 10.3 - Lei municipal que garanta a remuneração de conselheiros 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 10.4 - Suporte técnico/administrativo por funcionários cedidos 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 10.9 - Outros (especifique abaixo) 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não	10.5 - Linhas telefônicas 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 10.6 - Viaturas 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não 10.7 - Computadores 1 <input type="checkbox"/> Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 10.8 - Promoção de cursos/seminários de capacitação dos conselheiros 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não
10.9.1 - <div style="border: 1px solid black; width: 500px; height: 20px;"></div>	
10.9.2 - <div style="border: 1px solid black; width: 500px; height: 20px;"></div>	

Glossário

alvará de construção Documento de concessão fornecido pelo poder público municipal, que permite o início das obras de construção, reconstrução ou reforma de um edifício após aprovação do que é chamado projeto legal ou anteprojeto, de acordo com as exigências da legislação para edificações.

alvará de habitação Documento de concessão fornecido pelo poder público municipal, que permite que um edifício recém construído ou reformado possa ser ocupado e posto em uso. Pressupõe que o imóvel atenda às exigências contidas na legislação de segurança do Corpo de Bombeiros e às normas para instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias ditadas pelos respectivos órgãos responsáveis por esses assuntos.

cadastro imobiliário Cadastro que reúne informações sobre os prédios existentes na cidade sujeitos a impostos e alíquotas desses tributos referentes a cada área da cidade.

capacitação profissional Conjunto de atividades que visam a preparação do indivíduo para desenvolver tarefas relacionadas ao trabalho, possibilitando maiores chances no mercado de trabalho.

conselho paritário Órgão que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

conselho tutelar Órgão municipal permanente e autônomo, composto por cinco membros da sociedade e do Poder Judiciário eleitos pela comunidade, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

consórcio intermunicipal Acordo firmado entre duas ou mais prefeituras visando a execução de projetos, obras, serviços ou consultorias de interesse mútuo.

contribuintes ativos Total de pessoas que efetivamente estão contribuindo para o sistema de previdência do município, independentemente de estarem trabalhando ou já estarem aposentadas.

convênio de cooperação Acordo firmado entre a prefeitura e outras entidades públicas, podendo ou não envolver dispêndio de recursos da prefeitura, que tem por objetivo desenvolver projetos em áreas específicas.

convênio de parceria Acordo firmado entre a prefeitura e o setor privado, em que as partes assumem e dividem responsabilidades de projetos e/ou serviços. Geralmente envolve divisão de trabalho e contrapartida financeira, não se incluindo, neste caso, as contratações de serviços terceirizados.

convênio Acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes.

cortiço ou cabeça de porco Unidade usada como moradia multifamiliar, apresentando total ou parcialmente as seguintes características: é constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; as edificações são subdivididas em vários cômodos que são alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; várias funções são exercidas no mesmo cômodo; o acesso, os espaços não edificadas e as instalações sanitárias são de uso comum; a circulação e a infra-estrutura são precárias, ocorrendo, normalmente, superlotação de pessoas.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um Conselho Municipal.

geração de trabalho e renda Conjunto de ações que estimulam as atividades econômicas e que permitem a criação de novos postos de trabalho ou de novas atividades, possibilitando a obtenção de renda ou ganhos para setores da força de trabalho.

guarda municipal Corpo de servidores municipais responsável pela guarda do patrimônio municipal e pela observância de regras de conduta previstas em lei.

habite-se *Ver* alvará de concessão

lei de diretrizes orçamentárias Conjunto de diretrizes para elaboração da Lei de Orçamento Anual, baseada no Plano Plurianual de Investimentos que é detalhado a cada ano.

lei de orçamento anual Instrumento através do qual o município discrimina e projeta suas receitas e suas despesas, segundo as diretrizes traçadas em seu Plano de Governo e reforçadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

lei orgânica municipal Conjunto de leis básicas do município, de formulação obrigatória após a Constituição Federal de 1998.

licença para construir *Ver* alvará de construção

licença para obras *Ver* alvará de construção

outro funcionário Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada, inclusive os comissionados não-efetivos da prefeitura. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários e aqueles cedidos por outras administrações.

plano plurianual de investimentos Plano de ação governamental que orienta os investimentos e compromissos no decorrer da gestão pública. A Constituição Federal estabelece que o Poder Executivo, durante o primeiro ano de seu mandato, dê continuidade ao plano existente e elabore um novo plano para vigorar durante os três anos restantes de seu governo e o primeiro ano do governo que lhe suceder.

planta de valores do IPTU Registro das alíquotas do imposto, de acordo com a localização dos prédios na cidade.

unidades prediais Prédios (apartamentos, casas etc.) que devem pagar impostos.

unidades territoriais Terrenos nos quais não existem construções e que pagam apenas o imposto predial.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Lilibeth Cardozo Roballo Ferreira

Nely Silveira da Costa

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002

Aristides Pereira Lima Green

Mauro Sinder (*In Memoriam*)

Planejamento e apuração do Questionário de Gestão

Altino Ventura Neto

André Geraldo de Moraes Simões

Antônio Carlos Alkmin dos Reis

Aristides Pereira Lima Green

Geraldo de Majela Viana Abreu

Jailson Mangueira Assis

Márcia Estellita Lins Silva

Mário Couto Carreiro

Mauro Sinder (*In Memoriam*)

Miguel Frederico Perrelli

Silvia Reise Bregman

Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Elaboração de sistemas e processamento de dados

Ailton José Lima Martins Furtado

Cláudio Alcino dos Santos Aquino

Jailson Mangueira Assis
Paulo Roberto Voss Gen Rudolphi

Programação e execução do plano tabular

André Geraldo de Moraes Simões
Jailson Mangueira Assis
Luiz Carlos Dias Lima
Marcos Ribeiro Mattos
Mário Couto Carneiro
Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira

Apoio computacional para análise de dados

Ricardo Luiz Cardoso

Textos analíticos

Quadro de servidores públicos municipais 1999-2002 – Aristides Pereira Lima Green

Aspectos da modernização da administração tributária nos municípios brasileiros – André Geraldo de Moraes Simões

Articulações interinstitucionais nos municípios – Cássio Rogério Ramos

Estrutura administrativa e programas ou ações municipais na área da habitação – Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira e Vânia Maria Pacheco

A Guarda Municipal – Silvia Reisi Bregman

Conselhos da criança e do adolescente - Rosane Oliveira Carreteiro

Revisão técnica dos textos

Aristides Pereira Lima Green
Sonia Maria Moreira Carvalho de Oliveira
Vânia Maria Pacheco

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Angela Ilcelina Holanda Nery
AC - Célia Brandão Souza
AM - Sandra Maria Torres de Brito
RR - Angela Patrícia Lima de Souza
RR - Tania Mara Delorenci Frazeto
PA - Paulo Sergio Borges
AP - Francisco Tome Teles Menezes
AP - Jaison Luis Cervi
TO - Raimundo Costa Barbosa
MA - Francisco Sousa Lima
MA - José Reinaldo Barros Ribeiro Junior
PI - Jesus Ribeiro Soares
CE - Antonio Nogueira Amora
RN - Maria Alzenira Silva
PB - José Pereira de Araújo
PE - José Homero Vieira
AL - Albany Lopes Tavares Albuquerque
SE - Marise Lima Silva Santos
BA - Jomélia Santana de Oliveira Cirqueira
BA - Paulo Marcelo Gonzalez Rana
MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira
ES - Maria Cristina Provedel Rocha
RJ - Lino Jose Queiroz de Araújo
SP - Marco Antonio Ornelas

PR - Jussara dos Santos Langowski
SC - Darcio Francisco Borges
RS - Angelino Neto
RS - Fernando Maioli
MS - Loide Bueno de Souza
MT - Deajan David Montanha
GO - Elisene Meireles
DF - Marcos Dantas Barbosa

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Carmen Heloisa Pessoa Costa
Katia Vaz Cavalcanti
Beth Fontoura

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
LGonzaga

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Katia Domingos Vieira
Sueli Alves de Amorim

Diagramação textual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

José Augusto dos Santos

Gerência de Documentação

Normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Diva de Assis Moreira
Solange de Oliveira Santos
Tatiana da Silva Oliveira (estagiária)
Renata Luiza de Souza Dias (estagiária)

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte